



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

MARIA DO SOCORRO PIMENTEL DA SILVA

TERRITORIALIDADES NEGRAS E PARENTESCO: UMA REALIDADE
AFRORREFERENCIADA EM ALAGOA GRANDE-PB

FORTALEZA

2022

MARIA DO SOCORRO PIMENTEL DA SILVA

TERRITORIALIDADES NEGRAS E PARENTESCO: UMA REALIDADE
AFRORREFERENCIADA EM ALAGOA GRANDE-PB

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção de Título de Doutora em Educação. Área de Concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Júnior.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S581t Silva, Maria do Socorro Pimentel da.
Territorialidades negras e parentesco: uma realidade afrorreferenciada em Alagoa Grande-
PB / Maria do Socorro Pimentel da Silva. – 2022.
213 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Júnior.

1. Territorialidades Negra. 2. Memórias de Negro. 3. Afrodescendência. I. Título.

CDD 370

MARIA DO SOCORRO PIMENTEL DA SILVA

**TERRITORIALIDADES NEGRAS E PARENTESCO: UMA REALIDADE
AFRORREFERENCIADA EM ALAGOA GRANDE-PB**

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção de Título de Doutora em Educação.
Área de Concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 26/julho/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Júnior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará/UFC

Profa. Dra. Sandra Haydée Petit
Universidade Federal do Ceará/UFC

Prof. Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro
Universidade Federal do Ceará/UFC

Profa. Dra. Rebeca de Alcântara e Silva Meijer
Universidade da Integração Internacional Luso Afro-Brasileira/UNILAB

Profa. Dra. Ângela Ernestina Cardoso de Brito
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Dedico este trabalho à minha Mãe Joana dos Santos Pimentel, a meu Pai Sebastião da Silva Pimentel, e à minha Tia Dinda, todos (*in memoriam*), pela força ancestral que me conduziu a realizar este manto histórico-cultural, familiar e científico.

AGRADECIMENTOS

Sei que ainda há muito a ser feito, mas, parar para refletir e agradecer durante o caminho é essencial. Por isso, direciono aqui meus agradecimentos a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram na minha caminhada e conclusão do meu curso de doutorado.

A Deus, o Doutor do Universo, da sabedoria e da existência, que me possibilitou a cura dos males psicossomáticos durante todo o processo acadêmico.

Agradecimento especial ao meu orientador, o professor doutor Henrique Antunes Cunha Júnior, pela parceria, acolhimento e paciência na condução do meu trilhar científico mediante as minhas inquietudes e silenciamento nas respostas em alguns momentos.

Gratidão afetuosa ao meu esposo José Danilo da Silva pela sua dedicação, zelo, cuidados permanentes comigo e em todas as etapas do processo de ingresso bem como a permanência no Programa de Pós-Graduação.

As (aos) colegas dos cursos de Mestrado e Doutorado da UFC/FACED, que partilharam as dores, os dissabores e alguns momentos de alegria no convívio social e acadêmico.

Agradecimentos aos funcionários do Laboratório de Informática/LECOM da UFC/FACED, pela ajuda concedida sempre que a busquei durante todos os semestres.

Gratidão à colega Elineude Maria da Silva (Neide), sempre disponível para escuta e trâmites administrativos na cidade de Fortaleza.

À Marli Soares e a prima Zefinha pela dedicação e acompanhamento durante a trajetória da pesquisa, sempre presentes nas horas necessárias e que me incentivaram a não desistir.

Às (aos) coordenadoras (es) e funcionárias (os) do PPGE/FACED e das Casas de Culturas Francesa e Hispânica, campus Benfica, pela presteza sempre que buscava informações.

Agradecimento fulcral às (os) entrevistadas (os) partícipes alicerçantes do método da pesquisa acerca da História Oral componente da Tese: Maria Júlia da Conceição (Tia Dinda); Josefa Pimentel Cassimiro (Prima Neném); Maria Francisca da Conceição (Tia Carma); Maria do Carmo

Moreira de Oliveira Araújo (Minho – Filha da Professora Joanhina Moreira); José Avelar Freire (Professor Historiador); Fátima Solange Cavalcante (Prima de Marielle Franco, Vereadora do Rio de Janeiro assassinada em 2018) e Lúcia de Fátima Júlio (Professora negra).

As professoras doutoras Sandra Haydée Petit, Rebeca Alcântara Silva Meijer e Ângela Ernestina Cardoso de Brito e ao professor doutor Luís Távora Furtado Ribeiro, pelo aceite em participar da banca examinadora e contribuições relevantes na qualidade final deste trabalho.

Aos técnicos/funcionários do IBGE/Paraíba – João Alfredo Netto e Jorge Alves, pela colaboração na orientação dos recursos tecnológicos nas imagens e coordenadas geográficas que ilustram a pesquisa.

A Cristiane Lima (Ceará), Marcelo Téa (Ceará), Paula Franssinete Pessoa (Paraíba) e aos professores paraibanos: Severino do Ramo Viana da Silva (Sevy) e Jardel Bandeira Raimundo por me auxiliarem na parte tecnológica do trabalho e pela presteza na qualidade do fazer profissional.

À FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela concessão (em parte) da bolsa de estudos.

Gratidão ao técnico em agrimensura¹ José Elimar de Sousa (Dudé) pela dedicação, compromisso e qualidade na ilustração dos pontos e mapas.

À funcionária Ângela Maria de Sousa Bezerra, Pedagoga e Agente em Acessibilidade da UFC/FACED/Laboratório Multimeios pelos préstimos oferecidos no Laboratório.

A professora Dra. Izabel Cristina Evaristo da Silva (UFPB), incentivadora no meu sonho da titulação do doutorado.

Gratidão e afeto à amiga Profa. Mestra Yluska Regina Quesado de Almeida, que pela sua fé, conduzia ao estado permanente de orações para concretização da minha titulação de doutorado em educação brasileira pela UFC.

Em especial, agradeço ao casal Josilene Ferreira de Araújo (Josi) e Benjamim Ferreira de Araújo, sempre solícitos quando contatados por mim, proprietários da Pousada Alvorada em Alagoa Grande. Pelo laço afetivo construído nas minhas rotas percorridas na pesquisa de campo no município.

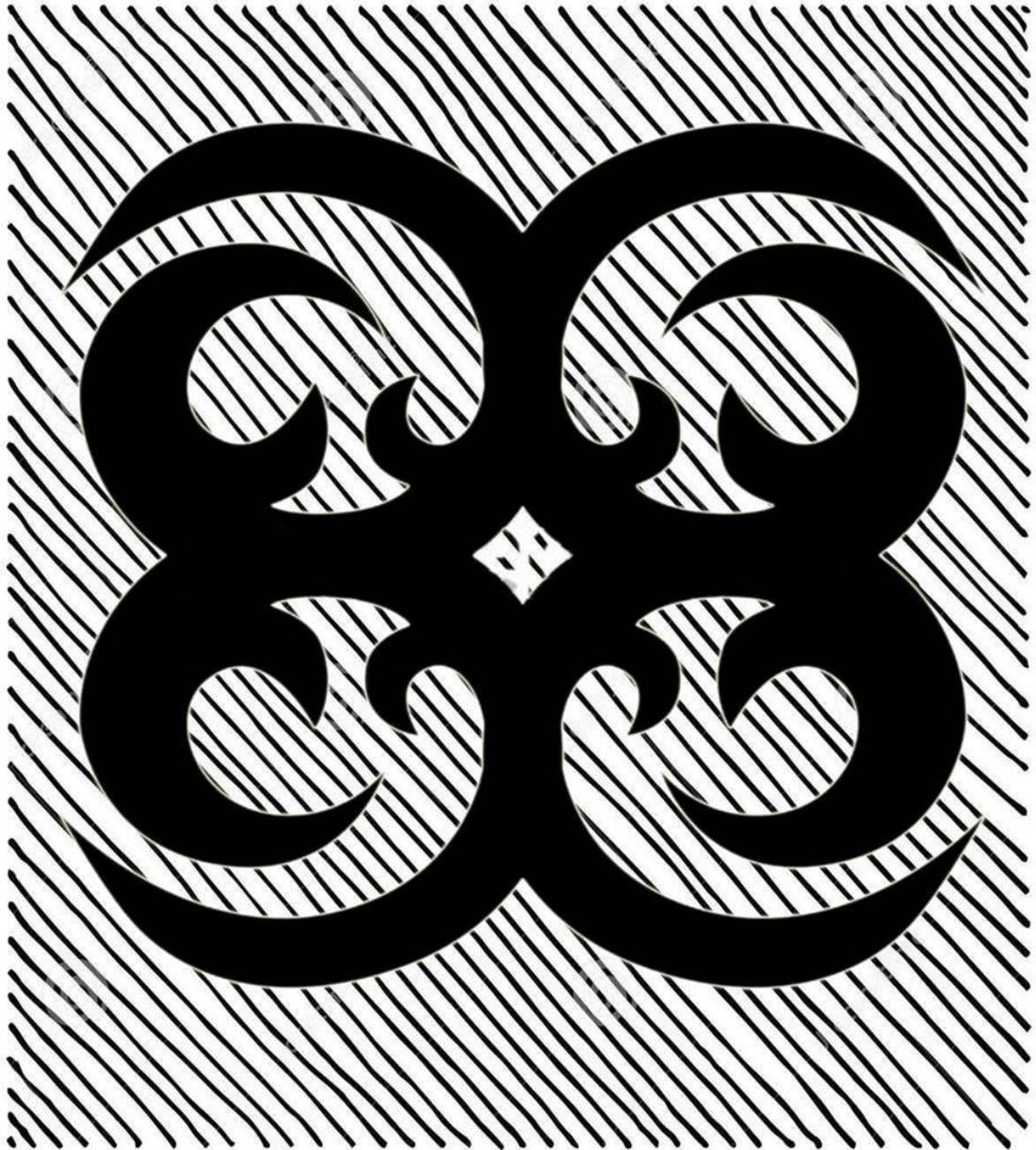
A todas e todos os sujeitos pesquisadas (os): familiares, parentes e demais profissionais que se disponibilizaram a mergulhar no universo deste enredo, possibilitando partilhas da enorme diversidade e complexidade do vivenciar-se “ser” afrodescendente-paraiban aprisionado (a) em um passado que a história oficial tenta apagar, sendo, portanto, reinver (as) na Escrivência contemporânea.

Por fim, meus agradecimentos especiais à minha família ancestral pela conexão espiritual vibratória na condução do marca-passo de trabalho de tessitura final. Nessa relação de interação foi se constituindo e incorporando sentimentos e afetos nesse enredo maravilhoso. Gratidão a cada personagem participante, que iluminaram os espaços, como práticas das liberdades e possibilidades.

¹ Agrimensura é a ciência, que se utiliza de conhecimentos da Geomática (É a área do conhecimento que engloba várias ciências e técnicas associadas à organização de banco de dados apropriados e do seu gerenciamento para utilização em programas aplicativos de projetos geométricos e de informações geográficas), como ferramenta para a aquisição e gerenciamento de dados espaciais necessários como parte de operações científicas, administrativas, legais e técnicas, envolvidas no processo de produção e gerenciamento de informação espacial, notadamente de campos ou propriedades rurais.

*Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Mina
Quiloa, Rebolo
Aqui onde estão os homens
Há um grande leilão
Dizem que nele há uma princesa à venda
Que veio junto com seus súditos
Acorrentados em carros de bois
[...]
Dum lado cana de açúcar
Do outro lado o cafezal
Ao centro senhores sentados
Vendo a colheita do algodão branco
Sendo colhidos por mãos negras
Quando Zumbi chegar
O que vai acontecer
Zumbi é senhor das guerras
É senhor das demandas
Quando Zumbi chega
É Zumbi é quem manda
Eu quero ver
[...]
(Jorge Ben Jor).*

Tereza de Benguela foi uma líder quilombola que deu visibilidade ao papel da mulher negra na história brasileira. Ela liderou por 20 anos, a resistência contra o governo escravista e coordenou as atividades econômicas e políticas do Quilombo Quariterê, localizado na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia. Tereza se tornou a rainha do quilombo após a morte do companheiro, e, sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas, sobrevivendo até 1770, quando o quilombo foi destruído e a população foi morta ou aprisionada (Aldaci de Souza).



Asase Ye Duru. Às minhas Deusas que são minhas epígrafes.
Esse símbolo Adinkra personifica a territorialidade e a importância da Mãe-Terra, como um dos artífices elementares da natureza e da espécie humana.

Paraíba Joia Rara Ton Oliveira²

Aqui o sol nasce primeiro
E tão desinibido
E a lua exhibe um estrelado
Com tanta beleza
Que até o algodão se empolga
E já vem colorido
Exibições inexplicáveis
Da mãe natureza
Aqui até os dinossauros
Fizeram morada
E a gente pode ao som
De Jackson pandeirear
Ouvir a voz que na bandeira
Ficou estampada
Dar frutos
Que o tempo e a história
Não vão apagar
Eu sou da Paraíba, é meu esse lugar
A cara desse povo tem a minha cara
Encanto de beleza que me faz sonhar
Lugar tão lindo assim pra mim, é joia rara
Que bom estar no ponto mais oriental
Astrologicamente ser um ariano
Rimar como um Augusto tão angelical
Eu sou muito feliz
Eu sou paraibano.

² Ton Oliveira - músico, cantor, compositor, poeta e apresentador paraibano de Campina Grande, filho do repentista, poeta e compositor Juvenal Oliveira.

RESUMO

O presente trabalho apresenta histórias e memórias de famílias afro-paraibanas localizadas no Engenho Buraco D'água, Sítio Paquevira, no município de Alagoa Grande-PB. É um convite para conhecermos parte das histórias locais narradas pelos membros das famílias negras pesquisadas. Tem como parâmetro a produção de pesquisadores e pesquisadoras, negros e negras, como referencial na produção acadêmica. Adota o conceito de afroreferenciado³, dando voz aos sujeitos investigados e autoriza a narrativa em primeira pessoa. Utiliza o conceito de Afrodescendência, que prioriza a consciência social dos indivíduos e a experiência grupal; o qual é atravessado pelas categorias aqui adotadas: territorialidades, territórios negros, Afrodescendência, memória, patrimônio cultural e identidade negra. Orienta-se na Cosmovisão Africana, que parte do princípio que os seres e as coisas estão “interligados”, e que as categorias se inserem no tempo vivido. Debruça-se sobre o passado da nossa ancestralidade africana na perspectiva do fortalecimento das raízes históricas e culturais. Para tanto, pauta-se em territórios negros, onde estão fincados os meus “trancos velhos e trancos novos”; personagens básicos desse enredo. Traz histórias que precisam ser contadas, ressignificadas, visibilizadas e valorizadas na história local. Usa como método a História Oral, que aliada às delimitações apresentadas permite à pesquisa compreender e ressignificar os processos de construção da memória das famílias negras pesquisadas a partir do sentimento de pertencimento familiar e das memórias individuais e coletivas.

Palavras-chave: territorialidades negras; memórias de negro; parentesco; pertencimento; afrodescendência.

³ Neologismo cunhado através da junção entre o prefixo “Afro” (referência ao vocábulo “África” substantivo próprio que designa o continente e território africano) e o vocábulo “referenciado” (para completar a significação vocabular se fez necessária a complementação do verbo em sua forma nominal proveniente do verbo “referenciar”).

RESUMEN

Este texto de calificación presentes histórias y recuerdos de familias afroparaibanas ubicadas en Engenho Buraco d'Água, Sítio Paquevira, en el municipio de Alagoa Grande-PB. Es una invitación a conocer parte de las historias locales narradas por miembros de las familias negras encuestadas. Su parámetro es la producción de investigadores e investigadoras negros y negras como referencia en la producción académica. Adopta el concepto de afrorreferenciado, dando voz a los sujetos investigados y autoriza la narración en primera persona. Utiliza el concepto de Afrodescendência, que prioriza la conciencia social de los individuos y la experiencia grupal; que se cruza con las categorías adoptadas aquí: territorialidades, territorios negros, ascendencia africana, memoria, patrimonio cultural e identidad negra. Se basa en la cosmovisión africana, que supone que los seres y las cosas están "inter-conectados" y que las categorías caen en el tiempo vivido. Se centra en el pasado de nuestra ascendencia africana desde la perspectiva de fortalecer las raíces históricas y culturales. Con este fin, se basa en territorios negros, donde están atascados mis "troncos antiguos y troncos nuevos"; personajes básicos de esta trama. Trae historias que necesitan ser contadas, reformuladas, hechas visibles y valoradas en la historia local. Utiliza el método de Historia Oral, que aliado a las delimitaciones presentadas permite que la investigación comprenda y reformule los procesos de construcción de la memoria de las familias negras investigadas desde el sentimiento de pertenencia familiar y de los recuerdos individuales y colectivos.

Palabras claves: territorialidades negras; recuerdos de negro; parentesco; pertenencia; ascendencia africana

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taxa de desocupação (%), na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais idade, segundo a cor ou raça – Brasil – 2012-2021	22
Figura 2 – Localização dos municípios de Alagoa Grande e João Pessoa	36
Figura 3 – Localização geográfica de Alagoa Grande-PB	53
Figura 4 – Brasão e Bandeira oficial da cidade de Alagoa Grande-PB	54
Figura 5 – Marco da entrada de Alagoa Grande-PB	57
Figura 6 – Centro urbano de Alagoa Grande-PB	58
Figura 7 – Jackson do Pandeiro em pôster no Memorial em sua homenagem (Alagoa Grande-PB).....	59
Figura 8 – Cédula de identidade do cantor no museu de Jackson do Pandeiro em Alagoa Grande-PB.....	61
Figura 9 – Selo em homenagem aos 100 anos de Jackson do Pandeiro.....	62
Figura 10 – Entrada do Memorial Jackson do Pandeiro em Alagoa Grande-PB.....	62
Figura 11 – Local onde se encontra os restos mortais de Jackson do Pandeiro no Memorial que leva seu nome na sua terra natal Alagoa Grande-PB.....	63
Figura 12 – Margarida Maria Alves em protesto para o cumprimento da lei 57.020.....	63
Figura 13 – A líder sindical rural Margarida Maria Alves	65
Figura 14 – Interior do Museu Margarida Maria Alves em Alagoa Grande-PB.....	65
Figura 15 – Entrada do restaurante Rita de Chicó no Quilombo Caiana dos Crioulos – uma grande atração turística rural	66
Figura 16 – Seu Zuza (à esquerda), Dona Edite do Coco e Tota, o atual pifeiro no surdo.....	67
Figura 17 – Apresentação das cirandeiras do Quilombo Caiana dos Crioulos em Alagoa Grande-PB.....	67
Figura 18 – Imagens do acesso ao Quilombo Caiana dos Crioulos – Alagoa Grande-PB	68
Figura 19 – Dona Edite do Quilombo Caiana dos Crioulos – Uma mulher de muitas qualidades (parteira, artesã, cantora, mestra da cultura popular, cirandeira e mestra).....	68
Figura 20 – Professora Joana Carvalho Moreira.....	69
Figura 21 – Professora Josefa Pimentel Cassimiro (Prima Neném).....	77
Figura 22 – Tia Dinda	78
Figura 23 – Eu em pesquisa de campo – Teatro Santa Ignêz – Alagoa Grande-PB.....	80

Figura 24 – A feira em Alagoa Grande-PB.....	84
Figura 25 – Um registro meu numa das ruas de acesso à feira em Alagoa Grande-PB....	84
Figura 26 – Eu na minha posse na sede regional do PT em João Pessoa-PB assumindo a pasta de Secretária Estadual de Combate ao Racismo.....	92
Figura 27 – Vagões de um trem	96
Figura 28 – Trem das Águas – Maria Fumaça de São Lourenço.....	96
Figura 29 – Um passeio pelas rotas e trilhos nos trens da Paraíba (1940).....	100
Figura 30 – Desenho original da estação de Alagoa Grande quando ainda estava intacta ..	101
Figura 31 – A estação, à esquerda e a máquina “Maria fumaça”, e o armazém, hoje transformado em colégio, à direita, anos 1950	101
Figura 32 – Ruínas da estação em 10/2009.....	102
Figura 33 – Interior da antiga estação de trem.....	102
Figura 34 – Mobile 3 – VLT – Veículo Leve sobre Trilhos que está em operação no sistema de transporte metropolitano da grande João Pessoa	104
Figura 35 – Estação da CBTU em João Pessoa-PB	104
Figura 36 – Mapa do trajeto e estações do trem urbano de Santa Rita-PB a Cabedelo-PB.....	105
Figura 37 – Meu pai: Sebastião Pimentel, foto registrada nos anos 50 em Alagoa Grande-PB.....	109
Figura 38 – Da esquerda para direita: Eu (Socorro), meu primo Benedito, minha Tia Dinda, Tio Toinho, acima dele, José Azevedo Sobral (único herdeiro do engenho), ao lado direito, sua esposa e primos meus de 2º grau em festa de aniversário de Tia Dinda, no Sítio Paquevira em 2017.....	112
Figura 39 – Minha mãe: Joana dos Santos Pimentel	113
Figura 40 – Encontro de gerações da família Pimentel em Aniversário da Tia Dinda.....	118
Figura 41 – Sítio Buraco D’água em Alagoa Nova-PB.....	121
Figura 42 – Casa da Tia Dinda – Serra da Paquevira-PB da esquerda para direita: prima Luzinete, Tia Carma, Prima Nazaré, Primo Luiz, Tio Toinho, Tia Dinda, Primo Pedro, Primo Benedito, Prima Zefinha, Prima Ana e sua filha	187
Figura 43 – Mamãe Joaninha e Papai Pimentel no batismo da filha de Dinha (vizinha da família) na igreja Senhor do Bonfim – Ilha do Bispo, João Pessoa-PB.....	187
Figura 44 – Meu pai Sebastião da Silva Pimentel.....	188
Figura 45 – Eu, meus irmãos: Gardel e Fátima em Alagoa Grande quando crianças Junto com nossa mãe (atrás de Gardel).....	188

Figura 46 – Aniversário de 94 anos de Mamãe.....	189
Figura 47 – Tio Toinho e Tia Dinda.....	189
Figura 48 – Tia Carma e Mamãe Joaninha.....	190
Figura 49 – Minha mãe no Santuário Nossa Senhora da Penha.....	190
Figura 50 – Tia Rita e Tio Zé Preto	191
Figura 51 – Prima Neném, filha de Tio Zé Preto e Tia Rita, a primeira professora do Engenho Buraco D’água em Alagoa Grande-PB	191
Figura 52 – Meus irmãos José e Fátima quando crianças.....	192
Figura 53 – Meu irmão Carlos Gardel e eu, foto tirada em Alagoa Grande-PB	192
Figura 54 – Eu, Tia Carma e meu Primo Antônio em sua casa – Alagoa Grande-PB.....	193
Figura 55 – Eu e Tia Carma em Alagoa Grande-PB.....	193
Figura 56 – José Danilo da Silva (Meu marido) no Memorial de Jackson do Pandeiro – Alagoa Grande-PB.....	193
Figura 57 – Igreja matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem em Alagoa Grande-PB inaugurada em 1868.....	197
Figura 58 – Igreja matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem em Alagoa Grande-PB inaugurada em 1868 (parte interna).....	197
Figura 59 – Igreja matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem em Alagoa Grande-PB inaugurada em 1868 (parte interna nave – detalhe para a arquitetura).....	198
Figura 60 – Igreja matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem em Alagoa Grande-PB inaugurada em 1868 (parte interna – detalhe do altar).....	198
Figura 61 – Casarões coloniais de Alagoa Grande-PB	199
Figura 62 – Casarões coloniais de Alagoa Grande-PB	199
Figura 63 – Antiga praça da matriz de Alagoa Grande-PB	200
Figura 64 – Teatro Santa Ignêz em Alagoa Grande-PB	200
Figura 65 – Teatro Santa Ignêz em Alagoa Grande inaugurado em 1905 (parte externa à direita do prédio – detalhe do chafariz e fonte)	200
Figura 66 – Interior do Teatro Santa Ignêz em Alagoa Grande-PB.....	201
Figura 67 – Colégio Nossa Senhora do Rosário em Alagoa Grande-PB	201
Figura 68 – Colégio Nossa Senhora do Rosário em Alagoa Grande-PB.....	202
Figura 69 – Meu Boletim Mensal do Ginásio Nossa Senhora do Rosário – Irmãs Dorotéias (Alagoa Grande-PB)	202
Figura 70 – Alunas do colégio Nossa Senhora do Rosário em Alagoa Grande-PB	203
Figura 71 – Foto da Antiga Usina Tanques em Alagoa Grande-PB	203

Figura 72 – Foto da Antiga Usina Tanques atualmente (em ruínas) em Alagoa Grande-PB	204
Figura 73 – Antiga Casa Grande do Engenho Buraco D’água em Alagoa Grande-PB	204
Figura 74 – Imagem atual da casa grande do Engenho Buraco D’água em Alagoa Grande- PB.....	205
Figura 75 – Antiga residência do meu tio Zé Preto e tia Rita, onde passava as férias escolares no Engenho Buraco D’água em Alagoa Grande-PB.....	205
Figura 76 – Prédio dos Correios no centro de Alagoa Grande-PB.....	205
Figura 77 – Lagoa do Paó em Alagoa Grande-PB.....	206
Figura 78 – Cruzeiro em Alagoa Grande-PB.....	206
Figura 79 – Casa da Professora Joaquina em frente ao Lago do Paó.....	207
Figura 80 – Escola Estadual de Ensino Fundamental Apollônio Zenayde (Alagoa Grande-PB)	207
Figura 81 – Eu e Maria do Carmo Moreira de Oliveira Araújo (Conhecida como Minho), filha da Professora Joana Carvalho Moreira (Professora Joaquina) em sua casa – Alagoa Grande- PB	208
Figura 82 – João Cassimiro e Josefa Pimentel Cassimiro (Prima Neném) em sua casa – Alagoa Grande-PB	208
Figura 83 – Josefa Pimentel Cassimiro (Prima Neném) e Eu em sua casa – Alagoa Grande-PB	209
Figura 84 – Professor José Avelar Freire e sua esposa Rosiane Maria Galdino Avelar (Diana) em sua casa – Alagoa Grande-PB	209
Figura 85 – Professora Lúcia de Fátima Júlio – Alagoa Grande-PB	210
Figura 86 – Dona Edite e Eu – Alagoa Grande-PB	210
Figura 87 – Dona Edite e Eu na Feira – Alagoa Grande-PB	210
Figura 88 – Fátima Solange Cavalcante (Prima de Marielle Franco)	211
Figura 89 – Fátima Solange Cavalcante e sua mãe Marlene	211
Figura 90 – Eu e o Professor Jardel Bandeira (assessor para fins acadêmicos de revisão text e de redação) em minha casa – João Pessoa-PB	212
Figura 91 – Josilene Ferreira de Araújo (Josi) e Benjamim Ferreira de Araújo, proprietários da Pousada Alvorada – Alagoa Grande-PB	212
Figura 92 – Registro de minha participação enquanto coordenadora geral da cidadania LGBT e da Igualdade Racial na abertura da 1ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial em 2014 no município de João Pessoa-PB	213

Figura 93 – Registro de minha participação nas festividades comemorativas ao dia Índio, juntamente com os povos Tabajaras em 2014, no Bairro da Ilha do Bispo em João Pessoa-PB

..... 213

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Fundamentação Teórico-Methodológica	24
1.1.1	Método da pesquisa afrodescendente	26
1.1.2	A História Oral enquanto fundamento metodológico	27
1.1.3	Aporte teórico e conceitos utilizados na pesquisa	30
1.1.4	A trajetória da pesquisa: caminhos desafiadores	35
2	CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UMA NORTEADORA NA LUTA CONTRA AS INJUSTIÇAS SOCIAIS	38
2.1	Vivenciando as africanidades na escola	40
2.2	A Psicologia: sua contribuição no processo ensino e aprendizagem	44
3	CAPÍTULO 2 - ALAGOA GRANDE: UMA NASCENTE DE HISTÓRIAS, LUTAS E RESISTÊNCIAS	52
3.1	Os Influentes Culturais: Os ícones alagoagrândenses	59
3.1.1	Jackson do Pandeiro – O Rei do ritmo	59
3.1.2	Margarida Maria Alves: Da Luta eu não fujo.....	63
3.1.3	Comunidade Remanescente de Quilombo-Caiana dos Crioulos	66
3.1.4	Professora Joana Carvalho Moreira	69
3.1.5	Professora Josefa Pimentel Cassimiro (Prima Neném)	77
3.1.6	Maria Júlia da Conceição (Tia Dinda) – Sinônimo de sabedoria, leveza e autenticidade.....	78
3.1.7	Escrita em primeira pessoa de uma Pimentel – a trajetória da autora	80
4	CAPÍTULO 3 - VIAS FÉRREAS: CAMINHOS E ROTAS SOBRE TRILHOS	94
4.1	Contextualizando a importância do trem na família Pimentel	94
4.2	A estação ferroviária em Alagoa Grande-PB: A Maria Fumaça do encantamento e saudosismo	96
4.2.1	A primeira concessão.....	97
4.2.2	Historiando o trem em Alagoa Grande-PB	97
4.2.3	A rede ferroviária e a Companhia Brasileira de Trens Urbano (CBTU)	103
4.2.4	O trem de João Pessoa – Historiando	103
4.2.5	Breve retorno ao passado	105
4.2.6	Como está o sistema ferroviário atualmente?	106

5	CAPÍTULO 4 - A MEMÓRIA: O MOSAICO IDENTITÁRIO.....	108
5.1	As famílias: os percursos históricos percorridos.....	119
5.1.1	Famílias contemporâneas.....	119
5.1.2	Famílias negras.....	120
5.3	Memória das festanças na casa dos meus pais	121
5.3.1	A Família Pimentel	121
5.3.2	Tecendo a história familiar	122
5.3.3	A cidade do interior e a população negra da época da minha infância	125
5.3.4	A memória das festas da família	126
5.3.5	As festas juninas	126
5.3.6	O sagrado místico das rezas e curas	127
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS (O DESEJO LATENTE).....	131
	REFERÊNCIAS.....	138
	APÊNDICES.....	146
	APÊNDICE A – Termo de consentimento livre.....	146
	APÊNDICE B – Entrevistas com os moradores de Alagoa Grande-PB.....	148
	ANEXOS	187
	ANEXO A – Famílias Pimentel, Laurentino e Cosmo.....	187
	ANEXO B – Patrimônios históricos, documentos e pontos turísticos da cidade de Alagoa Grande-PB	194
	ANEXO C – Localização dos patrimônios históricos e culturais Estudados em João Pessoa – Paraíba.....	195
	ANEXO D – Localização da linha férrea/CBTU-Ilha do Bispo-João Pessoa.....	196
	ANEXO E – Patrimônios históricos, documentos e pontos turísticos da cidade de Alagoa Grande-PB.....	197
	ANEXO F – Personalidades da cidade, entrevistados e participantes.....	208
	ANEXO G – Minhas Participações em eventos sociais	213

1 INTRODUÇÃO

Partindo do garimpo ancestral, busco emergir do passado a história não contada pelos familiares e parentes numa tentativa de rememorar, conectar fios da história não dita e não escrita, corrigindo lacunas, desvelando um cenário nos territórios rurais do Engenho Buraco D'água e Sítio Paquevira no município de Alagoa Grande no estado da Paraíba.

Essa viagem geracional ancestral perpassa etapas de passados influenciadores e demarcadores das estruturas familiares aqui pesquisadas e das identidades produzidas.

Debruçar-se no passado da ancestralidade afro-paraibana, na perspectiva do fortalecimento das raízes históricas e culturais, levou-me a vislumbrar o preenchimento de lacunas históricas no cenário educacional brasileiro, em particular, em Alagoa Grande no estado da Paraíba.

A tese em seu conjunto busca temporalizar as estruturas racistas no Brasil tendo como eixo norteador o município de Alagoa Grande no estado da Paraíba criando as possibilidades da realidade histórico-social nos territórios. Um passado que desvelado será construído um futuro pelo conjunto de mulheres e homens, negras e negros, como sujeitos, protagonizando e quebrando barreiras atitudinais e estruturais dos privilégios brancos.

O percurso da pesquisa nas localidades buscou a representatividade, o reconhecimento, visibilidade e a identidade dessas populações na ocupação dos e nos lugares, dos quais, que desde a infância, com base no histórico familiar, tentam introjetar no subconsciente da população negra escravizada e seus descendentes como “o não lugar”, sendo, portanto, desconstruído em sua essência como possibilidades.

Para tanto, partindo do princípio de que a escola é, *a priori*, o espaço para a disseminação dos conhecimentos e desconstrução de estereótipos e racismos estruturais atribuídos à população negra. É função educativa e política da nossa prática pedagógica desmistificar essa visão estereotipada que a sociedade brasileira tem da população afrodescendente. Significa, portanto, fazermos uma análise detalhada de todo processo histórico pelo qual vivenciaram os nossos e as nossas ancestrais desde suas vindas forçadas do continente africano para as terras brasileiras, assim, desconstruir o Mito da Democracia Racial fortemente presente no imaginário coletivo da sociedade brasileira.

O racismo como herança do legado do período escravocrata foi utilizado para justificar uma prática desumana, necessária à acumulação primitiva de capital em nossa sociedade. No modo de produção escravista colonial, o tráfico interatlântico de africanos e africanas,

escravizados e escravizadas, torna-se o principal fator de acumulação de capital que proporcionou ao capitalismo constituir-se e tornar-se o modo de produção dominante.

Para tanto, esta pesquisa pauta-se nos territórios negros do município de Alagoa Grande, no estado da Paraíba, onde estão fincados os meus troncos velhos – bases históricas que precisam ser pesquisadas e traduzidas para história local. O desafio de demonstrar que a partir desses estudos, esses territórios são espaços variáveis do tempo individual e coletivo de cada família pesquisada como significativa para o fazer teórico-metodológico da pesquisa.

A minha base familiar alagoagrاندense desde a primeira geração vinda da África de acordo com os depoimentos das mais velhas, a minha tia Dinda e a velha Joana Vaqueira, ao longo dos tempos, tem contribuído na economia, cultura e na educação da região e do município; contribuições essas que precisam ser mais bem elucidadas, valorizadas e, dessa forma, fazer parte da história da cidade de Alagoa Grande-PB.

Nas memórias dos meus familiares, há exemplos de mulheres escravizadas, como a da minha bisavó paterna, dona Constância, conforme o relatado pela tia Dinda (2017). Fatos esses desconhecidos pela maioria da família Pimentel. A minha tia Dinda, o Engenho Buraco D'água e o município de Alagoa Grande já foram citados em algumas pesquisas dos programas dos cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), nos anos 2006, 2011, 2012, 2015, que servirão de base para aprofundamento teórico desta pesquisa.

As narrativas das histórias reais, vividas pelos personagens desse enredo são de relevante significado e de uma realidade ainda hoje aquém do conhecimento da história da sociedade local. Algum prestígio político? Houve alguma mudança na qualidade de vida dessas pessoas? Qual o reconhecimento foi-lhes dado? Quais as benfeitorias para a população negra pesquisada? São questionamentos que me permito fazer por ser uma Pimentel que se sente incomodada com algumas práticas acadêmicas que não apontaram perspectivas para a mudança da qualidade de vida para a comunidade pesquisada. O que na linguagem acadêmica nomeamos de “devoluta” para as comunidades pesquisadas.

A pesquisa, também, vislumbra sensibilizar meus parentes e familiares do potencial empreendedor de nossos territórios que são legitimidades do povo negro, e construir junto à comunidade, estratégias motivacionais para preservação e resgate das tradições culturais locais como patrimônio cultural material e imaterial.

Tudo o que culturalmente produzimos tais como a arte, as músicas, as danças, os monumentos, as comidas típicas, entre outros, são considerados patrimônios históricos. Sendo de suma importância a sua preservação e valorização pelos segmentos.

Quando me reportei ao resgate e preservação do patrimônio cultural existente, busquei proporcionar a salvaguarda do acervo familiar como seu bem cultural para ser valorizado, preservado e imortalizado (fotos, imagens de santos e santas, comidas, danças, orações, vestimentas, entre tantas outras tradições guardadas, enferrujadas, empoeiradas, quebradas, esquecidas em algum lugar e desconhecidas dos seus valores ancestrais, históricos e culturais para as antigas, atuais e futuras gerações).

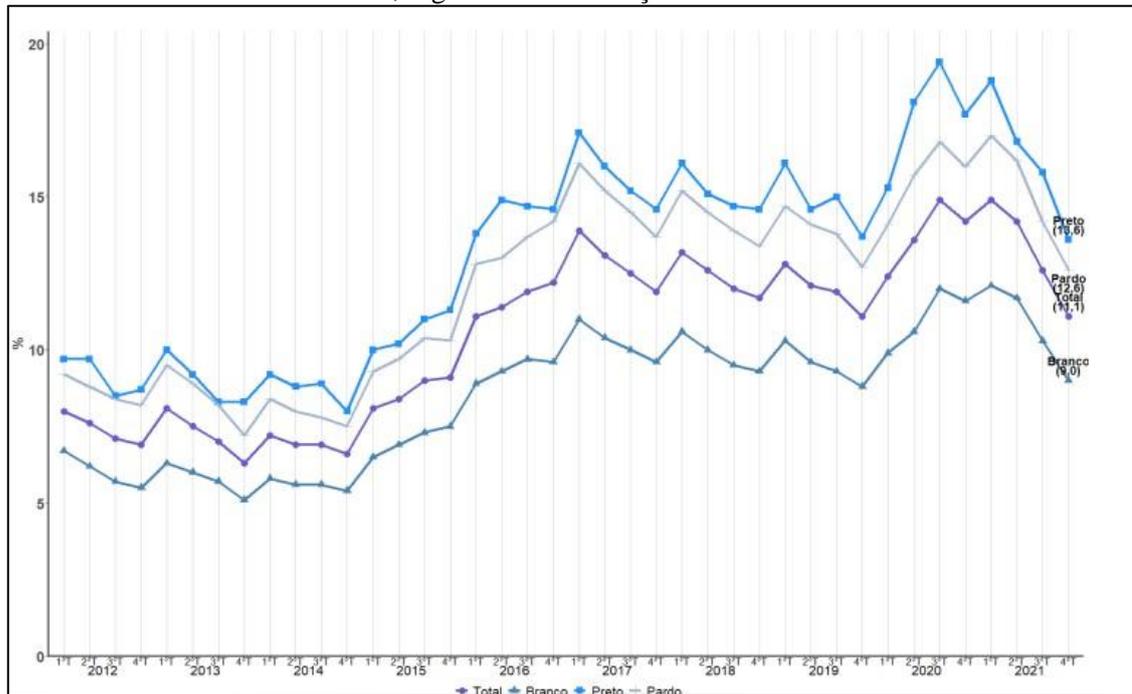
Outro aspecto a que a pesquisa aponta diz respeito às perspectivas de inserção dessa população no mercado do empreendedorismo negro rural. Observando as reais potencialidades humanas e da localidade para investimento, fiz uma leitura das possibilidades ambientais para colocar em prática o projeto. Sabemos que o racismo tem forte influência nas ocupações para negras e negros, cada vez mais excludentes no mercado de trabalho formal.

Essa propositura de cooperativa rural aumentará a perspectiva de sobrevivência e promoverá a sustentabilidade financeira de parte das famílias moradoras das localidades em estudo. O desemprego que a maioria da população negra passa na sociedade brasileira é decorrente do racismo estrutural. Realidade essa, presente na minha cidade e atingindo cruelmente meus parentes, os quais sempre foram trabalhadoras (es) rurais, e na maioria dos casos, exploradas (os) no tocante aos seus direitos trabalhistas. Nem ao tipo de função ou tarefa desenvolvida no âmbito do engenho, fazenda, casa-grande, tão pouco, terem demonstrado insatisfação ou queixas da labuta e do salário recebido.

Esses questionamentos partem de uma nova ordem vigente na contemporaneidade, pela legislação trabalhista, pelos direitos, reparação histórica e que algumas personagens familiares permanecem com a mesma mentalidade servil da época dos e das suas bisavós e seus bisavôs, avós e avôs, seus pais e mães. Mesmo considerando ter a frente uma grande dificuldade de acesso recheado de algumas desconfianças de alguns, curiosidade e perspectivas de outros (as) muitos caminhos serão percorridos no propósito em pauta.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2021, a taxa de desocupação por cor ou raça para o quatro trimestre de 2021 mostrou que para os que se declararam brancos (9,0%) ficou abaixo da média nacional; porém a dos pretos (13,6%) e a dos pardos (12,6%) ficou acima. Comparando esses dados com o 1º trimestre de 2012, quando a taxa média foi estimada em 8,0%, a dos pretos correspondia a 9,7%; a dos pardos a 9,2% e a dos brancos era 6,7%. Isso mostra que houve uma desigualdade significativa socioeconômica entre as etnias.

Figura 1 – Taxa de desocupação (%), na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo a cor ou raça - Brasil - 2012-2021



Fonte: Pnad, 2021.

E foi diante do visto, das observações, no olhar para a realidade dessa comunidade e ambiente familiar que percebi quanto autoritarismo, alienação, machismo, racismo, fragilidades e ingenuidades, se tornaram um terreno fértil, mas sem horizonte norteador. E, nessa busca cooperativa, como intervir? Sensibilizar e fazer com que possam enxergar a necessidade de sair do marasmo, do ócio?

Ao longo das minhas vivências familiares não tenho recordação de que algum parente ou membro da minha família tenha ocupado algum cargo de destaque em algum órgão público do município de Alagoa Grande ou sequer tenha sido homenageado. Sempre foram trabalhadores/as rurais e muitas vezes explorados, mas sem, portanto, terem demonstrado insatisfações ou queixas.

Segundo a pesquisadora Rocha (2009, p. 21, 39), em seu trabalho de tese: “Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual”, premiada a melhor tese de doutorado em História no ano de 2007, ano de sua defesa, afirma o seguinte:

A historiografia paraibana é indigente nos aspectos terra e escravidão, e a questão da terra e a configuração da estrutura fundiária local, assim como em muitas partes do país, são silenciadas por interesses poderosos. De quantos não queriam e não querem que se explicitem as formas e métodos de apropriação territorial (ROCHA, 2009).

A autora ainda relata os silêncios, encobrimentos e frestas da história da população negra na historiografia da Paraíba oitocentista (ROCHA, 2009).

Diante disso, a proposta de intervenção comunitária de minha pesquisa, aponta na perspectiva de desenvolver um projeto de sustentabilidade e de cultura, no sentido de despertar o sentimento de pertencimento étnico e de garantia da terra como um direito e, também, patrimônio cultural, tendo como referência os marcadores das africanidades, que segundo Petit (2015) são sentimentos a terra e as suas representações, ora abstratas ou não quanto a elementos da cosmovisão africana. Dentre esses marcadores, alguns são utilizados na minha dissertação: história da minha linhagem, inclusive agregados; histórias do meu lugar de pertencimento, comunidade, territorialidades e desterritorialidades negras; pessoas negras referência da família e comunidade; curas e práticas de saúde; músicas, cantos, toques, ritmos e estilos afros; relação com o chão.

Contudo, busco ainda os marcadores sociais da diferença como semeadores de um universo de sentimentos que impactam as vidas negras. Pensar “africanamente” para fortalecer as transformações necessárias é como o estouro do milho quente na panela, transformando-se em pipoca, busca essa ferramenta, engajada no afro comunitarismo traçando metas, elaborando projetos sociais e culturais, nesse território tão cheio de simbolismos nessa conexão ancestral, sócio cultural com meus familiares.

O apagamento naturalizado na história oficial brasileira não é diferente na Paraíba. As populações afrodescendentes são secundarizadas (os) e/ou invisibilizados (as) em suas trajetórias de vida pessoal, familiar, profissional, política e cultural. E, com raríssimas exceções, são citados os feitos de mulheres e homens negros, se transformando em um silenciamento mórbido, doentio e perverso naturalizado.

Este trabalho traz em si um enredo traçado pelos elementos culturais de base identitária arrolada e costurada fio a fio pelos sujeitos e sujeitas protagonistas das suas próprias histórias nas localidades onde seus ancestrais foram assentados e que as gerações presentes dão continuidade a história e a memória viva. Personagens esses que traçaram os compassos da história contada enriquecendo cada estágio educacional para ser palco do cenário cultural dos territórios estudados tornando-se ciência e assim, a história será massificada nos livros didáticos, nas bibliotecas como acervo, memória e história de um povo que até então era invisível.

A tese aponta o lugar da concretude, das possibilidades curriculares e pedagógicas inovadoras e do esperar na educação local e paraibana. Vislumbra-se um novo olhar no que tange ao racismo que opera na educação e na cultura local, transmitida de geração em geração.

Este trabalho caminha para a perspectiva das mudanças a partir do anseio humano, do porvir, da quebra de paradigmas arraigados secularmente. Abrem-se porteiros e portas de que a partir da conscientização coletiva é possível realizar sonhos de uma sociedade que respeite e valorize as diferenças pessoais, religiosas, culturais, políticas e sociais. E esse caminho perpassa pela educação libertária, inclusiva, democrática. O que o nosso trabalho norteia como fio condutor do resultado final, são vários porquês e perspectivas.

O nosso intuito versa trabalharmos no âmbito da educação municipal de Alagoa Grande a educação das relações étnico-raciais em parceria com a prefeitura municipal da cidade. Embora tenhamos conhecimento de alguns trabalhos iniciados com base na Lei 10.639/2003, para tanto, levarei com este trabalho científico um novo olhar pedagógico a partir dos conceitos e teóricos abordados na tese, bem como, a elaboração de materiais didático-pedagógicos ilustrativos para educação infanto-juvenil alusivo a história da cidade e das personalidades gentílicas apontadas nas entrevistas e dos ícones culturais dos territórios alagoagrândenses estudados.

Considero que, a tese reúne vários elementos da constelação familiar dos Pimentel, Laurentino e Cosmo, que se traduzem num acervo cultural entrelaçado, se constituindo num patrimônio socioeducativo sob a ótica das africanidades possibilitando às gerações atuais e futuras o conhecimento que balizou a pesquisa.

Diante disso, esta tese está estruturada da seguinte forma, de acordo com a redação desenvolvida: O capítulo 1 trata a respeito da educação antirracista, esse capítulo versa contemplar a representatividade dos/das afrodescendentes na história da formação do povo brasileiro. O capítulo 2 aborda acerca do município de Alagoa Grande-PB, a partir de uma visão dos principais ícones culturais e da própria história da cidade. O capítulo 3 apresenta um breve histórico a despeito das antigas vias férreas com foco em Alagoa Grande. Contudo, o capítulo 4, disserta a minha história familiar, neste capítulo abordo sobre a memória a partir de um mosaico identitário. Por fim, em sequências, são feitas as considerações finais, as referências no corpo do texto são apresentadas e, finalizo a tese com os anexos.

1.1 Fundamentação Teórico-Methodológica

A investigação da minha pesquisa versa sobre as territorialidades negras e parentesco no município de Alagoa Grande no estado da Paraíba. Esta temática percorrerá alguns conceitos que dialogam entre si no entrelaçamento do método da Afrodescendência, aprofundando conceitos norteadores. Assim, nessa busca de compreensão conceitual, trilhamos por olhares de

teóricos/as da temática, dando assim, uma base na fundamentação da tese, nos pensamentos de Cunha Júnior (2001, 2008, 2009, 2010, 2019); Juliana de Souza Mavoungou Yade (2010, 2015); José Avelar Freire (1996, 1998); Jussara M. S. Santana (2011); Piedade Videira (2010); Marlene Pereira dos Santos (2020); Solange Pereira da Rocha (2007); Verena Alberti (2006); Maria Regina Alves dos Reis (2012; 2018), entre tantos outros (as) pesquisadores (as) que no contraponto de olhares científicos deram relevantes contribuições na fundamentação teórico-metodológica deste trabalho de tese.

Esta pesquisa parte das perguntas-chave: Como produzir uma história que leve em conta a presença da população negra em Alagoa Grande-PB? E como integrar o passado da população negra à história urbana e rural no município de Alagoa Grande-PB? A hipótese que carregamos é que as memórias das famílias negras podem ser caminho para ressignificar parte da história local.

Contudo, as categorias que trabalhamos na pesquisa são: a) População negra - Base da História; b) Territórios Negros - Base da Geografia; c) Cultura Negra - Patrimônios Culturais; d) Identidade Negra Coletiva e) Memórias de negro (a); f) Afrodescendência.

A fim de atender ao objetivo de pesquisar a trajetória das famílias Pimentel, Laurentino e Cosmo, no município de Alagoa Grande, no período pós-abolição, realizo uma pesquisa de natureza qualitativa, pois analisa dados que não são mensurados numericamente, mas sim, considera a parte subjetiva do problema. Para tal, utilizo a História Oral como fundamento metodológico, buscando na memória dos sujeitos a ressignificação de fatos, pessoas e lugares.

A tese em seu conjunto busca temporalizar as estruturas racistas no Brasil, como eixo norteador do município de Alagoa Grande, no estado da Paraíba criando possibilidades da realidade histórico-social das famílias Pimentel, Laurentino e Cosmo, a partir das incursões no pós-abolição.

No que concerne à representatividade, o trabalho especifica expor para o município alagoagrandense a importância de visibilizar ícones negros, pessoas e personas que circunscrevam a afirmação de negras e negros assentadas (os) em seus territórios.

Especificando as apreensões que competem o reconhecimento de um povo, a pesquisa buscou empreender nas suas sujeitas e sujeitos o elemento valorativo do ser negra e negro, na sociedade brasileira e, em particular na alagoagrandense. Para tanto, elucidando o conceito de “não lugar”, sendo configurado como possibilidades como sujeitas e sujeitos de direitos.

Referenciada pelas africanidades e afrodescendência, se buscou nas sujeitas e sujeitos pesquisadas e pesquisados, o protagonismo identitário quebrando paradigmas atitudinais e

estruturais, de privilégios, e assim, formataram-se os marcadores sociais afrocentrados, legitimando os cruzamentos identitários dos troncos familiares.

1.1.1 Método da pesquisa afrodescendente

Ao escolher a afrodescendência como método de pesquisa parti da diacronia da ancestralidade através do tempo vivido nos territórios alagoandenses e da proximidade entre a pesquisadora e as pesquisadas e os pesquisados.

A afrodescendência trata-se de uma abordagem metodológica do campo da pesquisa empírica concebida para aquelas pesquisadoras e aqueles pesquisadores que tenham um envolvimento prévio com o tema da pesquisa, ou seja, conhecem por vivência o campo da pesquisa. É considerado o método para pesquisadoras e pesquisadores da “porteira para dentro” e não da “porteira para fora.” Pesquisadoras (es) que por situações da vida própria encontram-se imersos no tema da pesquisa.

Quero destacar que, a terminologia “da porteira para dentro” e da “porteira para fora” foi instituída pela pesquisadora baiana Narcimária Correia do Patrocínio Luz nas pesquisas sobre terreiros realizadas em Salvador – BA, feitas por quem é de terreiro, quem vive e conhece o terreiro antes mesmo de conhecer métodos de pesquisa ou estar realizando pesquisa (LUZ, 2013).

O método afrodescendente é sempre aplicado a um lugar específico e não procura generalizar, neste lugar procura-se sempre o inserir num território. Sendo sempre essa base do território uma das delimitações inerentes à pesquisa afrodescendente (CUNHA JÚNIOR, 2019) e (CUNHA JÚNIOR, 2006). Ainda de conformidade com o pesquisador Cunha Júnior, o território é pensado na base africana da ancestralidade, através da construção de solos férteis, preservados e perpetuados pelas gerações passadas, presentes e futuras. O método apresenta ainda outros detalhes de rupturas com os métodos mais tradicionais e eurocêtricos.

Nessa abordagem metodológica da afrodescendência, é preciso a observação da realidade e da prática, e depois, as adaptações das teorias e conceitos existentes, ou, a serem criados/produzidos pelas necessidades emergentes da prática. Podemos dizer que, é um método no qual a teoria não reina sobre a prática e nem a prática sobre a teoria. Para tanto, a teoria não é dada, *à priori*, pois, já existe a vivência da prática realizada. No entanto, se faz necessário explicá-la, traduzi-la para o geral da sociedade e dar conhecimento ao campo científico.

Segundo Vasconcelos (2002), outra particularidade apresentada pelo método da afrodescendência é ser um método de pensamento sistêmico. Ele argumenta que, os fatos

transformam-se em conceitos e esses conceitos se relacionam com os fatos de forma sistêmica, através de interações plurais. Na visão de Cunha Junior (2010) o pensamento sistêmico ou pensamento complexo é parte do pensamento africano, daí ser a base do conceito de africanidade. O autor ainda nos apresenta que, devido à complexidade da realidade na pesquisa afrodescendente escolhemos três a quatro focos de pesquisa e os entrelaçamos ao longo de todo trabalho procurando as relações e correlações entre os focos da pesquisa ou entre os conceitos elencados ou ainda sobre subtemas escolhidos (CUNHA JÚNIOR, 2019).

Trazemos como ilustração os trabalhos de pesquisa realizados com base nessa metodologia na dissertação de mestrado de Marlene Santos (2012) e da tese de doutorado de Juliana de Souza Mavoungou Yade (2015), cujas pesquisas verificamos que, existe uma problematização transdisciplinar, sendo trabalhados os temas que se relacionam entre si, aos quais são conhecidos pelas pesquisadoras.

Na pesquisa afrodescendente não existe distanciamento entre o sujeito pesquisador (a) e o sujeito pesquisado (a). É uma relação de sujeito para sujeito e não de sujeito para objeto de pesquisa. E, nessa relação de sujeito para sujeito é onde reside a qualidade da pesquisa participante, porque ao longo do processo de trabalho, ambos mutuamente modificam-se e produzem dinâmicas de transformações das informações e das percepções sobre os fatos.

Em síntese, posso afirmar, a partir das citações apresentadas e pela vivência com a metodologia que, a pesquisa afrodescendente trata os temas a partir do conhecimento experimental. É uma pesquisa de forte teor empírico, de natureza transdisciplinar, inserida no campo do pensamento sistêmico da complexidade, trabalhando na relação sujeito-sujeito, apresentando uma forte vinculação entre pesquisador (a) e o tema, distante da procura da neutralidade científica, evolui para a consolidação conceitual teórica e culmina em uma síntese conceitual explicativa da realidade vivida em território por um conjunto de população de maioria afrodescendente.

1.1.2 A História Oral enquanto fundamento metodológico

A partir do momento que tomei a decisão de estudar territorialidades negras e parentesco no município de Alagoa Grande-PB, senti-me desafiada e motivada. Já que foram muitos os momentos de incertezas pela escassez de informações de fontes orais e escritas para viabilizar o processo de pesquisa de campo. Entretanto, durante o curso das disciplinas ministradas no Programa de Pós-graduação/FACED – UFC amalgamei elementos necessários que possibilitaram vislumbrar a História Oral como perspectiva deste trabalho.

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de construção de fontes para o estudo da história contemporânea, surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador e fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente [...] Uma das principais vantagens da História Oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu (ALBERTI, 2006, p.170).

Ao utilizarmos o método história oral resgatamos aspectos adormecidos da memória, perdidos no tempo, o que significa ir além da história já escrita por outros, acerca do objeto a ser estudado. Busquei elementos na memória que se traduziu em bases históricas de grande relevância para a pesquisa oral em andamento para construção do novo olhar da História, da Cultura e Educação do município de Alagoa Grande-PB.

Por mais que a utilização da História oral como metodologia seja recente, a estratégia de ouvir atores ou testemunhas de certos acontecimentos não é algo novo. Alberti (2006) aponta que essa técnica é utilizada desde a Antiguidade, a exemplo de Heródoto, Tucídides e Políbio, que a utilizaram com o objetivo de escrever acontecimentos da época.

Alberti (2006) explica que a invenção do gravador e da fita no século XX possibilitou o uso do relato como procedimento histórico. Contudo, o autor destaca que o relato não consiste na própria “História”, mas que se revela como uma metodologia que deve ser interpretada e analisada. “Em nome do próprio pluralismo, não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas deem conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado” (ALBERTI, 2006, p.158).

O autor destaca também que a História Oral não é solução para todos os problemas, mas que ela responde a determinadas questões. Além disso, a opção por esse fazer metodológico não significa a opção por um caminho mais fácil em busca de resultados ou que essa metodologia dispensa as fontes documentais, pelo contrário, muitas vezes quem trabalha com História Oral acaba utilizando também outras fontes além das entrevistas. Não é um caminho fácil, pois esta é uma metodologia muito dispendiosa. “Preparar uma entrevista, contatar o entrevistado, gravar o depoimento, transcrevê-lo, revisá-lo e analisá-lo leva tempo e requer recursos financeiros”.

A História Oral auxilia esta pesquisa a reconstituir a história de lugares e pessoas que foram deixados/as de lado pela história oficial, buscando na memória dos sujeitos a relevância dessa história não contada. Segundo Alberti (2006, p.165), “uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”.

Outros campos nos quais a História oral pode ser útil são a História do cotidiano (a entrevista de história de vida pode conter descrições bastante fidedignas das ações cotidianas); a História política, entendida não mais como História dos "grandes homens" e "grandes feitos", e sim como estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos de interesse; o estudo de padrões de socialização e de trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes a diferentes camadas sociais, gerações, sexos, profissões, religiões etc.; Histórias de comunidades, como as de bairro, as de imigrantes, as camponesas etc., podendo inclusive auxiliar na investigação de genealogias; História de instituições, tanto públicas como privadas; registro de tradições culturais, aí incluídas as tradições orais, e História da memória (ALBERTI, 2006, p.166).

Alberti (2006) reforça as contribuições da História Oral ao afirmar que a mesma pode mostrar como a constituição da memória é objeto de constante negociação. Segundo ele, a memória é essencial para os grupos sociais por estar atrelada à construção de sua identidade e, pelo fato de ser algo mutante, é possível falar de uma história das memórias das pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História oral. “As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo” (ALBERTI, 2006, p.167).

Atualmente existe um consenso na Academia de que há uma multiplicidade de memórias em disputa, contudo não foi sempre assim; até pouco tempo a memória era tratada de forma polarizada, memória oficial de um lado e memória “subordinada” ou “dominada” de outro. As histórias contadas pelas pessoas não eram tidas como científicas até que, depois de muitas discussões no meio acadêmico, chegou-se ao consenso de que a memória é múltipla, fragmentada e internamente dividida, são memórias, e todas elas, de uma forma ou de outra, são ideológica e culturalmente mediadas (ALBERTI, 2006, p. 167).

A História Oral abre muitas possibilidades, bastante profícuas e atraentes. Porém, Alberti (2006) esclarece que entre gravar as entrevistas e delas tirar conclusões consistentes para os campos de investigação escolhidos, vai uma grande distância, pois não é fácil trabalhar com a fonte oral, por isso, antes de tudo é preciso levar em conta as condições de produção.

A entrevista de História Oral, segundo Alberti (2006), é documento de cunho historiográfico, do mesmo gênero de memórias, autobiografias, diários e outros documentos pessoais. É, portanto, uma fonte ajustada à ideia do indivíduo como valor.

A existência da interação entre a pessoa que faz a entrevista e a que participa torna essa fonte diferente em relação a outros documentos pessoais como as memórias e as autobiografias. O relato da pessoa entrevistada também depende das circunstâncias da entrevista e da relação estabelecida com o interlocutor (a).

São fatores que devem ser levados em conta na entrevista:

Quando é solicitado a falar sobre o passado diante de um gravador ou uma câmera, cria-se uma situação artificial, pois a narrativa oral, ao contrário do texto escrito, não costuma ser feita para registro. É claro que o entrevistado acostumado a falar em público e a conceder entrevistas para o rádio ou a televisão terá um desempenho diferente daquele que não tem essa experiência. Para alguns, o fato de estar concedendo uma entrevista pode ser motivo de orgulho, porque sua experiência foi considerada importante para ser registrada. Para outros, a situação pode ser inibidora. Além disso, como a linguagem oral é diferente da escrita, leitores desavisados podem estranhar o texto da entrevista transcrita, geralmente menos formal do que um texto já produzido na forma escrita. Todos esses fatores devem ser levados em conta quando da produção e da análise da fonte oral (ALBERTI, 2006, p.171).

Dando continuidade aos estudos da História Oral, utilizando as entrevistas e registro, interpretando, analisando e transformando os relatos em procedimento histórico. Os caminhos da escolha e dos porquês desta metodologia parte da perspectiva de que a mesma me permite, através das narrativas, fazer uma (re) leitura das práticas e das memórias dos meus familiares e parentes. Permitindo-me a identificação dos fatos e/ou episódios ao longo dos tempos que foram construídos e silenciados, mas que são desvelados, paulatina e cautelosamente, em momentos oportunos.

1.1.3 Aporte teórico e conceitos utilizados na pesquisa

Na pesquisa, defino alguns conceitos considerados relevantes: identidade de negro, memória de negro, patrimônio cultural material e imaterial, território negro, territorialidade, Afrodescendência, parentesco, história oral, entre outros. Todo percurso de investigação é pensado a partir de uma abordagem afrorreferenciada, ou seja, uma abordagem fundada na cosmovisão e tradição oral africana e afro-brasileira.

A identidade é traçada aqui como um conceito que comporta definições múltiplas e explica modos de vida de uma pessoa ou de um conjunto de pessoas (SOUZA, 1993, p.12).

“Podemos afirmar que, durante suas vidas as pessoas constroem suas identidades ao se relacionarem umas com as outras em diferentes contextos e situações. A identidade de uma pessoa é formada com base nos fatores tais como: sua história de vida, a história de sua família, o lugar de onde veio e onde mora, o jeito como cria seus filhos, fala e se expressa, enfim, tudo aquilo que a torna única e diferente das demais”.

Para compreensão conceitual e prática do conceito de identidade, busco fundamentos nos processos educativos das sociedades tradicionais africanas, nas quais se educam as crianças, fundamentalmente contando e cantando provérbios, histórias e mitos.

Concernente à identidade de negro, de acordo com a definição de Cunha Júnior (2019), a identidade de populações negras e identidade de pessoas negras são conceitos que sintetizam os qualificadores de identidades coletivas e identidades individuais.

Remetemos a noção de MUNTU nas sociedades Bantu, onde os seres humanos são considerados pessoas dentro das sociedades devido aos processos de socialização (CUNHA JÚNIOR, 2009). As pessoas são MUNTU em decorrência da relação com o meio ambiente, os territórios e o coletivo de pessoas. E a pessoa é decorrente das relações sociais produzidas ao longo de sua história em constantes transformações relacionadas ao ambiente no qual se encontra inserida.

Entendo a memória de negro como narrativas de interpretação dos fatos pautados pela experiência social da população negra, amparada em Souza (1993). Sendo que cada um dos fatos culturais pauta uma seletividade da memória com fator de importância. As memórias coletivas e a individual são estabelecidas em consensos, tratando do passado sempre numa perspectiva do presente. A memória coletiva reforça sempre a existência do grupo social e do pertencimento a um setor da sociedade, de forma consciente ou não. Sendo também, um fato social dinâmico marcado pelas necessidades de inscrição dos acontecimentos e da participação neles.

Os lugares de memórias são partes dos lugares das narrativas orais e da oralidade, que fazem parte da construção histórica. E que, segundo Martins (2016), os lugares de memórias são parte dos documentos orais contidos nas memórias coletivas. São lugares sobre os quais várias pessoas falam como legitimando sentido às suas próprias existências.

A pesquisa também trata de Patrimônio Cultural Material e Imaterial. "Patrimônio é tudo que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia" (LONDRES, 2001, p. 68).

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,

o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar, da história e da cultura de um grupo social, que pode (ou, mais raramente não), ocupar um determinado território. Trata-se de cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte (esculturas, quadros), e de cuidar também dos usos, costumes e manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas e que se transformam ao longo do tempo. O objetivo principal da preservação do patrimônio cultural é fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar,

contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida (IPHAN, 2012, p.12).

Nesse ínterim, o patrimônio cultural de uma sociedade é também fruto de uma escolha e que, no caso das políticas públicas, tem a participação do Estado por meio de leis, instituições e políticas específicas. Essa escolha, segundo o Iphan (2012), é feita a partir daquilo que as pessoas consideram ser mais importante mais representativo da sua identidade. Ou seja, são os valores e os significados atribuídos pelas pessoas a objetos, lugares ou práticas culturais que os tornam patrimônio de uma coletividade.

Para tanto, esse conceito é o conjunto de bens, materiais e imateriais que são considerados de interesse coletivo e relevantes para a perpetuação no tempo. Nesse sentido, o patrimônio é um constructo social. É a herança cultural do passado, vivida no presente, que será transmitida às gerações futuras.

No que podemos entender como patrimônio cultural da população negra: “É tudo que confira valor à memória, à identidade, à produção e à cultura negra” (CUNHA JÚNIOR, 2019).

Ressalto, ainda, que o constructo cultural mencionado não é só o que é materializado, escrito, musealizado e edificado. Outros elementos constructos podem se incorporar à memória oral e à oralidade como patrimônio cultural, como roda de capoeira, forró, festejos juninos, lapinha (pastoril), cavalgada, dentre outros. Mesmo com os avanços tecnológicos existentes na contemporaneidade, essas ferramentas não são acessadas pelas populações periféricas das zonas rurais, ribeirinhas e das florestas, com eficiência e rapidez disponíveis a toda comunidade. Portanto, a oralidade tem uma relevante função social/educacional na transmissão do conhecimento para todas as gerações.

Territórios negros e territorialidade da população negra são conceitos que nos remetem aos espaços geográficos habitados ou produzidos pela população negra sobre um lugar de moradia e suas extensões de uso, conforme explica Cunha Junior (2019).

O território é o lugar impresso de relações sociais e históricas, elaborado por agentes sociais que nele vivem. Domingos (2016) entende o território como um caleidoscópio representativo da vida, que tem dimensões variadas no jogo das relações sociais, culturais e políticas.

A territorialidade compreende-se como sendo o conjunto das relações simbólicas que se estabelecem entre as pessoas que ocupam determinada região e que mantém suas tradições culturais, num ambiente onde se enfrentam e se compõem distintas forças sociais, estabelecendo relações de poder econômico e político. O reconhecimento de pertencer a uma mesma cultura,

de ter uma mesma história, formas de ser, estar, pensar e agir comuns permite às pessoas e aos grupos se identificarem como originários de determinado território.

Essa identidade ajuda a construir o nível de mobilização necessário para atuarem como sujeitos de um processo de desenvolvimento. Uma dinâmica em que o coletivo, ao se organizar, percebe a necessidade de agir para transformar sua realidade e para afirmar suas potencialidades (PEIXOTO, 2014, p.153).

Africanidades e Afrodescendências são enfoques conceituais pensados a partir da incorporação da dinâmica da base material e imaterial imbricadas na história das civilizações africana e brasileira, as quais são fundamentais para a compreensão da formação histórica e social da civilização brasileira, tendo a Cosmvisão Africana como base operacional epistemológica.

Africanidades e afrodescendência constituem parte de uma ruptura de paradigmas e da criação de um caminho epistemológico para a compreensão das relações sistêmicas elaboradas pelos grupos sociais presentes na vida brasileira. As proposições deste grupo de pensamento têm como finalidade uma interpretação da realidade das populações negras fundamentada nas culturas e nas histórias destas populações. Procuram uma superação do eurocentrismo e do brancocentrismo pelo reconhecimento das culturas e identidades negras e pelo uso do pensamento de base africana. Com utilização dos paradigmas das africanidades e afrodescendência na educação, chegamos a uma educação focada nas realidades das localidades e atuante na transformação da vida (CUNHA JÚNIOR, 2001, p. 56).

A Afrodescendência proposta pelo pesquisador e orientador Dr. Henrique Cunha Júnior, da Universidade Federal do Ceará, postula que “A Afrodescendência se aproxima da fenomenologia por priorizar a consciência social dos indivíduos, e a experiência do grupo social, no entanto, considerando a historicidade da experiência” (CUNHA, 2001, p.3). A minha intenção de abordagem epistemológica é trabalhar na perspectiva (afro) paraibana alagoagrandense, uma vez que precisamos, enquanto pesquisadoras e pesquisadores da temática da população negra, trilharmos na historicidade, nas produções material e imaterial de africanos e afrodescendentes, quebrando o ritual acadêmico “padronizado” por parte da elite intelectual branca que desqualifica ou inviabiliza os referenciais acadêmicos da população negra científica.

Compreendo, aqui, a partir da afrodescendência, o conceito de parentesco como a relação que une pessoas por vínculos genéticos (descendência e ascendência) ou sociais. Esses vínculos são estabelecidos por um ancestral comum, ou criado por outras relações sociais. Neste caso, investigo sobre a história de meus parentes residentes em Alagoa Grande (zona urbana) e Serra da Paquevira e Engenho Buraco D’água (zona rural). Esses laços genéticos traçam as

relações familiares Pimentel, Cosmo e Laurentino, como matrizes nucleares fortalecedoras das linhagens nos intercruzamentos parentais.

- Famílias Afrodiáspóricas:

Na busca do entendimento de como é constituída as famílias negras procurei nos estudos realizados pelo Nabor Jr (2016), como elemento norteador da minha análise do meu clã familiar. Segundo o referido autor nas sociedades africanas a família é uma unidade grupal na qual se desenvolvem três tipos de relações: aliança (casal); filiação (pais/filhos) e consanguinidade (irmãos), e que sua unidade fundamental é a família extensa, a qual funciona como elemento mítico, espiritual, social e solidário.

Também se verifica nessa sociedade familiar que as estruturas possuem um caráter comunitário, onde cada indivíduo exerce funções com importância coletiva, e que o comunitarismo faz parte da religião, da vida econômica e, da existência de atuação nas diversas sociedades especiais (família e tribo). Quanto aos sistemas familiares africanos podemos citar: patrilinear, matrilinear, bilinear. Nessa estrutura, significa dizer que cada indivíduo se liga a todos e todas por conexões genealógicas. Esses modos de “filiação” denominam-se “linhagens”.

No tocante as famílias negras no Brasil, tiveram origem no regime escravista a partir do século 16 quando os africanos (as) foram utilizados (as) como mão-de-obra escrava nas atividades econômicas da colônia portuguesa. A formação das primeiras famílias negras no país contou com o incentivo da Igreja Católica que buscava no casamento dos negros uma forma de cristianizá-los e enquadrá-los nas normas vigentes da legislação eclesiástica no Brasil Colonial, normas essas criadas em 1907.

Após o fim do regime escravista brasileiro, um exemplo de construção de família negra brasileira é o casal Manoel Albino Pompilho da Trindade (sapateiro) e Emerenciana de Jesus Trindade (quituteira e empregada doméstica), genitores do poeta pernambucano de Recife Francisco Solano de Trindade (o poeta do povo). Esse casal quem deu início a formação de um dos mais importantes “clãs negros da América Latina”. A família Trindade se dedicou à preservação da cultura e da memória africana e afro-brasileira no continente. A trajetória dos Trindades advém das Guianas Trinidad.

- Contextualizando as famílias na atualidade:

A família, na dinâmica atual, pode ser definida como um sistema em evolução constante sofrendo variações na sua composição e as famílias negras por consequência sofrem os

impactos dessa nova ordem imposta socialmente. Na cultura ocidental observamos novas configurações e paradigmas cujas famílias passaram a ser constituídas por casais com orientações homoafetivas, biafetivas e assexuais. Observa-se também um acentuado crescimento de casamentos inter-raciais no Brasil. No censo de 2010, apontou 31% dos casamentos brasileiros eram inter-raciais. Esse fato, porém, não diminui a rejeição das pessoas negras pelos membros brancos das famílias (a tonalidade da pele, o fenótipo, os cabelos...) fazem a diferença no tocante aos afetos, aos privilégios e participação social em família.

Trazendo para o meu contexto familiar pude observar ao longo dos anos que embora não se tenha sido verbalizado, mas as atitudes por parte de alguns membros das famílias não negras para conosco de tonalidade escura sempre foi de distanciamento, indiferença ou ignorar dependendo da situação e localidade.

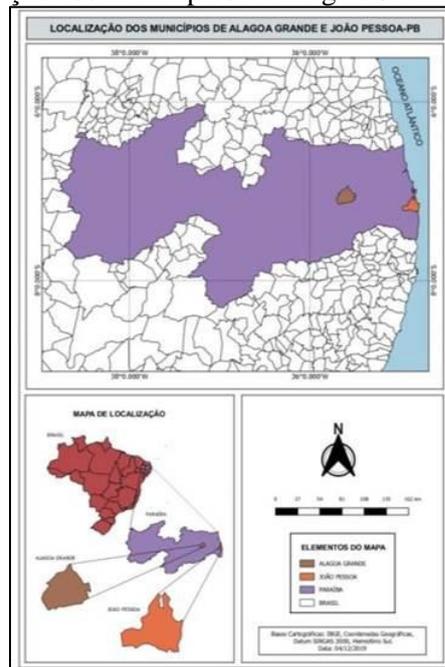
O racismo nas famílias com base nos casamentos inter-raciais interfere na formação identitária das pessoas, de como elas se comportam nas relações e convivências no núcleo familiar, na sua autoimagem perante o outro. Fatores determinantes para me definir que sujeito eu sou e me situo no universo.

1.1.4 A trajetória da pesquisa: caminhos desafiadores

Esta pesquisa foi motivada pelo desejo de conhecer com profundidade a minha história familiar e a cidade onde nasci Alagoa Grande-PB. E, assim, mergulhei nas entranhas do processo acadêmico na Universidade Federal do Ceará, no doutorado em Educação, na linha de pesquisa de Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola, no eixo temático Cultura, História, Filosofias e Pedagogias Afrorreferenciadas.

Percursos cheios de incertezas, a cada semestre, a cumprir diante dos obstáculos atitudinais e institucionais, me debrucei em visitar e revisitar meus territórios em Alagoa Grande, onde sua localização é apresentada na figura a seguir (figura 2), Serra da Paquevira e Engenho Buraco D'água, e meus parentes maternos e paternos para obter informações. Voltar ao meu torrão natal, numa viagem de roda gigante num parque de ilusões e de realidade, tecendo fios de uma infinidade de memórias que o tempo não fez adormecer, embora sempre tivesse algumas poucas pessoas a dizer-me como forma de desestímulo “também, nessa idade vai inventar de estudar”; “melhor cuidar de sua aposentadoria”; uma dosagem de desqualificação e maldade sem limites... Seguia, persistia e aqui me encontro. Um pouco cansada, não pela idade, mas pelas fragilidades do estado debilitado da saúde.

Figura 2 – localização dos municípios de Alagoa Grande e João Pessoa



Fonte: Autoria própria, 2020.

No movimento de construção e desconstrução da pesquisa, traçando a geografia dos espaços a analisar lembranças, fatos marcantes foram se apresentando. As imagens refletidas do espelho da minha vida. As subjetividades e particularidades. Falar de mim e da minha família é uma mistura de sentimentos entre temor e ânimo para as revelações contidas e sofridas. Do desejo de mergulhar a desvelar segredos. Tudo muito mágico... Encantamento.

Remexer no baú da família não foi um processo facilitado, como a princípio imaginava. Resistências, receios nas falas, o que é compreensivo. Porque falar de nós? Para algumas pessoas um orgulho falar de si e de outrem, para outras pessoas gera desconfiança. Num processo de conquista a cada etapa.

Para alguns parentes, a magnitude deste trabalho acadêmico não tem tanto valor. São na maioria, semianalfabetos/as, com pouca escolaridade. Daí, para esses, a pesquisa é secundarizada, em contrapartida, a presença da pesquisadora é motivo de satisfação. Cada visita na zona rural foi planejada e acordada, com antecedência, pois o acesso aos territórios é difícil, em meio a estradas de barro, serras, transportes dificultosos, e também buscava datas comemorativas que reunissem o maior número possível de parentes (aniversários festejos e casamentos).

Essa tentativa de trazer episódios remotos para a atualidade foi colocada sobre minha responsabilidade como um tombamento familiar. Com a morte de papai em 2008, do tio Zé Preto em 2004, e da tia Dinda em dezembro de 2017, as posturas de alguns familiares foram

modificadas nas relações parentais. Antes, a família Pimentel, mantinha os costumes de valorização e respeito aos troncos velhos. A mesma situação acontece com a família Laurentino, no caso do falecimento do meu avô, Manoel Laurentino. O mesmo ocorreu com o falecimento do tio Cosmo. As novas gerações adquiriram novos valores, perdendo os referenciais de família.

Durante quatro anos de estudo e pesquisa, busquei escrever o objetivo num espaço influenciador das vivências da identificação e do pertencimento, elo do passado com o presente. Uma sinfonia ancestral. O desafio de propor um estudo sobre Territorialidades Negras e Parentesco vislumbra uma práxis dialética – uma prática de minha vivência pessoal, profissional e ativista dos movimentos sociais negros que vem sendo desenvolvida ao longo das últimas décadas.

O tema desta investigação científica trará contribuições significativas enquanto pertencimento afroreferenciado, autoestima e identidade positiva para os membros familiares, sujeitos-agente da pesquisa; e também para o município em questão, no tocante às contribuições econômicas, culturais e educacionais dessas famílias para a história da cidade e estado da Paraíba.

2 CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UMA NORTEADORA NA LUTA CONTRA AS INJUSTIÇAS SOCIAIS

Ao debruçar-me, tecer a trajetória da educação antirracista no Brasil, me remeto ao racismo como sendo uma ideologia constituída na história da educação brasileira, e que tem ocasionado impactos na vida social, econômica e política das pessoas que são e estão marcadas pela hierarquização racial em nossa sociedade, tendo o assentamento eurocêntrico e de privilégios das elites econômicas, motivadas por um modelo excludente estabelecido.

A educação como um direito de todo cidadão e cidadã brasileiros, independentemente de seu pertencimento étnico-racial é destacado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 assim descrito: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2022).

Em seu artigo 206, ratificam-se princípios de igualdade e de padrão de qualidade: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para acesso e a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; gestão democrática do ensino público na forma da lei; garantia de padrão de qualidade.

E ainda, a Constituição, em conformidade com os princípios de equidade e justiça para a educação, refere-se à necessidade de garantia e valorização da diversidade cultural presente na sociedade. E por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), representa o principal dispositivo legal da transição institucional da educação brasileira, permitindo a redefinição de papéis e de responsabilidades dos sistemas de ensino, concedendo uma maior autonomia às instituições escolares, flexibilizando os conteúdos curriculares e estimulando a qualificação do magistério.

Embora se tenha assegurado inúmeros direitos no papel, a conjuntura educacional vigente em 2021 é desastrosa, pesquisas de institutos nos apresentam dados estarrecedores no tocante a vários aspectos (formação, desempenho, analfabetismo, escolarização...) em consequência do mau uso nos investimentos destinados à educação pelos gestores/as públicos.

Perpassamos etapas históricas deste folhetim, buscou-se então, as perspectivas por políticas públicas compensatórias específicas para a população negra no Brasil com aplicabilidade de leis afirmativas.

Nesse sentido, cito seis Pilares da Cidadania imprescindíveis, tais como, a liberdade e o empoderamento negro a partir do arcabouço legislativo em consonância com a mobilização e organização das entidades negras sociais e acadêmicas de todo Brasil.

O primeiro pilar foi a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 – que altera a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura

Afro-Brasileira e Africana” como reconhecimento da importância das lutas dos negros e negras no Brasil e sua relevante contribuição nas áreas social, econômica e política.

Para a materialização dos anseios das lutas antirracistas foi promulgado o segundo pilar, a Lei 12.288, de 20 de julho de 2010 – “A Lei do Estatuto da Igualdade Racial” em seu art. 1º, institui garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Tendo no capítulo II - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, nas seções I, II, III e IV da referida Lei destinada à população negra. Assegurando dessa forma, direitos sociais e civis voltados aos afrodescendentes.

Diferentemente do antecessor, o terceiro pilar, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 - dispôs a garantia do ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, a cota de 50% de vagas para os estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, e que serão preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas. E, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que as cotas são constitucionais.

O quarto pilar fundamenta-se pela Emenda Constitucional 72/2013 – que altera a redação de parágrafo único do art.7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais.

A posteriori, o quinto pilar, pela força da lei nº. 12.999, de 9 de junho 2014 garantiu a reserva aos negros e as negras de 20% de vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades mistas controladas pela União. Cabendo a possibilidade dessa lei reverberar para os âmbitos estadual e municipal.

Destarte, o sexto pilar, a Lei nº. 12.964, de 8 de abril 2014 que altera a Lei 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre multa por infração à legislação do trabalho doméstico.

As leis supracitadas deixam um legado às políticas afirmativas para a população afrodescendente no Brasil. Esses pilares respaldam não somente pelo viés conceitual, através dos livros e das práticas pedagógicas, mas, também, atenuando as desigualdades sociais e raciais secularmente enraizadas intraestruturais.

2.1 Vivenciando as africanidades na escola

A Ancestralidade é nossa via de identidade histórica. Sem ela não compreendemos o que somos e nem seremos o que queremos ser (Socorro Pimentel, 2019).

A construção identitária no espaço escolar é desenvolvida pelas e nas relações com todos (as) sujeitos que fazem parte deste território, em um processo construído coletivamente. A educação é considerada como um direito social, que nos desafia diretamente a refletirmos sobre as desigualdades sociais, econômicas, cultural, de saúde emocional e aquisição de conhecimentos intelectuais, e como esses corpos, em especial os negros, são violentados física e mentalmente.

Os racismos, as exclusões e o silenciamento dos atos de violação de direitos não são notificados, acarretando abandono, evasão e fracasso escolar. Como direito social fundamental, a educação deve ser assegurada a todos e todas pelo estado, ancorada pela família.

Diante disso, é inerente o questionamento: como a escola pode romper e estabelecer parâmetros de combate ao racismo estrutural? A resposta seria conceber a estrutura social como dinâmica dos inúmeros conflitos de classes, intolerância religiosa, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero. Assim, é necessária a ação de modo sistêmico a propor ações eficientes contra os racismos e as violências institucionalizadas.

Como inspiração, os ensinamentos do educador Paulo Freire, o processo de ensino e aprendizagem é permanente, por isso, precisamos avançar depois do diálogo e da construção do conhecimento enquanto ato pedagógico libertador para organização da práxis coletiva. Na perspectiva de se culminar numa ação transformadora.

Para compreensão da educação antirracista e sua identidade positivada, busquei a compreensão conceitual e prática de identidades da população afrodescendente e os fundamentos dos processos educativos das sociedades tradicionais africanas. Nessas sociedades educam-se as crianças contando e cantando provérbios, histórias e mitos. Qualquer adulto é um educador (a) em potencial, os quais devem oferecer exemplo de ser e viver para as gerações mais novas.

Ilustrando esse pensamento apresento uma citação que considero relevante de D'Andesky no tocante a identidade.

A identidade para se constituir pressupõe uma interação. A ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento [...] (D'ANDESKY 2001, p.76).

De acordo com o pesquisador e professor Dr. Henrique Cunha Júnior, na apresentação da ementa da disciplina História dos Afrodescendentes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará - UFC foi apresentado dois conceitos que geram os caminhos do pensamento histórico, os conceitos de africanidade e afrodescendência. Conceitos esses, segundo o pesquisador, essenciais na formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Segundo Cunha Júnior (2010), o conceito de africanidade gera uma unidade cultural em presença da diversidade entre os povos e regiões africanas. E o conceito de afrodescendência implica que, a matriz africana foi recebida e desenvolvida no Brasil:

A africanidade é transportada através do oceano atlântico e as civilizações africanas foram transportadas para o Brasil e modificadas neste novo território em respostas as condições geográficas, sociais, políticas e econômicas. Afrodescendência implica na existência de um patrimônio cultural, intelectual civilizatório desenvolvido no Brasil e tendo como base o capital cultural diverso africano, sem, contudo, perder os eixos de força africana. Esta maneira de interpretação da história permitiu relacionar as formas de trabalho e conhecimentos africanos com as realizadas no Brasil e revelar as tecnologias africanas importantes na formação histórica desse país. É correto afirmar que uma nova interpretação da base técnica da nossa formação e da relevância dos conhecimentos da mão africana (CUNHA JÚNIOR, 2010).

Sendo a escola um local de disseminação do conhecimento, ela também é um constructo social identitário e produtora da cultura, no caso específico a história e a cultura afro-brasileira e africana, tendo como referencial a Lei 10.639/2003, a qual traz no seu foco o enfrentamento do racismo epistêmico arraigado na educação brasileira com as teorias eurocêntricas oficializadas no sistema de ensino brasileiro.

Como marcos legais da educação brasileira, podemos citar como exemplo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) e a Lei 10.639/2003 (que altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) que incluíram de forma obrigatória o “estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” nos currículos estudantis.

Por sua vez, a Resolução do CNE/CP nº 03/2004, dita às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura

Afro-Brasileira e Africana, promovendo contribuições significativas na luta contra a desigualdade e o racismo estrutural intrínseco na sociedade brasileira.

A Lei nacional 10.639/2003, com seus 19 (dezenove) anos de promulgação, não tem conseguido influenciar a maioria de gestores/as e profissionais da educação no sistema de ensino de todos os níveis e de ensino e, conseqüentemente, encontramos posturas de resistência em falar da temática do racismo, das violências e das exclusões em todas as suas modalidades.

A partir da descoberta das possibilidades e do encantamento vivencial da minha trajetória pessoal e profissional, mergulhei no universo da pesquisa referenciada pelos ensinamentos do meu orientador professor Dr. Henrique Cunha Júnior e da professora Dra. Sandra Haydée Petit, referenciais na temática da negritude na Universidade Federal do Ceará no programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de pesquisa Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola no Eixo Temático Cultura, História, Filosofias e Pedagogias Afrorreferenciadas.

E nessa busca de conhecimento científico, busquei outros/as teóricos/as que tenham sintonia com o tema para trazer o aporte necessário e analisar a história e a memória da minha família fincada nas zonas rural e urbana do município de Alagoa Grande no estado da Paraíba na região nordestina do país.

A pesquisa é pautada no reconhecimento e fundamentos das tradições populares da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, a qual busca o diálogo entre a crítica e a esperança numa lógica dialética e, dessa luta, a transformação de poder e privilégios. E também com base na literatura oral africana e nos referenciais das africanidades.

Contudo, Freire afirma que “é preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, até que, no dado momento, tua fala seja a tua pratica”. Tomando como base esses princípios paulofreirianos observamos a dialógica, o acolhimento e a convivência humanizadora. E, do ponto de vista pedagógico, acolher e respeitar o conhecimento dos outros – popular acadêmico – científico, religioso – místico – e conseqüentemente promover o encontro dos diferentes. No tocante a subjetividade, origem e saberes de cada povo ao longo da vida acumulada e, assim, intervir para transformar (GUERREIRO, 2010).

Portanto, tematizar sobre as territorialidades negras, afro-paraibana, possibilita-me a conscientização crítica da realidade, rompendo com a cultura do silêncio. Os cerceamentos e as incertezas das possibilidades ocasionadas pelas intempéries ideológicas da contextualização dos sujeitos pesquisados. E, nesse percurso, buscam-se na pedagogia da reflexão os caminhos viáveis sobre a ótica real, da conscientização dessas pessoas como protagonistas das próprias

mudanças. “Não é no silêncio que os homens que fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação e reflexão” (FREIRE, 2003).

E, nesse propósito de leitura de mundo, perpassado pelo diálogo com a minha práxis, problematizo a minha vivência nos vários espaços circundantes (família, escola, sindicato da educação (SINTEP-PB), Central Sindical (CUT), Movimentos Sociais Negros, Conselhos de Psicologia, Federação Nacional dos Psicólogos, Associação de Psicólogas/os e Pesquisadoras/res Negras/os ANPSINEP-Núcleo/PB, enquanto Secretária Estadual da Secretaria de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores do PT/PB e também como gestora pública na função de Coordenadora Geral da Cidadania LGBT e da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB.

Essas vivências geraram inquietudes e desencantos decorrentes do racismo estrutural e institucional. Afetada pelos sentimentos de exclusão, examinei minuciosamente os tópicos elencados com mais profundidade na pesquisa, buscando respostas epistemológicas, prosseguindo na estrada constituída de vários espirais sobre as realidades imaginadas e refletidas.

Embora tenha passado por todos esses espaços citados como profissional ativista antirracista e gestora pública, senti na pele o racismo institucional e estrutural presentes em todos os locais disfarçados hipocritamente pela falseadora “democracia racial”. E muitas das vezes inerte frente à incapacidade de pensar estratégias de coalização frente aos agravos sofridos do racismo sistêmico.

Enquanto gestora pública municipal em parceria com a Secretaria de Educação de João Pessoa-PB e Coordenadoria da Cidadania LGBT e da Igualdade Racial de João Pessoa no ano de 2014, foi desenvolvido o Projeto-Piloto: Rede de Combate ao Racismo, Intolerância Religiosa e Homofobia.

Esse projeto foi desenvolvido com sucesso em 10 (dez) escolas municipais contemplando os 9 (nove polos) da rede de ensino de João Pessoa, objetivando promover o diálogo institucional sobre as Leis 10.639/03 e 11.645/2008 de conformidade com o Plano Plurianual de 2014 a 2017 da Prefeitura Municipal de João Pessoa. A sua culminância ocorreu no final do ano letivo na Estação Ciência com apresentação dos trabalhos desenvolvidos nas oficinas temáticas pelos alunos e alunas durante o semestre escolar.

2.2 A Psicologia: sua contribuição no processo ensino e aprendizagem

Quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade (Paulo Freire).

As profissões são definidas a partir de um corpo de práticas que busca atender as demandas sociais, e são norteadas por padrões técnicos e pela existência de normas éticas que possam garantir uma adequação relacional de cada profissional com seus pares na sociedade como um todo.

Para tanto, todo profissional de psicologia em sua atuação nas diversas áreas do conhecimento (educação, saúde, social, organizacional, jurídica, esporte, entre outras) é regido pelo seu código de ética profissional e precisa estar registrado em um dos Conselhos Regionais (CRP's) de onde reside e pretende atuar, sendo regido nacionalmente pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).

A Psicologia é uma profissão, bem como uma disciplina e ciência que estuda os processos mentais (sentimentos, pensamentos, comportamentos) humanos individuais e coletivos. Dessa forma, é preciso atentar-se à sensibilidade de compreender e desconstruir mentalidades arraigadas de preconceitos e racismos. Frente ao exposto, profissionais negros e não negros sensíveis às causas antirracistas na educação têm se debruçado no projeto da educação, que contemple a diversidade étnica por entender que o espaço da escola é plural e, que todas as culturas precisam ser visibilizadas e valorizadas.

Mediante o contexto político e social do Brasil atual, com o desmonte das políticas públicas, sobretudo na educação, acarretando retrocessos e incertezas, se fez necessário um posicionamento de entidades diversas a favor da democracia e garantia do estado de direito.

Nesse sentido, historicamente, ao longo da sua trajetória, o Sistema Conselho de Psicologia apontou caminhos para a formação e atuação da (o) psicóloga (o) na causa antirracista, e ano de 2017, através do Centro de Referência Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas-CREPOP, fez o lançamento do documento para categoria intitulado *Relações raciais: referências técnicas para a prática da (o) Psicóloga (o)*.

Nas últimas décadas as contribuições da Psicologia no campo das relações étnico/raciais no Brasil têm avançado em suas entidades representativas e com psicólogas/os e pesquisadoras/es negras/os, levantam a bandeira contra o racismo com propostas teóricoepistemológicas na compreensão das desigualdades étnico-raciais nos cursos de graduação e pós-graduação de Psicologia do Brasil.

Várias ações têm sido amplamente discutidas, massificadas e realizadas em diferentes regiões brasileiras pelas entidades da Psicologia em parceria com o movimento social negro, universidades, instituições jurídicas, sindicatos, instituições públicas e privadas, objetivando elaborar programas, projetos e formação continuada.

No percurso de autoafirmação, algumas personalidades negras iniciaram o debate antirracista em suas obras, que nos espelham para prosseguirmos nas trincheiras. Podemos destacar: a psicanalista Neusa Santos Souza (1951-2008) com o seu livro “Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social”, publicado em 1983, as obras de Fanon, “Pele Negra, Máscaras Brancas”, Dra. Virgínia Leone Bicudo (1915-2003) - primeira mulher a fazer análise na América latina, a primeira estudiosa a redigir uma tese sobre relações raciais no Brasil e também a primeira psicanalista não médica no país, como também integrou o primeiro Conselho Federal de Psicologia no ano de 1973.

Também integram essa relação, a Doutora Psicóloga Maria Aparecida Silva Bento do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), criado em 1990 no estado de São Paulo com a finalidade de elaborar e implementar programas de promoção da igualdade racial em sindicatos, escolas, empresas e órgãos públicos.

Outra entidade que atua desde 1995 no estado de São Paulo, no enfrentamento ao racismo, discriminação e preconceito pelo viés político e psíquico, é o AMMA PSIQUÉ NEGRITUDE, coordenado pela psicóloga Maria Lúcia da Silva com atuação em âmbito local e nacional. Podemos destacar ainda, que no ano de 2010, quando da realização do I Encontro Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (res) sobre Relações Raciais e Subjetividade (I PSINEP), ocorrido na Universidade de São Paulo (USP), a criação da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) Negras (os)-ANPSINEP, que tem como missão articular a produção de conhecimento e a ação política no campo da Psicologia, sobre o impacto do racismo na construção da subjetividade e nas relações étnico/raciais.

Na Paraíba temos um núcleo da ANPSINEP no qual sou integrante. E, em ação coletiva, desenvolvemos ações em parceria com o Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região, ANPSINEP nacional, os movimentos sociais de negros e mulheres, e também, em comunidades. Dessa forma, traçando diretrizes do nosso autocuidado enquanto membros/as da entidade e de quem prestamos nossos serviços. Nesse meandro, o CFP traz à luz um conceito de racismo:

O racismo é uma ideologia de abrangência ampla, complexa, sistêmica, violenta, que penetra e participa da cultura, da política, da economia, da ética... Enfim, da vida subjetiva, vincular, social e institucional das pessoas. Trata de uma estratégia de dominação que estrutura a nação e cada um de nós e é pautada na presunção de que existem raças superiores e inferiores (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017, p.10).

Em consonância à citação do CREPOP, o racismo é estruturante e impactante nas vidas das pessoas. Falar do racismo é um tema que perpassa por todas as áreas do conhecimento, sendo, portanto, uma luta que deve ser movida também pelos profissionais da Psicologia. Em virtude de ser profissional da Psicologia Escolar/Educacional e atuar numa escola pública municipal de João Pessoa-PB, observo que no cotidiano escolar as relações interpessoais são excludentes e no projeto político pedagógico (PPP) escolar raramente as africanidades são contempladas. Garantir esse direito constitucional implica em fazer da escola um lugar em que todos e todas se sintam valorizados e reconhecidos como sujeitos de direito na sua singularidade e identidade. A escola precisa reconhecer e implementar leis afirmativas no seu cotidiano, como instrumento que possibilite aos sistemas de ensino em âmbito nacional responder as determinações da Constituição Brasileira de 1988.

O papel do Psicólogo (a) Escolar é de agente de mudanças nesse ambiente, no qual ele (a) busca promover a reflexão e a conscientização dos grupos que compõem a comunidade escolar, partindo das problemáticas do racismo, das discriminações, sofrimento psicoemocional do corpo discente e dos demais profissionais. E, na escuta psicopedagógica, encaminhamos os casos clínicos às instituições especializadas.

Para abrir os caminhos das possibilidades, o Conselho Federal de Psicologia, por meio da Resolução nº18/2002, estabeleceu as normas de atuação para os psicólogos/as em relação ao preconceito e à discriminação étnico-racial, colocando em evidência a necessidade urgente de se fazer o enfrentamento às violências do racismo a todas as formas de exclusões e reafirmando o compromisso da autarquia na defesa dos direitos dessa população.

O Sistema Conselho lançou no dia 20 de novembro de 2020 a campanha “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua”? Trazendo esse debate através da ANPSINEP. Essa campanha foi implementada em todos os Conselhos Regionais de Psicologia com sucesso.

Com o objetivo de enegrecer a radical e eurocêntrica Psicologia, foi criada a Black Psychology (Psicologia Preta), uma vertente da Psicologia que surgiu nos Estados Unidos durante os anos 1960 e 1970 em plena época da luta por direitos civis. Intelectuais negros afroamericanos, como os psicólogos Wade Nobles da Universidade de Stanford, conhecido como Nana Kwatku Berko I – Ifagلامي Sangodare e Naim Akbar da Universidade de Michigan

começaram a produzir conhecimentos voltados para a subjetividade negra, oferecendo ferramentas que ajudam a promover a saúde mental da população negra.

Nesse sentido, observamos a tendência atual da Psicologia nas políticas públicas com atenção às relações étnico-raciais, e o engajamento nos movimentos sociais e políticos partidários, no desenvolvimento de abordagens metodológicas de sensibilização com gestoras/es do racismo estrutural.

No Brasil, o precursor da teoria da Psicologia Preta foi o psicólogo negro Lucas Motta Veigas, aliado à sua experiência na clínica, montou um curso de Introdução à Psicologia Preta (2015) contemplando profissionais de todo país que se identificam com essa temática e motivando alguns profissionais da Psicologia a se debruçarem nessa nova teoria, dentre esses, me incluo na aplicabilidade no meu fazer no cotidiano escolar. Munido da sua experiência do trabalho desenvolvido na Casa Viva Bangu, um espaço de acolhimento da prefeitura do Rio de Janeiro, o psicólogo Lucas Motta Veigas percebeu o sofrimento psíquico da sua clientela, que era majoritariamente negra e periférica. Eram jovens em situação de rua e dependentes químicos.

A Psicologia Preta oferece uma série de ferramentas que possibilita aos profissionais adeptos dessa teoria, trabalhar clinicamente e pedagogicamente os impactos do racismo e da colonização na saúde mental da população negra. No resgate da autoestima positiva, do pertencimento étnico e territorial, na desconstrução de estigmas, estereótipos que interferem no processo de afirmação e ressignificação de ser uma pessoa negra. As etapas de entrelaçamento no devir percebem-se nos meus “eus”, identidades nomeadas a partir da própria experiência, que vão sendo construídas progressivamente a partir do autoconhecimento, costurando e abrindo portas, fechando etapas de cada ciclo. Com isso, possibilitando significado para a negação, bloqueios e, conseqüentemente, (auto) aceitação de si e do outro.

Nesse aspecto identitário negro, buscamos em nosso fazer psicológico, no chão da escola, um aquilombamento a partir dos fundamentos da Black Psychology positivando as pessoas negras como referência na Pulsão Palmarina. Esse termo se refere ao grande líder negro Zumbi dos Palmares, e do sentimento de ser um africano. Termo cunhado pelo psicólogo Dr. Wade Nobres, considerado um dos arquitetos da Psicologia Negra Pan Africana.

Quando me refiro a essas personalidades negras como ícones na luta antirracista, visionários (as) numa época de silenciamento da literatura e da ciência psicológica, significando visibilizar esses referenciais como estimuladores (as) no processo do sentimento de pertença.

Os desafios da qualidade e equidade na educação só serão superados se a escola for um ambiente acolhedor, que reconheça e valorize as diferenças e não as transforme em fatores de

desigualdades. Podemos analisar friamente o que está contido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais para que todos os alunos e todas as alunas devam se desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Garantir o direito de aprender implica em fazer da escola um lugar em que todos e todas se sintam valorizados (as) e reconhecidos (as) como sujeitos de direito em sua singularidade e identidade. Os desafios postos para o cotidiano escolar são os sentidos e significados que caracterizam o território institucional e, assim, vislumbro e defino a escola oficial *versus* a escola da vida.

A Base Curricular estabelece conhecimentos, competências e habilidades esperadas a todos os estudantes a serem desenvolvidas ao longo da escolaridade básica pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

O documento base da BNCC nas unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades nos anos finais do ensino fundamental contempla a valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena, porém, deixando uma lacuna nas fases iniciais. E, ainda de acordo com a Base Curricular, somam-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

A Lei 10.639/2003, que estabelece o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira e a Lei 11.645/2008 que dá a mesma orientação enquanto temática indígena são leis afirmativas no sentido que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e cidadãs, e afirmam o papel da escola em promover a valorização das matrizes culturais que fizeram o Brasil plural. Considerados marcos histórico e legal das lutas antirracistas na educação brasileira.

Em tempos de um Brasil cada vez mais desigual, onde as desigualdades de gênero e raça são estruturantes na sociedade brasileira, o impacto na educação e na escola pública é acentuado e fincado no pilar curricular. Cabendo à necessidade de formarmos no território brasileiro, vários “ninhos de resistência” para que as políticas educacionais sejam proporcionadoras de uma verdadeira história, que valorize e contemple as matrizes afro-ameríndias ainda escondidas nos porões e nas matas desse país.

Temos conhecimento de várias iniciativas exitosas no Brasil com base no legado dessas leis, podemos abrilhantar com a experiência acadêmica de extensão universitária, desenvolvida

com professores e professoras no estado do Piauí pela pesquisadora professora Dra. Rebeca Meijer (2012).

Em sua tese de doutorado, intitulada “Valorização da Cosmovisão Africana na Escola: narrativa de uma pesquisa - formação com professoras piauienses (2012)”, a professora Rebeca Meijer foca na formação do tema gerador Cosmovisão Africana à luz da Lei 10.639/03 trazendo a realidade da formação inicial e continuada de professores (as) na Escola do Ensino Fundamental I Eleutério Rezende no estado do Piauí, nos anos letivos 2011 e 2012 articulando a tríade: ensino, pesquisa e extensão.

Essa pesquisa-formação, tendo como suporte os fundamentos metodológicos da Pretagogia, sinaliza a base de estudo e um direcionamento na eficácia dessa metodologia na formação inicial e continuada. E, foi partindo da compreensão desse referencial que lancei mão à definição da Pretagogia por uma das suas idealizadoras, a professora Dra. Sandra Haydée Petit da Universidade Federal do Ceará - Faculdade de Educação (FACED) nos cursos de Pedagogia e da Pós-Graduação em Educação Brasileira (PPGE).

A Pretagogia referencial teórico-metodológica, em construção há alguns anos, pretende se constituir numa abordagem afrocentrada para formação de professores (as) e educadores (as) de modo geral. Parte dos elementos da cosmovisão africana considerando as particularidades das expressões afrodescendentes com bases conceituais e filosóficas de origem materna, ou seja, da Mãe África. Dessa forma, a Pretagogia se alimenta dos saberes, conceitos e conhecimentos de matriz africana, significando dizer que, ela é forjada em um modo particular de ser e de estar no mundo. Esse modo de ser é também um modo de conceber o cosmos, ou seja, uma cosmovisão africana (PETIT, 2015, p. 119-120).

E no folhear virtual de cada página da tese da professora Dra. Meijer (2012), que me deparei no encantamento poético do nosso eixo temático Cultura, História, Filosofias e Pedagogias Afrorreferenciadas, que nos seus traçados da escrita e de cada verso, vai quebrando a frieza da escrita formal acadêmica. E, nessa magia fui mergulhando na leitura e nela descobri a função poética e afetiva na construção dos saberes de um olhar temático diferenciador do eixo, tanto pelo encantamento quanto pelas possibilidades.

Outra iniciativa pedagógica de sucesso aconteceu nos anos de 2016 e 2017, onde foram desenvolvidos projetos com alunas e alunos das turmas do 5º ao 9º ano do turno da tarde da Escola Municipal Nazinha Barbosa, localizada no bairro de Manaíra no município de João Pessoa-PB, objetivando trabalhar a identidade e o empoderamento negro com base na Lei 10.639/03. Uma experiência rica, envolvendo a interseccionalidade das turmas e as disciplinas.

A relação da tese com esses trabalhos desenvolvidos nas escolas parte da possibilidade da continuidade ao projeto de formação continuada para os profissionais da educação, construindo parcerias institucionais com a Prefeitura Municipal de João Pessoa com a temática da educação e das relações étnico-raciais.

Criada e fortalecida, essa rede articulada de envolvimento com foco no pertencimento étnico perpassa pela ancestralidade, africanidades e nos princípios da humanização, do encantamento do bem-estar e do bem-viver. Para tanto, utilizei alguns recursos metodológicos, tais como: oficinas temáticas, representação teatral, pesquisa de campo e virtual. A culminância do projeto pedagógico e de todas as ações realizadas se deu através de uma amostra cultural e palestras com representantes do movimento negro local.

A educação que precisamos no contexto atual requer investimentos urgentes em todas as modalidades de ensino, revendo práticas, teorias e modelos de gestão. No entanto, precisamos ficar atentos e atentos aos sinais de descasos educacionais.

O compromisso com a educação integral propõe a superação da fragmentação disciplinar, ao estímulo à aplicação da vida real, à importância do contexto para dar sentido ao que se aprende, e o protagonismo dos estudantes em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida. O conceito de Educação Integral, com o qual a BNCC está comprometida, refere-se à construção de processos educativos que promovam a aprendizagem a partir das necessidades dos estudantes em face dos desafios da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, percebemos a importância de projetos unificadores vinculados ao exercício da cidadania em conformidade à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, fazer valer as adormecidas Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Cunha Júnior nos apresenta fatos importantes para revisão da História do Brasil com enfoque em temas de interesse da população negra. Segundo o autor, essa revisão foi iniciada em 1959 pelo sociólogo Clóvis Moura com o lançamento do livro *Rebeliões na senzala* (MOURA, 1959), encontrando afirmações nos trabalhos dos historiadores Joel Rufino dos Santos, Flavio Gomes e Wlamyra Albuquerque.

O professor-pesquisador Cunha Júnior nos aponta a necessidade de revisões amplas sobre a história brasileira partindo de um universo de informações pouco tratadas no Brasil, que é o passado africano. E, ainda segundo o autor, a intenção é despertar nos futuros gestoras (es) e educadoras (es) o compromisso da construção e apresentação de uma história própria, como fator de estabilidade emocional, individual e coletivo da população negra e do conhecimento das suas origens.

Ilustro ainda, a influência e importância marcante do geógrafo baiano Milton Almeida Santos (1926-2001), um ávido leitor, crítico e escritor na sua visão de território para os seres humanos. Em suas obras, cerca de 40 (quarenta) livros, artigos, ensaios, comunicações orais dentre outros vastos gêneros acadêmicos. O pesquisador defendeu uma nova abordagem para o campo da geografia, intertextualizada com a crítica influenciada pelos anseios humanos.

Aprofundando seus estudos com temas relevantes, tais como: a cidadania, o território, a demografia, as migrações e a geografia urbana, focando na realidade local e no processo de mundialização aliado ao aspecto humano existente por trás dos estudos geográficos. Incluiu ainda em seus estudos, as populações menos favorecidas, concedendo uma nova roupagem ao espaço das cidades. Foi considerado também um crítico ferrenho frente ao sistema capitalista e ao mundo globalizado, conforme observo nesta depreensão do autor:

A geografia brasileira seria outra se todos os brasileiros fossem verdadeiros cidadãos. O volume e a velocidade das migrações seriam menores. As pessoas valem pouco onde estão e saem correndo em busca do valor que não têm (SANTOS, 2008).

Motivada pelos escritos e experiências aqui explicitadas, possibilitei-me a uma atuação profissional calcada nos ensinamentos humanizados e inclusivos. Assim, a minha identificação como educadora popular e psicóloga negra é transportada para o trecho: “O sentimento de pertencimento é tudo aquilo que nos guia sempre em todos os locais e da nossa conduta diante do outro (tradições, valores, princípios e filosofias). Aplicando no nosso cotidiano esses saberes ancestrais” (PIMENTEL, 2021).

E, através do movimento cunhado nas lutas sociais de denúncias pelo não compromisso do Estado Brasileiro, em conformidade expressa na Constituição Federal de 1988, que ficou decretado uma igualdade formal entre todas as cidadãs e cidadãos.

3 CAPÍTULO 2 - ALAGOA GRANDE: UMA NASCENTE DE HISTÓRIAS, LUTAS E RESISTÊNCIAS

De acordo com IBGE, dados de 2017 apontam que, Alagoa Grande é um município que teve a sua origem nas terras conhecidas pela designação de “Sertão do Paó”, cujas proximidades teriam habitado os índios cariris encontrados no território no século XVIII. A conquista do território se deu por meio de entradas procedentes do litoral e do sertão por volta de 1620, quando foram instaladas as primeiras casas e fazendas as margens da Lagoa do Paó, a atual Lagoa Grande que deu origem ao nome da cidade de Alagoa Grande. A consolidação do núcleo ocorreu entre os anos de 1719 e 1767, com a concessão de terras dadas a Domingos da Rocha Machado, o alferes Isidoro Pereira Jardim, o padre Luís Quaresma Dourado, Martinho Gomes, Agostinho Jesus, entre outros, os quais desenvolveram a lavoura e a criação de gado. Sendo considerados os fundadores do município Domingos da Rocha e o alferes Isidoro Pereira Jardim.

O município é em sua essência considerado um berço da arte, cultura e história. É um município de influências políticas no cenário estadual e nacional, bem como na cultura e na educação. A padroeira da cidade é Nossa Senhora da Boa Viagem. O prefeito atual é Antônio da Silva Sobrinho (do partido PP).

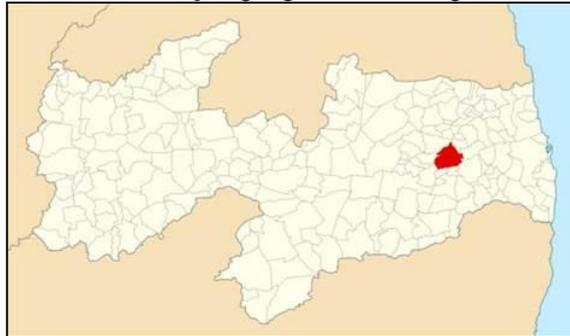
A cidade preservou ao longo dos anos as características originais do período colonial na Paraíba, o que lhe permitiu ter o seu Centro Histórico delimitado e protegido desde 2002, por meio do Decreto nº 23.551. Atualmente, o município faz parte de um conjunto de Centros Históricos protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP – por conservar sua memória edificada, permitindo assim que as atuais e futuras gerações tenham acesso à sua História, marcada pela luta e resistência do seu povo. Alagoa Grande fez parte da Revolta do Quebra-Quilos (1874-1875), um movimento popular iniciado na Paraíba e que se opunha às mudanças introduzidas pelos novos padrões de pesos e medidas dos sistemas internacionais, recém-produzidas no Brasil daquela época. A pesquisa aponta alguns desses patrimônios como referenciais na construção das narrativas das famílias e parentes negros.

Alagoa Grande se constitui como um berço cultural no Brejo paraibano traduzindo-se como um dos cenários dos “Caminhos do Frio”, um projeto da Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba, no qual, durante uma semana, são expostas as variedades culturais desenvolvidas pelo município (dança, gastronomia, artesanato, cinema e teatro).

Ela é uma cidade da Região do Brejo da Paraíba (região intermediária entre o Litoral e o Sertão, situada na encosta da Serra da Borborema que recebe os ventos alísios úmidos do Atlântico e tem uma cobertura vegetal da Mata Atlântica), era parte integrante do município de Areia (cidade onde nasceu José Américo de Almeida, político e romancista, autor de a Bagaceira) até meados do século XIX, quando se tornou independente como cidade.

O município está localizado na microrregião fisiográfica do Agreste paraibano e na microrregião do Brejo, distante da capital 117 km via BR 230, a 60 km de Campina Grande e 29 km de Guarabira. De acordo com o censo realizado pelo IBGE no ano de 2021, a sua população é de 28.384 habitantes, tendo uma área territorial de 322.071 km², e o IDHM (Índice de desenvolvimento humano municipal) é de 0,582.

Figura 3 – Localização geográfica de Alagoa Grande-PB



Fonte: Retirada do site Wikipédia, 2019.

O nome da cidade é escrito numa forma arcaica do português, já que atualmente não se escreve mais a palavra lagoa com a aposição de "a" inicial (embora em Portugal ainda haja essa grafia para lagoa). Bem como a questão do vício linguístico pertencente aos falantes de Língua Portuguesa do Brasil, no caso específico do Nordeste, onde o vocábulo “Alagoa” é a junção do prefixo “a” mais o substantivo comum “lagoa”, que pelo uso tendeu a transmutar-se da expressão, a exemplificar “vou para a lagoa grande” para “vou para alagoa grande”, produzindo “vou para Alagoa Grande” num processo temporal cognitivo inerente aos fenômenos linguísticos da estrutura gramatical em uso (gramática gerativista internalizada).

O ano de 1864 é considerado como o ano de sua fundação, mas em 1847 já havia passado de povoado a distrito, a cidade foi emancipada politicamente em 21 de outubro de 1864, sendo instalada, como vila, em 26 de julho de 1865. Aos 27 de março de 1908, Alagoa Grande foi elevada à categoria de cidade.

Figura 4 – Brasão e Bandeira oficial da Cidade de Alagoa Grande



Fonte: Site da Prefeitura de Alagoa Grande-PB | Portal oficial da Gestão Municipal, 2022.

Os municípios limítrofes são: Juarez Távora, Areia, Alagoinha, Mulungu, Serra Redonda, Massaranduba, Gurinhém, Matinhas e Alagoa Nova. É uma cidade de pequeno porte e hoje se apresenta com uma economia diversificada. Tem sofrido mudanças políticas e econômicas o que tem refletido na dinâmica espacial e sociocultural da cidade.

É um município que teve sua origem agrícola, sido colonizada por portugueses e brasileiros que chegaram ao município após receberem doações de terras do rei de Portugal para trabalhar e sobreviver com suas famílias.

A região cresceu muito no século XIX através da agricultura baseada na cana-de-açúcar (que destruiu a Mata Atlântica do lugar, desfigurando a cobertura vegetal) que utilizava intensivamente a mão-de-obra escrava.

Conforme dito e apresentado por Lima (2015), em seu trabalho sobre a Alagoa Grande Oitocentista, a cidade chegou a ter 642 (seiscentos e quarenta e dois) escravos na época da sua colonização em 1872 conforme o Censo Geral do Império do Brasil. Os colonizadores começaram a plantar algodão, agave, criar gado e, posteriormente, na plantação de cana-de-açúcar, surgindo assim, os engenhos, e dentre esses, o Engenho Buraco D'água.

O município possui dois Distritos: Zumbi e Canafístula, além das comunidades rurais, Quilombo Caiana dos Crioulos, Engenho Buraco D"água, Serra da Paquevira, Caiana dos Agrestes, Espalhada, entre outros. Quanto ao clima, é quente e úmido. As características dos solos são de terra roxa.

Os recursos naturais são poucos conhecidos. As jazidas existentes em exploração são de argila, utilizada na produção de artesanato, tijolos e telhas. Tem ainda, a existência de metapelite (cerâmica esmaltada) de granitos e gnaisses provenientes de substratos rochosos. A pecuária e a agricultura ocupam mais de 70% da área rural do município.

A cidade está situada na bacia Hidrográfica do rio Mamanguape, cujos afluentes principais são os rios Mundaú, Urucu, Gregório (pela margem esquerda) e Zumbi (pela margem direita).

Vale registrar um fato relevante na história da cidade, a evidência da presença de pessoas negras na cidade de Alagoa Grande, oitocentista, no final século XIX, através de pesquisas em livros de batismos, inventários dos antigos senhores de escravos da região e, também, os dados oficiais do Censo Geral do Império do Brasil de 1872, único a registrar a população escrava no país. Para confirmar esse fato, buscamos os estudos realizados por Araújo:

A presença dos africanos e seus descendentes foi significativa para contribuir com a composição étnica e social da população daquela localidade... Assim, como demais cidades da Província da Paraíba durante o período que vingou a escravidão no Brasil, principalmente no final do séc. XIX Alagoa Grande tinha sua economia sustentada por meio da mão de obra cativa [...] (ARAÚJO, 2006).

Outro exemplo da presença negra na cidade são os casarões que aparecem em frente à Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem cobertos de azulejos importados de Portugal do século XIX, construídos por mãos de escravizados. Afora, presenças da população negra em alta concentração nos trabalhos forçados nos canaviais e engenhos e também nos algodoais.

Nos anos da construção da cidade seu espaço urbano teve uma evolução contínua, influenciada por alguns acontecimentos no setor econômico e, posteriormente, a instalação de engenhos e das usinas, além do cultivo da cana-de-açúcar, do algodão e do sisal (agave) e da existência da linha férrea.

A estação ferroviária foi inaugurada com apenas 33 km em 1901 pela *Great Western of Brazil Railway* em 1950, passando a ser chamada Rede Ferroviária do Nordeste e em 1960 já contava com 252 km de trilhos. A rede ferroviária proporcionava a principal via de transporte da produção agrícola, do algodão, da rapadura, do agave, do açúcar, entre os anos de 1940 a 1960. Infelizmente, por forças políticas o ramal da rede ferroviária foi erradicado em novembro de 1968 e os trilhos, logo retirados, causando grande prejuízo para a economia local. Hoje, resta apenas o prédio em ruínas da antiga estação. Era a ponta de um ramal que ligava o então povoado de Camarazal, antiga Mulungu, pertencente na época ao município de Guarabira, a Alagoa Grande.

Com o declínio dos engenhos canavieiros, da Usina Tanques, da migração dos pequenos agricultores para a cidade, ocorrendo uma transformação na urbanização do município e afetando a economia, e conseqüentemente, o êxodo para as grandes cidades.

Um fato que agitou toda a população foi o **rompimento de camará**. Em 17 de junho de 2004, rompeu-se a Barragem de Camará, localizada no município de Alagoa Nova-PB, construída no Rio Riachão (afluente do rio Mamanguape). O rompimento da barragem elevou o nível da bacia hidrográfica inundando partes dos municípios de Alagoa Nova, Areia, Alagoa Grande, e Mulungu, mudando a geografia da cidade de Alagoa Grande. Um total de 1.600 desabrigados que sofreram com a descontinuidade dos serviços e da distribuição de água, de eletricidade e telefone.

Muitos prédios e casas históricas, clube social, cinemas, praças, ruas inteiras foram destruídas, alterando os aspectos arquitetônicos e o visual da cidade. Novos espaços foram erguidos nos antigos lugares. Frente ao desastre do rompimento da Barragem de Camará como os Alagoagrandenses se percebem pós-destruição de parte da cidade?

Mesmo com um sentimento de destruição, a cidade preservou ao longo dos anos, características originais do período colonial na Paraíba (naquelas localidades não atingidas pelo rompimento da barragem Camará). Isso permitiu ter seu Centro Histórico delimitado e protegido pelo IPHAEP, desde 2002, por meio do decreto nº 23.551. Assim, compondo o conjunto de Centros Históricos no estado da Paraíba, para preservar sua memória edificada, permitindo as atuais e futuras gerações o acesso à sua história marcada pela luta e resistência de seus gentílicos (as).

E como ilustração do meu amor à cidade que nasci, apresento-lhes o Hino Oficial da cidade de Alagoa Grande-PB:

Hino de Alagoa Grande
(Letra e Melodia por Waldemar Rodrigues de Azevedo)

Alagoa Grande, ó terra querida.
Te Contemplo e te exalto imortal.
Os teus sonhos, são sonhos da vida,
Na paisagem do teu pedestal!

A lagoa retrata o cruzeiro,
Sombreando nas águas a cruz!
E a cidade com jeito brejeiro,
Se enfeita de graça e de luz!
Ó Virgem da Boa Viagem!

Símbolo de amor, porque é!
Os teus filhos veem em tua imagem:
A razão de viver pela fé a fé!

Figura 5 – Marco de entrada de Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

O processo de urbanização de Alagoa Grande-PB teve início em 26 de julho de 1865 quando conseguiu sua emancipação política de Areia. O ano de 1864 é considerado o ano de sua fundação, mas, em 1847, já havia passado de povoado para distrito.

Suas primeiras habitações situaram-se em torno de uma grande lagoa, que na época chegava a atingir cerca de três quilômetros de extensão nos invernos mais rigorosos, motivo esse pelo qual passaria a ser conhecida pelo nome atual (FREIRE, 1998). Sua emancipação política ocorreu em 21 de outubro de 1864, sendo instalada como vila em 25 de julho de 1865. No dia 27 de março de 1908, Alagoa Grande alcançava a categoria de cidade, e esta data seria comemorada até o ano de 2010 quando o historiador José Avelar Freire, filho da cidade, afirmou que essa data estaria incorreta, sendo a data do dia 26 de julho de 1908 o verdadeiro do fato.

Quanto ao clima, o município é quente e úmido. Os recursos naturais são poucos conhecidos. As jazidas existentes em exploração são as de argila. Utilizada na produção de artesanatos, tijolos e telhas. Também, tem a existência de metapelito (cerâmica esmaltada) e de granitos e gnaisses provenientes de substratos rochosos. A pecuária e a agricultura ocupam mais de 70 da área rural do município. A cidade está situada na Bacia hidrográfica Don Rio Mamanguape, cujos afluentes principais são os rios Mundaú, Urucu, Gregório (pela margem esquerda) e zumbi (pela margem esquerda).

Nos anos seguintes a constituição desta cidade, o seu espaço urbano teve uma evolução contínua, influenciada por alguns acontecimentos no setor econômico da época, dentre as quais observamos a instalação de engenhos e posteriormente de usinas, além do cultivo da cana-de-açúcar, do algodão e do sisal (agave) e, até mesmo a existência da linha férrea, que atraía moradores para esse espaço urbano em construção proporcionando o crescimento da área urbana deste município (FREIRE, 1998).

Figura 6 – Centro urbano de Alagoa Grande-PB



Fonte Arquivo pessoal da autora 2022.

Toda cidade passa por transformações durante sua existência, e no município de Alagoa Grande esse fato não foi diferente, os espaços urbanos, sobretudo os do centro da cidade sofreram alterações passando transformações no percurso histórico, assim como sua geografia foi sendo também modificada. Na atualidade, ainda percebemos os antigos casarões de azulejos no centro nas proximidades da Igreja Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem, um cartão-postal da cidade.

A cidade apresenta uma arquitetura diversificada mesclado com a modernidade. Infelizmente alguns prédios antigos, no caso o Colégio Nossa Senhora do Rosário (colégio administrado por freiras, onde estudei), está sendo totalmente alterado na sua arquitetura para ser um espaço de uma das secretarias da prefeitura e também restaurante popular.

3.1 Os Influentes Culturais: Os ícones alagoagrândenses

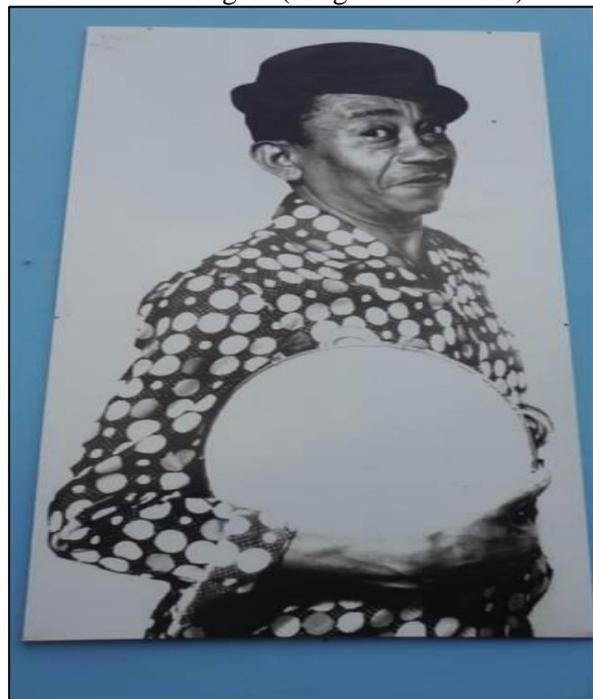
A territorialidade é concebida como o espaço de manifestações e práticas culturais demarcando-se nessas localidades os marcadores sociais e culturais identitários de representatividade. A partir da memória coletiva formata-se um celeiro de personalidades que nas suas singularidades traçaram caminhos culturais no seu tempo histórico (PIMENTEL, 2022).

Foi nessa conexão das engrenagens culturais, desses ícones do meu território de origem, chamada Alagoa Grande, no estado da Paraíba, almejando dar visibilidade por considerar cada uma (um) dessas personalidades relevantes para a história e memória da cidade, bem como para o estado e o país. Pelas suas relevantes contribuições nas suas áreas específicas, constituindo-se assim, o conjunto do Tear Afro Cultural Alagoagrândense.

3.1.1 Jackson do Pandeiro – O Rei do ritmo

José Gomes Filho, nascido em 31 de agosto de 1919 no Engenho Tanques na zona rural de Alagoa Grande, filho de José Gomes, o qual era oleiro (fazia tijolos artesanais) e sua mãe se chamava Flora Maria da Conceição (cantora de coco) conhecida como Flora Mourão.

Figura 7 – Jackson do Pandeiro em pôster no Memorial em sua homenagem (Alagoa Grande-PB)



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Desde cedo Jackson acompanhava a sua mãe durante suas apresentações nas feiras da cidade e região, tocando zabumba. Por ter vontade de tocar sanfona, mas por ser muito cara, sua mãe presenteou com um pandeiro, instrumento esse que o tornou o Rei do Ritmo. Ele era intérprete, compositor e instrumentista – um vivente, um brincante, sonhador.

Com a morte de seu pai, a família se mudou para a cidade de Campina Grande e lá adotou o nome de Jack formando dupla com José Lacerda, irmão do cantor Genival Lacerda.

Campina Grande teve grande importância na vida de Jackson do Pandeiro gravando várias músicas em homenagem à Rainha da Borborema. Em sua passagem pela capital João Pessoa sendo convidado para fazer parte do *casting* (equipe de músicos) da Rádio Tabajara, chegando a se destacar.

Aos vinte e cinco anos surgiu o grande sucesso em Recife-PE, e, em 1948, foi contratado com outros artistas para tocar na Orquestra Jazz Paraguary, de Recife. Lá na capital pernambucana assinou o seu primeiro contrato de trabalho.

Ao lado de sua segunda esposa Almira Castilho, uma atriz de rádio e professora, formou uma dupla de sucesso, realizando apresentações, shows, filmes e gravações de vários discos. Até a idade de 35 anos, Jackson do Pandeiro era analfabeto, ela o alfabetizou.

Ao longo da sua trajetória musical ele gravou 137 discos deixando músicas de grandes sucessos como, “Sebastiana” e “O canto da ema”, se tornando um ícone da MPB, reconhecido nacionalmente e internacionalmente.

Convidei a comadre Sebastiana
 Pra cantar e xaxar na Paraíba
 Ela veio com uma dança diferente
 E pulava que só uma guariba
 Ela veio com uma dança diferente
 E pulava que só uma guariba
 E gritava: a, e, i, o, u, ypsilone
 E gritava: a, e, i, o, u, ypsilone

(Trecho da canção “Sebastiana”, de Jackson do pandeiro em 1953).

A ema gemeu no tronco do jurema
 A ema gemeu no tronco do jurema
 Foi um sinal bem triste, morena
 Fiquei a imaginar
 Será que é o nosso amor, morena
 Que vai se acabar?

[...]

Você bem sabe que a ema quando canta
 Vem trazendo no seu canto um bocado de azar
 Eu tenho medo, pois acho que é muito cedo
 Muito cedo, meu benzinho, pra esse amor se acabar

Vem, morena (vem, vem, vem)
 Me beijar (me beijar)
 Ai, dá-me um beijo, (dá-me um beijo)
 Pra esse medo (se acabar)

Oi, dizem que a ema gemeu no tronco do jurema
 (A ema gemeu no tronco do jurema)
 É, foi um sinal bem triste, morena
 Fiquei a imaginar
 Será que é o nosso amor,
 morena Que vai se acabar?

Você bem sabe que a ema quando canta
 Vem trazendo no seu canto um bocado de azar
 Eu tenho medo, pois acho que é muito cedo
 Muito cedo, meu benzinho, pra esse amor se acabar

(Trecho da canção “Canto da Ema”, de Jackson do pandeiro em 1974).

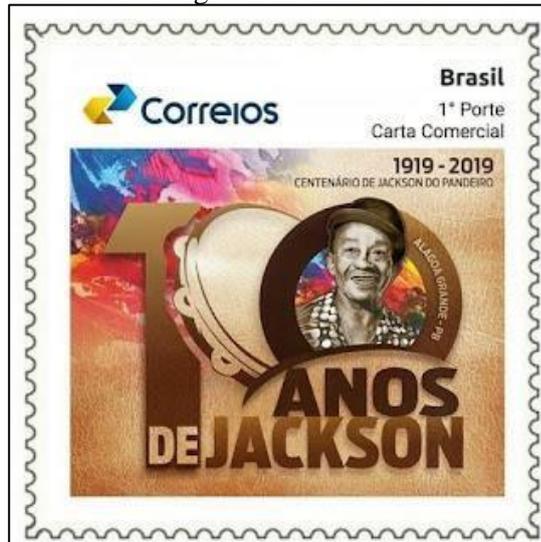
Casado pela terceira vez com a baiana Neuza Flores dos Anjos com quem viveu até a sua morte ocorrida em 10 de julho de 1982, quando sofreu uma descompensação diabética, em Brasília-DF. De volta à terra natal Alagoa Grande para seu descanso perene, os restos mortais estão no Memorial Jackson do Pandeiro, local de memória e legado inspirador desse filho ilustre alagoagrândense.

Figura 8 – Cédula de identidade do cantor no museu de Jackson do Pandeiro em Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 9 – Selo em homenagem aos 100 anos de Jackson do Pandeiro



Fonte: Retirado do site portalcorreios.com, 2019.

Em homenagem aos 100 anos de Jackson do Pandeiro, a prefeitura municipal de Alagoa Grande pelo decreto nº 83/2018, instituiu o ano cultural Jackson do Pandeiro no âmbito municipal, celebrado no ano de 2019, ocorrendo manifestações culturais em todo município.

O Governo estadual por sua vez, também decretou através do Decreto Estadual nº 38.694 de 02 de outubro de 2018, institui o Ano Cultural Jackson do Pandeiro a ser celebrado em 2019. Promoveu manifestações em sua homenagem em vários municípios em parceria com as secretarias de educação e cultura, onde se fez o ano inteiro atividades alusivas aos cem anos do artista.

Figura 10 – Entrada do Memorial Jackson do Pandeiro em Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 11 – Local onde se encontra os restos mortais de Jackson do Pandeiro no Memorial que leva o seu nome na sua terra natal Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

3.1.2 Margarida Maria Alves: Da Luta eu não fujo

Margarida Maria Alves, camponesa, sindicalista rural, nascida em 05 de agosto de 1933 na cidade de Alagoa Grande-PB, filha de Alexandrina Inácia da Conceição e Manoel Lourenço Alves. Era a filha mais nova de uma família de nove irmãos. Ela era casada com o Sr. Severino Casimiro da Silva (in memoriam), o qual foi o primeiro presidente do Sindicato Rural de Alagoa Grande, deixando um filho por nome José de Arimatéia Alves.

Figura 12 – Margarida Maria Alves em protesto para o cumprimento da lei 57.020



Fonte: Retirada do site pt.org, 1981.

Foi uma sindicalista e defensora dos direitos humanos brasileira. Sendo uma das primeiras mulheres a exercer um cargo de direção sindical no país. Se tornando presidenta do sindicato rural de Alagoa Grande em 1973. Aos 40 anos de idade. Enquanto esteve à frente do sindicato foi responsável por mais de cem ações trabalhistas na Justiça do Trabalho Regional, reconhecida e consagrada como a primeira mulher a lutar pelos direitos trabalhistas no estado da Paraíba durante a ditadura militar.

Mulher aguerrida, mesmo com pouca escolaridade (cursou até a quarta série primária) lutou incansavelmente pelos direitos básicos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em Alagoa Grande a exemplo: carteira de trabalho assinada, o 13º salário, jornada de trabalho de oito horas semanais, diárias e férias.

E também, a defesa das (os) trabalhadoras (es) poderem cultivar suas próprias terras, bem como pelo fim do trabalho infantil nas lavouras e canaviais, para que as crianças pudessem estudar. Outra ação majestosa da sua gestão sindical foi à criação do programa de alfabetização para os trabalhadores adultos fundamentado na Pedagogia de Paulo Freire.

Uma das suas mais célebres frases discursada em um dia do trabalhador é sua marca

“Da luta eu não fujo. É melhor morrer na luta que morrer de fome”. A sua luta persistente pelos direitos trabalhistas e passou a incomodar os latifundiários locais, recebendo inúmeras ameaças covardes de morte por telefonemas e cartas.

As ameaças de morte se concretizaram com o seu assassinato no dia 12 de agosto de 1983, com um tiro de espingarda calibre 12 no seu rosto, na frente de sua casa (hoje o museu Margarida Maria Alves) na época ela tinha 50 anos de idade. Crime encomendado a um pistoleiro de aluguel por fazendeiros e usineiros da região. Dos mandantes do crime, apenas um passou três meses preso, doravante absolvido em 2001 e o crime nunca foi resolvido.

Margarida Maria Alves é o grande símbolo da luta das mulheres pela luta da terra, trabalho, igualdade, justiça e dignidade. A sua luta e ações inspiraram a Marcha das Margaridas organizada pelas mulheres trabalhadoras rurais brasileiras desde os anos 2000, coordenada pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e suas federações e sindicatos com o lema desenvolvimento com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

Figura 13 – A líder sindical rural Margarida Maria Alves



Fonte: Retirada do site Brasil de fato PB, 1981.

Figura 14 – Interior do Museu Margarida Maria Alves em Alagoa Grande-PB



Fonte: Retirada do site de olho nos ruralistas, 2019.

A casa onde morava e foi assassinada foi comprada pela prefeitura de Alagoa Grande e se transformou em museu em 26 de agosto de 2001. Abaixo de uma das janelas tem uma placa escrita “Aqui foi assassinada em 12/08/1983 a líder sindical Margarida Maria Alves”.

Postumamente, a nossa líder sindical recebeu o Prêmio *Pax Christi* Internacional em 1988. Em outubro de 2019, ocorreu em João Pessoa-PB, a cerimônia de reparação simbólica pelo Estado Brasileiro do caso Margarida Maria Alves a favor de duas indenizações, uma a título de reparação econômica e outra por danos morais em nome do seu filho José de Arimatéia Alves.

A história dessa conterrânea inspiradora semeou vários canteiros de margaridas nos solos férteis das lutas pela terra em nosso município, região e país, mostrando a garra e determinação da mulher nordestina. Mesmo com seu sangue jorrado em prol das causas nobres da classe trabalhadora rural, suas seguidoras e seus seguidores, em todos os recantos do solo brasileiro, continuam a lutar pelo direito à terra, comida sem agrotóxicos e dignidade no campo e na cidade.

3.1.3 Comunidade Remanescente de Quilombo-Caiana dos Crioulos

Caiana dos Crioulos é uma comunidade quilombola com mais de 400 anos, localizada na zona rural do município de Alagoa Grande. Tem uma população composta de 130 famílias, as quais vivem das culturas de subsistência de feijão, fava, milho, mandioca, inhame, batata-doce, criação de animais e fruticultura e o empreendedorismo da gastronomia-cultural.

Na comunidade tem um restaurante chamado Rita de Chicó, inaugurado em novembro de 2018 com cardápio variado da gastronomia local (galinha de capoeira, feijão e fava verde, feijão a farofa de cuscuz, macaxeira, entre outros sabores). O restaurante é gerenciado pela proprietária quilombola-empREENDEDORA a Senhora Edinalva Rita do Nascimento (Nalva Quilombola). O nome do restaurante Rita de Chicó em homenagem a sua mãe que se chamava Rita, e ao seu pai que se chamava Chicó.

Figura 15 – Entrada do restaurante Rita de Chicó no Quilombo Caiana dos Crioulos – uma grande atração turística rural



Fonte: Lúcia de Fátima Júlio, 2019.

A certificação da comunidade pela Fundação Cultural Palmares ocorreu em 2005 em uma portaria no ano de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) o reconhecimento da área da comunidade. No ano de 2020, ocorre a emissão de parte da posse.

As tradições e culturais da comunidade se mantêm vivas com as manifestações dos grupos de coco de roda e ciranda.

Figura 16 – Seu Zuza (à esq.) Dona Edite do Coco e Tota o atual pifeiro no surdo



Fonte: Retirada do site projeto pifercussão, 2010.

Figura 17 – Apresentação das cirandeiras do Quilombo Caiana dos Crioulos em Alagoa Grande-PB



Fonte: Retirada do site Paraíba criativa, 2016.

Figura 18 – Imagens do acesso ao Quilombo Caiana dos Crioulos -Alagoa Grande-PB



Fonte: Retirada da página do Facebook Caiana dos Crioulos, 2016.

Figura 19 – Dona Edite do Quilombo Caiana dos Crioulos – Uma mulher de muitas qualidades (parteira, artesã, cantora, mestra da cultura popular, cirandeira e mestra)



Fonte: Retirada da página do Facebook Caiana dos Crioulos, 2016.

O Quilombo Caiana dos Crioulos, mantém suas tradições culturais, sendo uma referência de organização afro-comunitária no município e na região. Em minha visita ao quilombo no ano 2019, pude observar que a comunidade nos aspectos gerais, preserva a estrutura original arquitetônica, mantém o sentimento de pertencimento e o orgulho passado de geração em geração de ser uma (um) quilombola.

No quilombo existe um posto de saúde para atendimento local e uma escola do ensino fundamental I, o nome da escola por nome Firmo Santino da Silva em homenagem a um dos principais mestres regentes da Banda de Pífano de Caiana dos Crioulos.

Hoje, a banda de pífano não mais existe porque os jovens migram para o Rio de Janeiro na busca de emprego e de dias melhores, quebrando essa tradição ancestral.

Podemos ainda confirmar que, as mulheres exercem a liderança do quilombo destacadas pelo sagrado feminino perpassadas das gerações mais antigas até as atuais. A referência maior é Dona Edite (a matriarca), Elza, Cida, Edinalva (Nalva), Luciene, entre outras lideranças jovens, as quais em sua particularidade e conhecimento estão na construção da identidade étnica do grupo, na preservação dos valores culturais, do empoderamento feminino e da juventude.

Nesse sentido, fazer parte da história local é relevante para este trabalho científico por buscar compreender a construção territorial dessa comunidade remanescente do quilombo, das suas práticas culturais de preservação, como fio condutor as mulheres negras no papel de protagonistas.

3.1.4 Professora Joana Carvalho Moreira

Figura 20 – Professora Joana Carvalho Moreira



Fonte: Arquivo pessoal do acervo da Filha (Maria do Carmo) da Professora Joana Carvalho, 1995.

A professora referência de mulher negra e profissional da educação que tenho comigo na memória viva é Joana Carvalho Moreira, a Dona Joaninha Moreira, educadora de relevante presença no cenário educacional da cidade de Alagoa Grande no Estado da Paraíba.

A escolha por adotar a professora como um dos sujeitos dessa abordagem deu-se pelo fato histórico e marcante da minha infância, por ter sido ela a minha primeira professora, quem me alfabetizou e a qual me espelhou em ser uma educadora, e referencial no fazer pedagógico, uma pessoa que respeita as suas raízes. Como personagem da educação, vivenciou as mudanças

do século XX, que de acordo com Cambi (1999, p.509), “foi um século dramático, conflituoso, radicalmente inovador em cada aspecto da vida social: economia, política, nos comportamentos e na cultura”.

A professora Joantina Moreira era conhecida pela notória severidade com que implementava as suas práticas pedagógicas (palmatória e castigo com milho), mas também pelo seu compromisso com o ensino de qualidade e formação escolar de diversas gerações sociais da cidade de Alagoa Grande.

Historicamente, segundo estudos bibliográficos realizados, o ambiente escolar se constituiu como um espaço de aplicação de castigos corporais, uma prática educativa comum a que recorriam os missionários/educadores desde os tempos coloniais. Os jesuítas e franciscanos, em especial das ordens religiosas, oriundas da Europa, que se estabeleceram no Brasil, aplicavam os castigos físicos nas escolas, que mantinham na metrópole. Na missão dos jesuítas não se poderia conceber disciplina sem obediência (castigo). Para tanto, diante das atrocidades cometidas pelos jesuítas e franciscanos da época colonial, observamos uma convergência entre, esse fazer disciplinatório e os castigos administrados pela professora Joana Moreira em sua sala de aula.

Porém, esses castigos aplicados por ela, eram amparados pela Lei Nacional da Educação da então época, através dos arremates das sanções aplicadas pela professora Joana. Nesse ínterim, não significa dizer que a educadora seja considerada uma “carrasca perversa”. Fui sua aluna e raramente observei essas práticas, porque sua postura já impunha controle de sala, como também aplicação da disciplina e ordem em suas aulas.

A repreensão dos alunos pelas “faltas” e “erros” cometidos no processo ensino aprendizagem, ou mesmo a dificuldade na memorização do “ponto”, resultava em castigos físicos, em penalidades apontadas tanto nos regulamentos das congregações como nas práticas cotidianas. De acordo com o Veiga (2003, p. 501) é apresentada a concepção das punições educativas para as Congregações Lassalistas no século XVII, como “[...] um meio pedagógico importante para manter a ordem em sala de aula [...]”, ou seja, o castigo era considerado um artefato pedagógico, sendo possível e promulgado.

Valorizando assim, a prática disciplinar com castigos corporais e morais, atribuídos aos ambientes escolares durante os tempos coloniais, onde os missionários/educadores jesuítas e franciscanos, estabelecidos no Brasil, usavam tal prática para a correção de falhas cometidas, que é justificada na cultura europeia, transportada para o Brasil colônia como explica Aranha: “Como uso de sanções violentas era hábito europeu naqueles tempos, esse costume foi trazido

para cá. As penalidades variavam conforme a gravidade da culpa, usando-se o açoite, o tronco e até mutilações, cuja exibição devia ser pública e exemplar (ARANHA, 2006, p. 142).

No Brasil colônia, o plano de estudos dos jesuítas, organizado em 467 regras, prescrevia que, os colégios deveriam nomear um “corretor”, que não fosse membro da Companhia de Jesus, com a finalidade de castigar os alunos que infringissem as regras, na ausência desse eleito, os transgressores poderiam ser corrigidos por meio de algum estudante, designado para essa função. Caso não aceitassem os castigos corporais, deveriam ser excluídos do colégio. Os franciscanos também utilizavam em suas escolas e doutrinas os castigos corporais. Segundo Paiva (2007, p. 49) essa imposição chegava aos colégios com base na cultura portuguesa, fundamentada na crença de um mundo teocêntrico, impunham a correção individual, mesmo que a maioria incorresse em desvios. Imbuídos nessa ideologia, considerava-se às escolas espaços de preservação da ordem, da continuidade e da imutabilidade de valores e posturas.

Os castigos eram diversificados, de acordo com o modelo de cada instituição, da visão de mundo de cada época. Entremeados com as práticas disciplinares da companhia de Jesus, permaneceram doravante a vigência das aulas régias, após a expulsão dos jesuítas, apesar do ideário iluminista que fundamentava as reformas pombalinas, chegando aos séculos XX e XXI, perpetuando esse desejo de modelar o educando e a educanda pela prática educativa.

A primeira grande Lei educacional do Brasil, de 1827, determinava que, nas “escolas de primeiras letras” do Império, meninos e meninas estudassem separados, e tivessem currículos diferentes. A Lei de 15 de outubro de 1827 observa que, segundo o artigo 15º da Lei de 1825 sinaliza que, os castigos serão praticados pelo Método Lancaster⁴. Nos regulamentos de 1854, no artigo 72º, eram estabelecidas sanções, que partiam da simples repreensão e realização de tarefas, após o término das aulas (com a comunicação aos pais para castigos maiores e “outros castigos que excitam o vexame”) até a expulsão da escola (DECRETO Nº 1.331-A, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1854).

Significava que, a continuidade dos castigos eram naturalizados dentro da instituição familiar. Entretanto, apesar das determinações legais de 1827, algumas províncias oficializavam a prática de castigos corporais e morais, como a do Maranhão, Paraíba, Mato Grosso, Minas Gerais entre outras (ARAGÃO; FREITAS, 2012). Importante inferir que, tanto

⁴ O método lancasteriano ou “ensino mútuo” introduziu na escola novos procedimentos, em que as atividades educativas eram divididas entre professor e melhores alunos (monitores). Esses monitores, além de contribuírem no desenvolvimento das aulas, tinham a obrigação de vigiar e zelar pelo comportamento e pela ordem da classe.

com legislação ou regulamentação, tais metodologias eram utilizadas a partir de autorização dos pais, do costume que se transformara em *habitus* nas escolas e na prática docente.

Entrecortando o passado, e, de acordo com as autoras Aragão e Freitas (2012), dentro do espectro das práticas e castigos, na província da Paraíba, o uso de castigos físicos era tão frequente que, ao invés de engendrar meios de coibir sua prática, o caminho escolhido foi o de regular seu uso. Dessa forma, os castigos corporais foram oficializados por meio de um decreto de Assembleia Legislativa, através da Lei 20, de 6 de maio de 1837, que estipulou o número de palmatoadas que cada aluno deveria receber, de acordo com a idade e a ação realizada (ARAGÃO; FREITAS, 2012. p. 21). A fim de exemplificar tomo um trecho da carta de um professor publicada no jornal Paraibano “O Publicador” em 22 de julho de 1868, informando a quantidade de palmatoadas aplicadas a alguns alunos para “syndicar a desordem”, e que está de acordo com o estabelecido na Lei mencionada:

Na segunda-feira (13 do corrente) quando cheguei à aula, foi o meu primeiro serviço syndicar a desordem e todos os seus pormenores, sendo castigos com seis palmatoadas cada um de seus autores, em cujo número achava-se o filho da escrava, do qual o Sr. Anunciante mostra-se compadecido pelo rigoroso castigo que lhe foi aplicado em punição daquela mesma falta que ele em sua censura chama espetáculo vergonhoso e digno de pública indignação! (SILVA, 2015, p. 78).

Destarte, no que compete à lida cotidiana da professora Joana Carvalho em sua vida escolar, os castigos por ela administrados para com seus alunos pode ter atribuição conotativa de “maus tratos”. Uma vez que, numa visão do racismo estrutural imposto como natural pela sociedade hegemônica, uma professora negra que fez uso da prática dos castigos corporais, pode ser encarada ou estigmatizada como uma mulher “raivosa”, “animosa” e “complicada”.

À luz dos conceitos de Lélia González (1984) atrelados às mulheres negras, observo associações preconceituosas em três estereótipos socioculturais: a de mulata, doméstica e de mãe preta. Fugindo dessa tríade racista imposta à mulher preta, também é atribuída a ela o conceito de “animosidade”, que segundo o DÍCIO (Dicionário Online de Português) tem um significado na hostilidade, rancoriedade, com demonstração de “má querência” e de “má vontade”, entre outros significados desqualificadores. Para tanto, ao fazermos uma pesquisa etimológica e conceitual, o significado nos diz o contrário, conotando vigor, energia e coragem. Comprovando, explicitamente, a narrativa preconceituosa e racista em detrimento às mulheres negras, quando, intencionalmente, subverte-se a origem linguística da expressão supracitada. Como efeito, em demérito à professora Joana Carvalho Moreira, à época dela faz-se o mesmo, através das convenções sociais e históricas impositivas. Suscitando-me a uma reflexão, a de

que, existiam outras professoras, maioria de brancas, que também praticavam castigos, autorizadas por Lei e pelos pais dos alunos. Mas, por qual motivo devemos ser levianos em focar somente para a Professora Joanelha, a alcunha de “carrasca”.

Na concepção Freireana: “a paz só pode instaurar-se como consequência de alguma educação crítico-conscientizadora”. Faz-se necessário formar as crianças desde a mais tenra idade, incentivando a colaboração a tolerância com o diferente, o espírito de justiça e da solidariedade (FREIRE, 2006, p. 391). No contexto educacional brasileiro, houve a necessidade de implantar projetos e programas da cultura de paz nas escolas, orientados pelos valores, tais como, o da justiça, da equidade, da solidariedade, contra a violência, promovendo a autonomia e a emancipação em concordância com o Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos.

Ainda sobre a trajetória da Professora Joana, é notória que, a sua vida e atuação educacional mesmo após o seu falecimento, ocorrido em 16 de dezembro de 1996, deixou marcas significativas na história e memória da cidade, dos familiares e dos seus ex-alunos.

Busquei um diálogo informal com uma de suas filhas, Maria do Carmo, da qual fui colega de turma e tínhamos sua mãe como professora. Seus relatos são emocionantes, ao falar da história da sua genitora Joanelha Moreira e da importância da mesma para sua vida e de tantas pessoas de sua cidade natal.

Joanelha Moreira nasceu em Guarabira, Paraíba, em 4 de outubro 1915, filha de Olidina Carvalho Moreira, costureira. Aos cinco anos de idade, seus pais emigraram para Alagoa Grande, em 16 de outubro de 1944; casou-se com Francisco de Assis de Oliveira e desse relacionamento nasceram as filhas Maria do Carmo de Oliveira e Maria do Socorro.

Em 1965, a educadora Joanelha Moreira inaugurou a escola Nossa Senhora do Carmo, escola primária, de primeira à quarta série, localizada na parte de trás de sua casa, com a entrada das (os) alunas (os) por um portão localizado ao lado da entrada de sua residência, que existe até hoje, sendo habitada pela sua filha Maria do Carmo, professora aposentada.

A casa atual onde ela residiu com seu esposo e filhas localiza-se na Rua Padre Belizão, 135, Centro de Alagoa Grande-PB.

Em decorrência do seu falecimento, a escola Maria de Carmo foi desativada, ficando o legado de uma prática de doutrinação das (os) alunas (os), em conformidade com as exigências da época, e que segundo sua filha Maria do Carmo e alguns colegas da escola da época, os procedimentos adotados pela professora Joanelha Moreira eram para evitar a desordem escolar, para que não fizessem bagunça e estudassem, para que não brincassem e fossem mulheres e homens de bem.

Arruda e Sousa (2011) realizaram um estudo com a temática “Tecendo novos olhares sobre as práticas punitivas na Paraíba do século XX”, no qual trazem à baila a trajetória da professora Joaquina Moreira, analisando as práticas de castigos corporais exercidas por ela dos anos de 1931-1996. As autoras tiveram acesso às memórias das práticas educativas da professora por meio de entrevistas de história oral realizadas com ex-alunos e familiares. Realizaram também, um levantamento de fontes escritas por ela e sobre ela nos arquivos familiares e públicos. Essa pesquisa destaca a liderança da professora, envolvimento, assim como as suas contribuições à educação brasileira e paraibana, como sujeito inserido no seu espaço-tempo concreto do século XX.

Arruda e Sousa (2011) registraram que as práticas de castigos corporais da professora Joaquina Moreira são percebidas por alguns alunos como algo positivo e de relevante contribuição para que o processo de ensino-aprendizagem fosse concretizado de forma favorável. Destacam que, dessas práticas, a professora obteve presença relevante no cenário educacional da cidade de Alagoa Grande, tanto pela sua severidade, como pelo seu compromisso com a formação escolar de diversas gerações.

Os relatos de alunos contrastam com os relatos dos familiares da professora. Mas em ambos os grupos, percebemos a admiração que têm ou tiveram pela professora Joaquina Moreira. Os familiares costumam recordá-la pelo amor incondicional à educação, pois foram muitos anos dedicados ao magistério, se ausentando poucas vezes das atividades educacionais. Mas, na memória de alguns alunos, o que marcou foi a sua rigidez, como podemos observar no seguinte relato de um ex-aluno, em entrevista na data de 23 de maio de 2009: [...] rigorosa, era muito rigorosa. [...] eu fui muitas vezes de joelhos, claro porque eu bagunçava, eu não tava cumprindo com as metas dela. As metas era que a gente estudasse na hora de aula, ninguém é... Brincasse, filasse, não conversasse (J. S. M), Arruda; Sousa (2011, p.4).

Em outra entrevista dada aos autores no dia 24 de outubro de 2009, o ex-aluno J. S. M descreve como se dava o uso da palmatória na prática da professora Joaquina Moreira. “Tinha palmatória. Muitas vezes eu levei muito bolo na mão, muitas vezes. Se não fizesse a tarefa, se tivesse brincando mesmo, qualquer coisa que tivesse fazendo fora da obrigação, tinha palmatória e, além disso, ela ainda ia atrás dos pais da gente pra fazer reclamação” (J. S. M), Arruda; Sousa (2011, p.5).

Investigando sobre a prática da palmatória, Arruda e Sousa (2011) verificaram que seu uso era recomendado na Paraíba desde o ano de 1837, por Decreto da Assembleia Legislativa, que pedia prudência aos professores, utilizando a palmatória somente quando os alunos desobedecem aos mestres, não fizessem silêncio e postassem decentemente perante as lições,

se pronunciassem palavras inadequadas ou obscenas. O decreto sugeria, ainda, que se os alunos cometessem transgressões dessas naturezas, primeiro, deveriam ser advertidos, uma ou duas vezes; se mesmo assim continuassem com as contravenções o professor tinha autorização de aplicar até seis “palmatoadas” por dia (GALVÃO, 1998, p.199 apud ARRUDA; SOUSA, 2011, p.5).

As autoras destacam a disputa de memórias dos sujeitos investigados, pois, enquanto o ex-aluno relatou que a professora Joantina Moreira usou a palmatória, o esposo da professora, Francisco de Assis Oliveira, afirmou que a professora não usava esse tipo de punição. Em suas palavras, “o castigo dela era fazer as coisas direito” (FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA, em 06/10/2009 apud ARRUDA; SOUSA, 2011, p.6).

A prática se confirma no discurso de outro aluno, H. A. M. M, ao afirmar que “[...] palmada na mão de chinelo. Ela já bateu em minha mão. Pegava na orelha e puxava, ela colocava milho no chão. Eu já fui para o milho no chão de joelhos. Tinha uns 8 anos de idade, me lembro que estudei da 1º a 4º série. Agora eu bagunçava” (H. A. M. M, em 24/10/2009 apud ARRUDA; SOUZA, 2011, p.5). Nota-se que mesmo em década posterior, década de 1980, período no qual H. A. M. M foi aluno de Joantina Moreira, a professora continuou com a prática de castigos que aplicava na década de 1950, conforme relato de J. S. M. Mas, algo em comum que podemos destacar no discurso de ambos os ex-alunos, o fato de assumir a culpa por receberem os castigos, reconhecendo-se que desobedeciam ou faziam bagunça.

Arruda e Sousa (2011) apontam que apesar dos relatos dos castigos, os ex-alunos relembrou os bons tempos de aprendizado com a professora. “Antigamente, tinha mais respeito pelos professores. [...] o professor dava um grito no aluno, e aluno ali baixava a cabeça, respeitava”; “Era muito rigorosa, mas a única professora com quem aprendi foi com ela (H. A. M. M).” “[...] ela foi uma educadora muito, mais muito boa mesmo” (J. S. M.) (ARRUDA; SOUZA, 2011, p.6).

Nas falas, o relato das práticas pedagógicas severas, adotadas pela educadora Joana Carvalho Moreira, é justificado pela necessidade do educador se impor aos alunos, forma de evitar a desordem escolar, fazendo com que os alunos e alunas pudessem adequar-se na sociedade de forma comportada. Para Foucault essa condição assemelhava-se ao do sistema prisional, que no exercício do castigo fortalecia a condição de recuperação do criminoso, para que não tivesse vontade de tornar a cometer a atitude incorreta, nem inspirasse a conduta de possíveis imitadores: punir passou a ser então “... uma arte de efeitos” (ARRUDA; SOUSA, 2011, p.6).

Arruda e Sousa (2011) concluem que tanto o relato de ex-alunos como o de familiares, de uma maneira geral fortalecem a “boa” imagem da educadora na realidade local. Em 1997, no dia Internacional da Mulher a professora foi homenageada, na qual uma rua localizada no Conjunto Veloso Borges, em Alagoa Grande recebeu o seu nome, Rua Joaquina Moreira. Segundo as autoras, por essa condição de rígida e amada, a professora se notabilizou na história escolar de Alagoa Grande. “Nesse sentido, perscrutar sobre a sua contribuição através da memória de ex-alunos e familiares traz à tona relevantes contribuições à historiografia da educação brasileira e, em especial, a paraibana” (ARRUDA; SOUSA, 2011, p.9).

É também referencial em artigos e livros. A professora representa para mim uma força motriz que me impulsionou na caminhada e me orienta tê-la no *hall* das referências da educação alagoagrandense e, como mulher negra, desafiou as fissuras raciais da época.

Minha experiência como aluna da professora Joaquina Moreira se deu na infância, período em que trago na memória muitas lembranças. Ela foi minha professora alfabetizadora e só depois fui estudar no colégio das freiras. As memórias que trago da professora é de muita disciplina, rigor em ler e escrever corretamente. Ter boa postura. Ser bem educada, os trajes escolares limpos, seus cabelos penteados e limpos.

Eu nunca fui de castigo enquanto sua aluna, nem nunca precisou usar palmatória em mim, mas presenciei ela fazer uso dessas práticas descritas nos relatos dos ex-alunos, com meus colegas da turma. Ainda lembro-me dos meus colegas de turma, sobretudo de N. M., que ia muito de castigo, porque não dava a lição correta.

Eu admirava muito a sua caligrafia, tanto que a minha hoje se parece muito com a dela. Admirava-a também pela maneira de dominar a turma e o respeito que os pais tinham para com ela. Quem passasse pelas suas mãos era considerada (o) como alguém que teria um “bom futuro”.

O sentimento que hoje nutro pela professora de minha infância é de afeto, respeito e saudade. No decorrer desta pesquisa pretendo dar um enfoque maior a essa professora, cuja história está entrelaçada à minha e do município de Alagoa Grande.

3.1.5 Professora Josefa Pimentel Cassimiro (Prima Neném) – A alfabetizadora negra pioneira do Engenho Buraco D’água

Figura 21 – Professora Josefa Pimentel Cassimiro (Prima Neném)



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

A professora Josefa Pimentel Cassimiro, conhecida como “Neném”, é uma partícipe da epigênese alagoagrandense, filha de José Severino Pimentel (Zé Preto) e de Rita da Silva Pimentel. Ela tem 16 irmãos. Casada com João Cassimiro (conhecido João Abdias). Nascida em 27 de julho de 1942 no Engenho Buraco D’água, aos cinco anos foi morar em Alagoa Grande na casa de Marieta e Luíz Sobral (donos do Engenho Buraco D’água e seus padrinhos). Dessa união 5 filhos nasceram: José Arnaldo, Maria Regina, Francisco de Assis, Maria Cláudia e Paulo Sérgio. Em virtude do seu casamento, passou a residir novamente no Engenho, onde começou sua trajetória como professora primeiro funcionando em sua casa, logo depois, no grupo escolar localizado perto de sua casa. Com o falecimento de seus padrinhos, Neném volta a residir na mesma casa onde passou parte da infância, adolescência e juventude. Permanecendo até a presente data, do alto de seus 80 anos, na casa situada na Rua João Pessoa, transversalmente ligada à Rua São José, sendo o último reduto onde morei até meus 10 anos.

Seu método de ensinar remonta o período em que existiu o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) junto à Cartilha ABC (1905-1959), esse último material fundamentou e orientou a sua prática nas salas de aula mista em Buraco D’água. Considerada, lembrada e homenageada por todos os alunos e familiares, que por ela fora alfabetizados e, para além do conteúdo, deixou uma marca atemporal e de profundo teor referencial de Professora comprometida e afetuosa.

A escolha por ela ser integrante imprescindível do enredo de minha tese, parte de um sentimento de genealogia do tronco Pimentel, atribuindo o respeito, o afeto e a minha admiração pessoal e profissional.

O meu caminho se entrelaça ao dela desde a minha infância, quando numa oportunidade, rememorada pela própria prima Neném, ela me diz com alegria e emoção no olhar que fui sua dama de honra do seu casamento. O nosso vínculo afetivo permanece frente às intemperes do tempo, uma vez que, em todas as ocasiões nas quais a encontro, ela me recebe e me escuta de bom grado, mesmo quando a distância nos faz manter contato via telefone.

3.1.6 Maria Júlia da Conceição (Tia Dinda) – Sinônimo de sabedoria, leveza e autenticidade

Figura 22 – Tia Dinda



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2017.

A Tia Dinda era a matriarca da família Pimentel. Nascida em 03 de março de 1920 no Engenho Buraco D'água zona rural do município de Alagoa Grande-PB, filha de Julia Maria das Dores e Severino Pimentel. Os seus irmãos biológicos chamavam-se: José Severino Pimentel (Tio Zé Preto), Sebastião da Silva Pimentel (Meu pai Pimentel), Joana Júlia da Conceição e Ana Júlia da Conceição.

Era casada com Antônio Laudelino Rodrigues (tio Toinho). Desse relacionamento foram gerados doze filhos e filhas: Maria da Penha (falecida), Carlos Alberto, Josefa (Zefinha), Severino 1 (falecido), Maria de Nazaré, João, Manoel, Severino 2 (falecido), Benedito, José Rodrigues (meu afilhado), Pedro e Luís. O seu falecimento ocorreu em 18 de dezembro de 2017 em sua residência na Serra da Paquevira, município de Alagoa Grande, fato de grande comoção familiar e na sociedade alagoagrاندense já que representava a fortaleza do tronco familiar e da sabedoria no uso da medicina popular.

Tia Dinda era uma negra mulher, de porte de rainha, “majestosa com seu cajado na mão” que encantava pela sua beleza negra de olhos esverdeados, acolhia a todas as pessoas que a procurava e curava com suas rezas, chás e benção – uma sintonia entre o “Sagrado” e consigo mesma – professando suas orações ela acalentava as dores e sofrimentos do corpo e da alma das pessoas que a procurava diariamente.

E no caminhar de mulher que conviveu anos da sua vida de infância, adolescência e adulta na Casa Grande do Engenho Buraco D’água, entendia e sabia mais que os outros membros da família o que significava ser uma afrodescendente. E, permanecer nas terras, aonde seus ancestrais chegaram e foram escravizadas (os), denotava um sentimento de pertença territorial, embora com as marcas do escravismo e das dores gravadas em sua mente (em depoimento ela me relatou essa dor mental, essa cicatriz secular familiar que a atormentava, mas que a silenciou por muito tempo).

A sua postura cautelara e de sabedoria territorial denotava o quanto as marcas do escravismo ainda estavam presentes na geração atual, embora modernizada. O culto da fé católica talvez fosse motivador da sua maneira apaziguadora, conciliadora entre toda família e donos da terra, criando-se vínculos de confiança e respeito mútuo e assim, se constituindo no mundo possível.

Homenagear a minha tia Dinda, significa visibilizar toda família Pimentel pelas contribuições econômicas (desde o tempo do período escravista como trabalhadores rurais até os dias atuais), educacional (sendo a primeira professora negra do Engenho Buraco D’água, a prima Neném), nas festanças e tradições culturais em família (Tio Zé Preto e meu pai Pimentel), as tradições das procissões, novenas, ofício de rezadeira e curandeira da tia Dinda, e o meu pai Pimentel, como Guarda-Freios da Rede Ferroviária do Nordeste, ramal de Alagoa Grande.

À tia Dinda, à família negra dos Pimentel, os seus nomes serão gravados na historiografia da cidade de Alagoa Grande, por merecimento e massificada na educação e na cultural brasileira, pelos relevantes serviços prestados em seus territórios assentados desde a primeira geração.

Maria Julia da Conceição (tia Dinda), olhar de iluminação Divina, voz da dignidade humana, mulher eternizada pelas gerações. E a maneira mais singela de falar da senhora é gratidão pela sua existência entre nós!

3.1.7 Escrita em primeira pessoa de uma Pimentel – a trajetória da autora

Figura 23 – Eu em pesquisa de campo – Teatro Santa Ignêz – Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Escrever em primeira pessoa evoca o conceito de “Escrevivência”, termo cunhado pela escritora negra Conceição Evaristo (2020) para a literatura e as letras. Referência de ativista comprometida com a condição da mulher negra em uma sociedade marcada pelo preconceito e o racismo. O termo nos aponta uma dupla dimensão: a da vida que se escreve na vivência de cada pessoa e a circunscrição pertencente a cada sujeita (o) histórica (o) que escreve o mundo frente ao seu cotidiano.

Paginando, paginando, paginando... significando a cada registro, numa mistura de sentimentos, vozes ocultas e silenciamento, teci essa colcha literária acadêmica. Eu, uma negra mulher sexagenária, do alto de minha plenitude, no compasso da escrita, rupturizei tabus geracionais atrelados ao etarismo naturalizado nas organizações acadêmicas e no mundo do trabalho, como reflexo do capitalismo selvagem que desumaniza e desvaloriza a força de trabalho das pessoas idosas.

Nesse contexto, minhas vivências de mais 30 (trinta) anos de atuação profissional como professora e psicóloga escolar/educacional, contextualizam e me faz acreditar na necessidade

permanente e sistemática de se desenvolver ações psicopedagógicas e sociais por dentro e fora dos muros da escola, como mecanismo de possibilitar aberturas de espaços de discussões, organização e disseminação da história, da memória e da cultura afrodescendente.

Para tomar ciência do meu passado, dos processos identitários, das subjetividades e dos territórios negros, procurei dialogar com a educação desde a minha ancestralidade afro paraibana, sintonizada com a cultura afro-brasileira na atualidade.

A partir das vivências da escritora Conceição Evaristo, sou legitimada a escrever sob a ótica da subjetividade e da autorepresentatividade, da resistência, da memória, do pertencimento e das minhas *poesis* e dos meus recortes identitários temporais.

Falar de si se configura o espelho refletido. É um EU no passado, vivenciado no presente com detalhes de emoções e significados, mas de reconhecimento: Eu sou existência! Chamome Maria do Socorro Pimentel da Silva, nasci no dia 01 de junho de 1953, de parto natural nasci na Rua do Poste em Alagoa Grande-PB, realizado em casa, pela parteira dona Mira, Brejo Paraibano, Brasil. Nessa rua está fincada a minha história e os elementos significativos e marcadores de quem sou/somos. São elementos norteadores da minha infância nesse lugar: o trem, a máquina Maria Fumaça, na linha de trem eu corria trás de “pipa”⁵ e de “tanajura”⁶; o Rio Mundaú, que passava por trás de nossa residência e que vez por outras causava transtorno com suas enchentes que transbordavam e penetravam suas águas nas nossas casas.

Sou filha biológica de Joana dos Santos Pimentel (dona de casa) e Sebastião da Silva Pimentel (ferroviário), ambos já falecidos. Tenho uma irmã Maria de Fátima Pimentel (viúva de Francisco Clemente), e dois irmãos José Pimentel (viúvo de Darcy) e Carlos Gardel, casado com Maricélia de Fátima. Tenho cinco sobrinhos (as): Josicleiton, Josicleide, Josildo, Tibério e Tatyanny. Sou casada com José Danilo da Silva. Não tenho filhos (as), e um vasto quantitativo de primas, primos, tios e tias.

Sou formada em Psicologia (Formação e Licenciatura) pela Universidade Federal da Paraíba pelo Centro de Ciências Letras e Artes (CCHLA) campus I, Especialista em Educação Especial – Área mental pelo Centro de Educação-UFPB campus I, Mestre em Educação Popular pela UFPB/CE/PPGE – campus I com o Título: A Identidade dos Trabalhadores Negros na Realidade Educacional Paraibana (1998) e doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará com previsão de conclusão em 2022.2.

⁵ Um brinquedo de papel muito utilizado no Nordeste, principalmente no verão e em períodos com bastantes ventos. Leva nomes diferentes dependendo da região, como papagaio, pandorga ou raia. ⁶ É uma espécie de inseto derivado da formiga.

Por ter conhecimento das desigualdades raciais, regionais, educacionais e sociais na sociedade brasileira e em particular na paraibana, iniciei meu ativismo político, educacional e sindical há alguns anos, percorrendo algumas organizações sociais e sindicais, e sempre deixando a minha marca de negra em prol dos direitos negados a nós população negra.

Ativista das lutas antirracistas desde os anos 1990, passando por entidades do Movimento Negro organizado da Paraíba, NENBAMBA, Bamidelê-Organização de Mulheres Negras da Paraíba. Fui também do Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região como Secretária e Tesoureira, e Membro das Comissões de Educação e Direitos Humanos. Fui da executiva Nacional da FENAPSI-Federação Nacional dos Psicólogos. Também assumi a direção do SINTEPPB – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação do Estado da Paraíba e da CUT/PB-Central Única dos Trabalhadores. No momento atual sou membro da ANPSINEP-PB - Associação das (os) Psicólogas (os) e Pesquisadoras (es) Negros-Núcleo Paraíba e da Marcha da Negritude Unificada da Paraíba e Secretária Estadual de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores da Paraíba.

Profissionalmente, tenho experiência como comerciária (início da vida profissional no comércio de João Pessoa), professora da Educação Básica (professora concursada para Educação Básica), como também do Ensino Superior como professora de Psicologia na Universidade Estadual da Paraíba/Campus de Campina Grande e Pedagogia em Serviço pela UEPB/CEDUC em Campina Grande-PB. Ministrei aulas também na Universidade Vale do Acaraú campus João Pessoa e na FIP-Faculdades Integradas de Patos no curso de Especialização em Psicopedagogia. Estou aposentada como professora da rede estadual de ensino da Paraíba. Atuo há 26 anos como psicóloga escolar/educacional, como funcionária efetiva da rede municipal de João Pessoa com exercício na função na Escola Municipal Durmeval Trigueiro Mendes no bairro do Rangel.

Falar de mim é ter coragem e discernimento para contar minha história tantas vezes interrompida, por razões diversas. A narrativa familiar aqui explicitada é uma mistura de sentimentos: receio, orgulho, desafio, originalidade, maternal e paternal. Significa ressurgimento e encantamento. Quando estabeleci narrar minhas famílias assumi o propósito de dar visibilidade e espaços para as narrativas e, assim, aprendi que precisava ter o olhar descolonizador, humanizador que o educador Paulo Freire (1996) falou que, cabe ao educador provocar e promover, no processo formativo, o aprendizado da própria autonomia, a transformação da curiosidade ingênua em criticidade e a capacidade do estudante intervir em sua própria realidade.

Foi assim, ancorada nesses princípios humanizadores, que lapidei cada estrofe dessa sinfonia ancestral, das minhas famílias: Pimentel, Laurentino e Cosmo. Famílias essas, “andorinhas”, “bem-te-vis” que sobrevoaram e enraizaram o tronco da história contada.

A minha trajetória se inicia no sítio Engenho Buraco D’água, no município de Alagoa Grande, Paraíba, onde estão fincadas as memórias e a história familiar materna e paterna, entrelaçando-se e fazendo o cruzamento sanguíneo.

Os compassos de uma sinfonia dessas atrizes e atores familiares encantaram os dias e as noites com rezas, cânticos, louvores, cantorias, procissão, ladainhas, festas juninas, forró pé-de-serra, ao som da sanfona, zabumba e do triângulo; na animação contagiante familiar, sob o comando de meu pai Pimentel e do tio José Preto.

Venho de uma tradição de família com muitas filhas e filhos, num total de treze filhos, o que traduz uma multiplicidade de parentes que nem cheguei a conhecer. Meu pai nasceu em 1923 e minha mãe, em 1925. E, foi nessa composição familiar, cheia de proezas, de personagens diversos, que nasci, cresci e vivenciei momentos multifacetados.

Encantamento na infância quando saía de férias escolares e ia toda feliz no “caçua do cavalo” (figura 25, p. 83) do meu avô materno (Caçua é uma espécie de cesto de cipó que servia para transportar objetos nos cavalos e burros), Manuel Laurentino, para o sítio Buraco D’água. E lá, entre primas (os), tias (os), e avô paterno, as partituras entrelaçavam-se num mergulho de tradições minuciosas (que na época não entendia) e, no desfilar das particularidades entre o passado movido pela dor, cantarolada pela voz da esperança, entre os trançados das folhas secas da cana-caiana espalhadas pelo solo fértil, e do sol escaldante em nossas cabeças descobertas, pisando descalça na terra vermelha do plantio dos canaviais de perder de vistas de tão extenso que eram. Usualmente, na casa do meu tio Zé Preto nós nos reuníamos e tomávamos caldo de cana e do mel de rapadura, ou do beiju das tias Dinda e Rita, quentinhos, feitos na casa de farinha dos tios Zé Preto e tia Rita. Sempre cheios de mandioca e sacos de farinha, para serem vendidos na feira de sábado em Alagoa Grande.

Figura 24 – A feira em Alagoa Grande



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 25 – Um registro meu numa das ruas de acesso à feira em Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Infância que traz à tona o sítio de banana-caixão (banana d'água), do vô Manoel Laurentino, homem respeitado na comunidade; “de palavra”, querido na região. E para aliviar o calor, um mergulho na parte rasa do riacho sobre o olhar atento da minha tia Carma.

Embora o meu pai fosse presente, o meu tio Zé Preto, seu irmão, tinha toda a responsabilidade sobre mim, dava-nos segurança e alegria. E assim, as férias de infância nas terras do Engenho Buraco D'água vislumbravam a minha identidade com a terra, pelo barro, pela zona rural, a minha essência.

Ressignificando a história de vida pessoal, fui matriculada no Colégio Nossa Senhora do Rosário, colégio de freiras, dirigido pelas irmãs Dorotéias, tendo a irmã Dourado como diretora geral. Era um colégio que era frequentado por filhas da classe social rica da cidade e da região. Eu era a menina negra da escola, foi assim por todo o meu primário e anos vindouros, a única aluna negra e pobre a estudar entre as alunas ricas e brancas, causando um estranhamento social. O Colégio Nossa Senhora do Rosário, lugar da minha memória de invisibilidade de menina negra num ambiente majoritariamente frequentado pela elite alagoagrandense.

Esse colégio era um referencial de educação voltada para preparar as jovens “prendadas” com uma educação doméstica requintada, formando-as para serem boas moças e donas de casa exemplares. Tínhamos aulas de educação para o lar, bons costumes, música/canto (piano), entre outros pré-requisitos necessários pelas exigências de pertencer à sociedade alagoagrandense.

E foi nesse universo educacional que fui adquirindo regras, costumes sociais e culturais diferentes dos da minha família, amigos de rua e de infância. Os hábitos introjetados no processo de formação da escola das freiras impactaram meu ingresso na escola pública do estado quando meu pai Pimentel e minha família vieram morar em João Pessoa na capital da Paraíba, pelo fato da rede ferroviária do Nordeste ter sido extinta do município de Alagoa Grande-PB, pois ele foi transferido para trabalhar, onde continuara a exercer o cargo de guarda-freios.

Frequentei o Colégio Estadual de Jaguaribe, localizado no bairro Jaguaribe, na capital paraibana, onde concluí o primeiro grau. Posteriormente, estudei e concluí o segundo grau no Colégio Estadual ABC no mesmo bairro.

Nesse período da juventude, comecei a trabalhar formalmente no comércio da capital João Pessoa por alguns anos, iniciando com quatorze anos como auxiliar de escritório. Mesmo quando passei no vestibular tive que continuar trabalhando para ajudar nas despesas de casa e como professora primária em colégios primários particulares da capital.

Ao submeter-me ao concurso para professora das fases iniciais após concluir o curso de magistério no Instituto de Educação da Paraíba (IEP), promovido pelo Governo do Estado da Paraíba, fui aprovada e nomeada. Passei a estudar e trabalhar com mais afinco, mas morava distante da minha faculdade, a UFPB. Saía cedo de casa, da Ilha do Bispo, bairro periférico da capital paraibana, para o curso de Psicologia; trabalhava como professora no turno da tarde no bairro de Cruz das Armas, e à noite, cursava as disciplinas do curso de Pedagogia na UFPB, na Educação, onde pretendia fazer meu estágio de conclusão de curso.

Nos anos 1990, comecei a militância no Movimento Negro Organizado da Paraíba, pela necessidade de autoafirmação negra e pela luta por igualdade de direitos e acesso à educação para todos ao lado dos companheiros João Balula (*in memoriam*), a professora da UFPB, Paula Franssinete, os companheiros e irmãos Tutu de Carvalho e Vandinho de Carvalho, e Carlos Henriques (*in memoriam*). Quando teve início a nossa luta de organização política das entidades negras em todo estado da Paraíba tendo como referência o estado de Pernambuco, onde as (os) companheiras (os) nos davam formação política.

Outra relação importante na época de intercâmbio cultural foi com a Pastoral do Negro, que tinha a organização do ex-padre italiano Luiz Zadra, do agente pastoral e cultural negro Héilton de Santana, da prima Solange Cavalcante e da companheira Jacinta, do município de Santa Rita, Paraíba. A Pastoral do Negro naquele momento representava um vínculo estratégico entre o Movimento Negro e a Arquidiocese Paraibana, possibilitava usar salas para reuniões e formação do Movimento Negro, contribuía financeiramente para algumas ações, publicação do “Jornal Negra Voz” e implantação do “Disk Racismo”, espaço de denúncia e acolhimento, além de se constituir como facilitadora do intercâmbio da capital João Pessoa com a militância negra do interior paraibano.

Foi nesse processo de afirmação que comecei a ser uma ativista negra orgânica passando a compor a coordenação da entidade negra chamada “Malungus” e, conseqüentemente, fiz parte da direção do movimento negro paraibano juntamente com João Balula, ícone negro, e outras (os) companheiras (os) das lutas diversas, dos quais aponto: Mãe Renilda que representava as Comunidades Tradicionais de Terreiro; Francimar (casada com o ex-padre Luiz Zadra), que representante das comunidades Quilombolas.

Essas e outras comunidades adentraram ao Movimento Negro, que é uma entidade respeitada, desde sua fundação até a atualidade, pelos poderes públicos e pela sociedade civil como um todo. No ano 2000 enquanto coordenadora do NENBAMBA-Grupo Paraibano de Cultura Negra e Combate ao Racismo, organizei o I Curso de Capacitação para Lideranças

Negras (19, 20 e 21 de maio de 2000) em João Pessoa-PB, tendo como formador o professor Henrique Cunha Júnior.

Pelo fato de conclusão do Curso de Psicologia e por estarem exercendo a função de professora, os momentos de reuniões foram ficando difíceis para mim e também impedindo que tivesse uma atuação mais eficaz, por isso resolvi deixar o movimento na qualidade de dirigente e passei a dedicar-me aos estudos acadêmicos e a minha profissão de professora.

Concluído o curso de formação e licenciatura em Psicologia pela UFPB, nos anos de 1990, passei a militar no movimento sindical na Associação dos Psicólogos da Paraíba (APPB) como dirigente, e que, pelo movimento político que predominante da época, as entidades de classe específicas da educação foram destituídas (APSE) Associação dos Supervisores Escolares; (ASOREP) Associação dos Orientadores Educacional da Paraíba; (APPB) Associação dos Psicólogos da Paraíba e (AMPEP) Associação do Magistério da Paraíba, se unificaram num só sindicato, hoje, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP-PB), com sede na capital e em quatorze regiões do Estado da Paraíba.

A análise de conjuntura que faço é que as categorias específicas foram sendo acima explicitadas, foram sendo descaracterizadas no conjunto das ações do Sindicato, que utiliza uma linguagem generalizada de “professor/a” como representação do magistério e as demais (psicólogos, orientadores, supervisores), o que enfraqueceu a luta de classe das categorias até os dias de hoje.

Ao compor a diretoria do SINTEP, enquanto diretora por duas gestões fui também nesse período diretora da Central única dos Trabalhadores (CUT), assumindo o cargo da primeira diretora do DETE/CUT-PB, Departamento de Educação da CUT, que me possibilitou uma grande aprendizagem político-sindical e por estar em consonância com grandes sindicatos da educação filiados à Central e também, o intercâmbio com a CUT nacional e da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação (CNTE).

Passando a gestão do sindicato e da CUT, fui convidada a fazer parte do Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região, onde exerci os cargos de Conselheira/Secretária, e de Conselheira/Tesoureira, por duas gestões; e também atuei, em outros momentos, como membro das Comissões de Educação e Direitos Humanos do referido Conselho.

Na minha passagem pelo CRP-13 introduzi o debate e a luta sobre o racismo, a psicologia e o profissional negro no âmbito das instituições. Abrimos também este debate nacionalmente em um dos Congressos da categoria no estado de São Paulo, juntamente com a

psicóloga negra Aparecida Bento e a Sueli Carneiro do Instituto da Mulher Negra de São Paulo-Geledés.

Foram também percursos enriquecedores e de enfrentamento ao racismo por ser a Psicologia uma ciência ainda hoje elitista com pouquíssimos profissionais negros com formação e atuação nos Conselhos Regional e Federal de Psicologia. Esse feito ocorreu em finais dos anos 1990 e início de 2000, quando fui diretora regional nordeste e diretora executiva da Federação Nacional dos Psicólogos (FENASPI).

Essa entidade sindical com sede na capital de São Paulo, na Vila Mariana, possibilitou-me uma formação política rica e empoderamento no cenário sindical nacional, porque estava mensalmente, durante seis anos, em contato com ícones do movimento sindical brasileiro, a exemplo de Luiz Inácio Lula da Silva, que na época era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos no ABC Paulista; deputado federal do PT Vicentinho, na época presidente da CUT nacional; relação direta com o Sindicato de Psicologia de São Paulo e da Associação dos Professores do Estado de São Paulo (APEOSP), Sindicato dos Químicos, que é politicamente forte e a nossa federação tinha uma boa relação política.

Por circular no espaço sindical nacional com proeza e desafios por ser mulher, negra e nordestina da Paraíba, vislumbrei o acesso a um mestrado em Educação na UFPB, no Centro de Educação na linha de pesquisa Movimentos Sociais, tendo sido aprovada, onde fui considerada uma excelente discente, chegando a ser representante estudantil no Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Concluí o meu mestrado no ano de 1998 com o tema “A Identidade dos Trabalhadores Negros na Realidade Educacional Paraibana”, sob a orientação de Prof. Dr. Paulo Ramos Coelho Filho (UNB), e o Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior (UFC), na qualidade de coorientador, ambos de suma relevância na minha atuação acadêmica.

De posse do título de mestrado, em 1998, voltei à atuação como professora concursada do ensino médio e psicóloga escolar na Escola Estadual Polivalente Presidente Médici (hoje Escola de Ensino Médio João Goulart, situada no bairro Castelo Branco), e também como psicóloga concursada na Escola Municipal Durmeval Trigueiro Mendes, no bairro do Rangel, em João Pessoa.

Nesse ínterim, fui convidada pela coordenadora do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Dona Judite, Campus Campina Grande, para ministrar disciplinas da área da educação na qualidade de professora convidada.

Lá permaneci por quase 10 anos até a realização do primeiro concurso público da instituição. Fui aprovada, classificada e não nomeada. Nesse momento, senti na “pele” toda a carga do racismo institucional e do peso político local da família Cunha Lima. Na época, Cássio Cunha Lima, ex-prefeito da cidade de Campina Grande e eleito como Governador do estado de Paraíba.

Por ser declaradamente do Partido dos Trabalhadores e fazer campanha para nossos candidatos que perderam as eleições para o governo do estado na ocasião, fui severamente “punida” com a não nomeação e substituída por outra candidata do seu apadrinhamento. Fiquei inerte, sem chão, causando-me uma depressão prolongada e o sentimento de impunidade administrativa frente ao caso.

Tendo que sanar as feridas do concurso, continuei como professora da entidade no curso de Pedagogia em Serviço pelo Departamento de Pedagogia -Centro de Educação (CEDUC) - UEPB, por mais um ano, quando o contrato foi encerrado e não tive mais motivação para concorrer a outros concursos públicos para o Ensino Superior. Neste momento, exerci a função de professora do curso de especialização em Psicopedagogia nas Faculdades Integradas de Patos (FIP), 2000 a 2002, e, também, assumi a coordenação geral da cidadania LGBT e da igualdade racial, vinculada ao gabinete do prefeito da capital João Pessoa, 2014 a 2015, quando solicitei exoneração de cargo. Atualmente, exercendo a função de psicóloga/educacional na Escola Municipal Durmeval Trigueiro Mendes no bairro do Rangel em João Pessoa-PB.

Em 2009, a Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba promoveu a Campanha de promoção da Identidade Negra na Paraíba- “Morena (o) não. Eu sou negra (o)”, da qual participei como uma das protagonistas negras da campanha.

Prosseguindo a busca do meu espaço na educação e para pôr em prática os ensinamentos adquiridos no Mestrado, voltei às organizações de coletivos sindicais, movimentos sociais e partidários, no caso, ao Partido dos Trabalhadores (PT); na luta antirracista por dentro e por fora dessas entidades.

Atendendo a solicitação da política de participação das mulheres no poder partidário, em 2010, fui candidata à deputada federal na legenda da coligação – “Paraíba Unida 2” - PT com número 1353 - Cidadania pela Igualdade Racial... Em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça ou cor.

Nessa experiência eleitoral constatei o racismo, o machismo e a classe social, influenciadores e determinantes na prioridade das candidaturas no Partido dos Trabalhadores-PB, ou seja, branca, masculina e classe social privilegiada como perfil prioritário. Obtendo uma boa votação apesar de ser uma candidatura secundária para o Partido.

Fui Secretária Estadual do Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores por dois anos, até 2017. Prosseguindo, desde 2013, engajada na luta das mulheres negras através da Bamidelê – Organização das Mulheres da Paraíba, participei do Comitê Impulsor Paraibano em parcerias com as entidades nacionais de mulheres negras (Mulheres Negras do Nordeste, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras e Articulação de Mulheres Brasileiras) e outras entidades na mobilização e organização em todo estado da Paraíba das mulheres negras orgânicas ou não para a 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras Brasileiras que aconteceu em Brasília/DF – no ano de 2015, ocupando toda a extensão da Esplanada dos Ministérios com mais de 50.000.00 (cinquenta mil mulheres) representantes de todos os estados brasileiros, do Distrito Federal e alguns países convidados. Marchamos contra o racismo, à violência e pelo bem viver. Um marco histórico.

Frente ao preconceito racial hostil manifesto na UEPB, perceptível nas relações sociais em sala de aula, no próprio departamento e curso de Psicologia, expressos em diversas formas que restringiram meu ingresso como professora titular concursada na instituição foi impulsionado a lutar contra as injustiças sociais e passei a ter um novo olhar em relação ao meu bem-estar.

E dentre tantos desencorajamentos, ironias, perseguições pessoais e políticas, opressão de pares, descaso e desqualificação do meu fazer profissional e lutas sociais e políticas “parei de sonhar”, adormeci e ressurgi quatorze anos depois da realização do curso de mestrado, para tentar uma vaga numa seleção de doutorado na UFPB, ficando na segunda etapa classificatória.

Prosseguindo no desejo, agora mais tentador e desafiador, em 2017 galguei uma seleção na UFC/PPGE/FACED. Dentre indiferenças, receios, inquietudes e incertezas do porvir, me submetem às etapas de um processo seletivo doloroso e competitivo de elevado nível das (os) candidatas (os). Fui aprovada.

No segundo semestre do ano de 2020, a prefeitura de João Pessoa não renovou a minha liberação para estudos e tive que retornar a exercer as minhas atividades profissionais como psicóloga escolar/educacional na Escola Municipal Nazinha Barbosa no bairro de Manaíra.

Sou funcionária pública concursada como psicóloga escolar da prefeitura municipal de João Pessoa desde 01 de agosto de 1996. E neste ano de 2022, por questões de assédio moral e racismo estrutural na escola e descaso administrativo do fato, após quinze anos de exercício profissional na referida instituição, afetando significativamente a minha saúde físico-emocional, e como as medidas administrativas internas não foram tomadas para as agressoras, tive de tomar atitude pessoal para preservar a minha dignidade e saúde integral, solicitei a pedido minha devolução via Conselho Deliberativo Escolar ao setor de Recursos Humanos da

Prefeitura de João Pessoa. E, desde maio de 2022, exerço minhas funções na Escola Municipal Prof. Durmeval Trigueiro Mendes no bairro do Rangel na capital João Pessoa.

Narrar uma escrita autêntica dessa experiência pessoal da ideologia racista no ambiente escolar é bem sofrido, mas que me tornou capaz de transpor mais um desafio no percurso da vida.

E como o ativismo social e político sempre são marcas registradas do meu cotidiano, tanto que retomei a participar das lutas antirracistas com mais afinco reassumindo em 2022 o cargo de Secretária Estadual de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores da Paraíba. E também, como membro da Marcha da Negritude Unificada da Paraíba e da Articulação Nacional de Psicólogos/as e Pesquisadores/as Negros/as (ANPSINEP) - Núcleo da PB.

O meu desempenho superou os meus medos e tive a certeza da minha capacidade intelectual e técnica. No processo de leitura e escrita pude repensar e analisar o pensamento de Yade (2015), ao afirmar que o processo de construção do conhecimento está atrelado aos procedimentos de ensino e aprendizagem e perpassa toda existência humana.

Diante disso, esta tese se insere neste momento de meu percurso no curso de doutorado na Universidade Federal do Ceará. No meio deste percurso no qual me localizo, posso dizer que muitas das situações pelas quais passei relacionadas ao racismo se repetem, agora com novos sujeitos. Tais situações, assim como os momentos de solidão, longe dos familiares são motivações para prosseguir na pesquisa, pois ressalta a importância da desconstrução do racismo impregnado em todas as instâncias sociais, inclusive na universidade, lugar de produção de conhecimento e que, em geral, não esperamos situações de discriminação de nenhum tipo.

A queda dos paradigmas institucionais e atitudinais conflituosos que me causaram doenças cancerígenas e depressivas foram fundantes para o mergulho profundo na raiz ancestral e tive conhecimento da minha força e do meu grau de resistência.

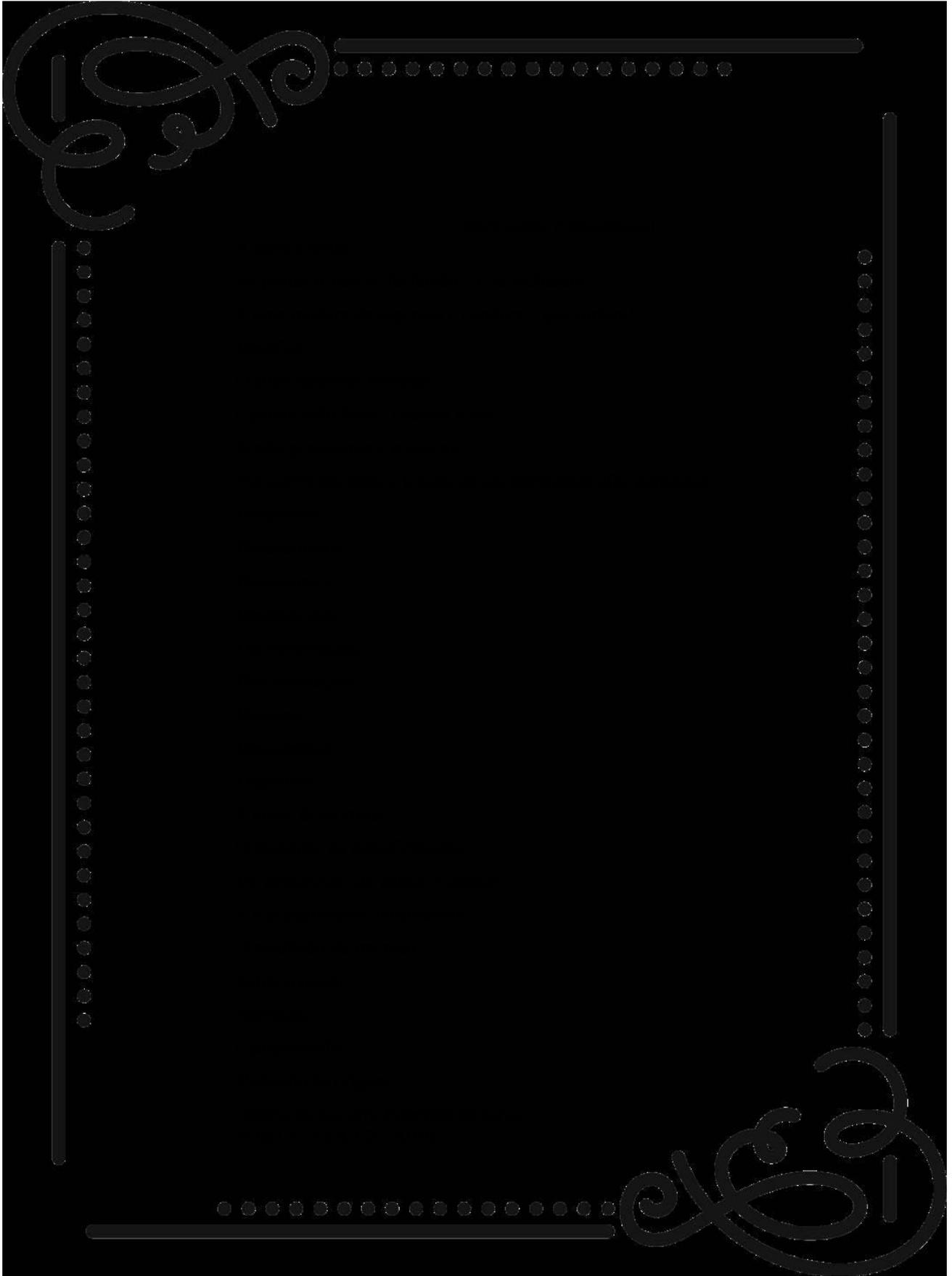
Hoje, me encontro num estágio de renovação de valores, ressignificando sentimentos e atitudes. Apesar de ainda ter algumas limitações no caminhar e na voz, agreguei outros elementos valiosos para o fortalecimento energético corporal dos órgãos vulneráveis. Entrelaçando saberes adquiridos ao longo da vida, busco a leveza das relações interpessoais e institucionais construtoras de saberes e movidas pela centelha ancestral.

Figura 26 – Eu na minha posse na sede regional do PT em João Pessoa-PB assumindo a pasta de Secretária Estadual de Combate ao Racismo



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Sou Socorro Pimentel, esta mulher negra paraibana que pisa o solo com a firmeza do seu compromisso com as lutas antirracistas, numa conexão com meu sagrado e entrelaçando os saberes ancestrais dos meus troncos velhos alagoagrândense. Meu nome é resistência!



4 CAPÍTULO 3 - VIAS FÉRREAS: CAMINHOS E ROTAS SOBRE TRILHOS

4.1 Contextualizando a importância do trem na família Pimentel

Falar da história das ferrovias no Brasil nos remete aos anos de 1854 com a inauguração da Estrada de Ferro de Mauá, inaugurada pelo Imperador Dom Pedro II, e que foi concedida por Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá). A ferrovia tinha uma extensão de 14,5 km e o trecho percorrido teve como saída a cidade do Rio de Janeiro-RJ até a cidade de Petrópolis-RJ.

A Estrada de Ferro Mauá na época trouxe a integração entre o transporte aquaviário e o ferroviário, cuja operação foi considerada o primeiro transporte intermodal no Brasil. As embarcações atracavam no Porto da Baía da Guanabara e, então, a carga passava para o transporte ferroviário. Essa ferrovia foi operada pela empresa “Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis do Visconde de Mauá”.

A segunda ferrovia brasileira foi inaugurada em 1858 e previa a ligação da cidade do Recife no estado de Pernambuco até o rio São Francisco, mas por razões políticas esse objetivo não foi atingido. No entanto, essa ferrovia trouxe desenvolvimento as cidades por onde passava.

E, foi nesse mesmo ano, que a Estação da Corte a Queimados foi implementada no estado do Rio de Janeiro, sendo considerada a terceira ferrovia do país e possuía um trecho de 47,210 Km de extensão e sua construção foi realizada pela Companhia de Ferro D. Pedro II, a qual, ao longo dos anos passou por expansões e ganhou conexão com outras ferrovias em diversos Estados, e com a proclamação da República no de 1889, a ferrovia passou a ser chamada de Estrada de Ferro Central do Brasil.

A malha ferroviária nacional teve uma grande expansão no Brasil Império chegando a 9.200 km de ferrovias em 1889, ano da Proclamação da República. As ferrovias brasileiras prosperaram até o final da década de 1850, quando foram preteridas pela rodovia durante a presidência de Juscelino Kubitschek.

Podemos ressaltar que, a construção das estradas de ferro estava relacionada ao processo de modernização do Império, alavancado a partir da segunda metade do século XIX, quando se observava um maior desenvolvimento da economia, com necessários investimentos na infraestrutura e na urbanização do Brasil.

O Brasil vivia uma grande necessidade de se mostrar moderno para o restante do mundo, e “a ideia de modernidade se misturava com o significado de progresso, de civilização”.

As grandes metrópoles europeias eram vistas como centros urbanos colossais, desenvolvidos e modernos, a exemplo de Londres e Paris, consideradas as maiores metrópoles oitocentistas em comparação as metrópoles brasileiras da época, entre elas Rio de Janeiro, Recife, que buscavam atingir a ideia de modernidade urbana no seu espaço regional.

Para tanto, em meados do fim do século XIX e começo do século XX, tudo que vinha de novo da Europa era visto como o signo da modernidade, e na visão da época era uma forma de elevar o patamar de determinadas cidades ou regiões. O conceito de civilização passou a ser o sinônimo de cidade moderna influenciando o imaginário coletivo da população tendo como parâmetro à incorporação do trem nas cidades, concedendo visibilidade, trazendo progresso as cidades que sediavam as estações ferroviárias:

Um trem-de-ferro é uma
coisa mecânica,
mas atravessa a noite,
a madrugada, o dia,
atravessou a minha vida,
virou só sentimento.

(PRADO, Adélia (1991, p. 49-Poesia reunida)).

Essa poesia retrata as influências e a importância do trem em minha vida de criança em Alagoa Grande-PB. Eu era uma menina cheia de alegria, numa imaginação de um mundo sem discriminação das pessoas e pelo lugar onde morei ou pela pigmentação da pele. Acreditava que os anjos eram pretinhos e parecidos comigo até porque fui uma vez (somente uma vez) anjo toda vestida de branco... Como máquinas e vagões, trilhos, ferros, faróis, apitos, fumaça, engrenagens, moviam e movem tanto comigo levando-me a uma viagem do tempo nas asas do arco-íris. Uma cantiga de ninar frente aos impactos da modernidade.

Figura 27 – Vagões de um trem



Fonte: Retirada do site Via Trolebus, 1943.

Figura 28 – Trem das Águas - Maria Fumaça de São Lourenço



Fonte: Retirada do site trem das águas, 2015.

4.2 A estação ferroviária em Alagoa Grande-PB: A Maria Fumaça do encantamento e saudosismo

A minha relação afetiva com a história dos trens no Brasil e Nordeste se mistura com a minha infância, correndo sobre os trilhos caçando “tanajura” que comia crua ou assada, aparecendo em tempo da estação chuvosa, e, também as tantas viagens de trem que fazia no

período de férias escolares para as cidades de Mulungu na Paraíba e Nova Cruz no Rio Grande do Norte, e das saudáveis e inocentes brincadeiras infantis com minhas colegas filhas, dos chefes as estações dos ramais de Alagoa Grande e Mulungu (antiga Camarazal), os quais mantinham uma boa relação de amizade com o meu pai Pimentel que era funcionário da rede ferroviária na função de guarda-freios. E, essa paixão se mantém até hoje por esse tipo de transporte tão significativo e marcante na minha vida.

4.2.1 A primeira concessão

A princesa Isabel, em 15 de dezembro de 1871, assinou o Decreto nº 4.838, concedendo aos conselheiros, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, deputado geral Anísio Salatiel Carneiro da Cunha e André Rebouças, o privilégio de construir e explorar a estrada de ferro Conde D’Eu, ligando a sede da Província à vila de Alagoa Grande, com ramais para de Ingá e Independência (antigo nome da cidade de Guarabira). Essa concessão não vingou.

Portanto, nos anos de 1880, foi iniciada a construção da estrada de ferro. No ano de 1881, foi inaugurado um trecho de 30 km, ligando João Pessoa à localidade Entroncamento, em Sapé. A concessão era da Companhia de Ferro Conde D’Eu, do Brasil Imperial.

4.2.2 Historiando o trem em Alagoa Grande-PB

A estação ferroviária de Alagoa grande foi inaugurada no dia 1º de julho de 1901, pela empresa norte-americana Great Western of Brazil Railway. Com a chegada do trem na cidade promoveu uma perspectiva econômica na cidade de Alagoa Grade e nos municípios em seu entorno.

O ramal foi inaugurado com apenas 33 km. Era a ponta de um ramal que ligava o então povoado de Camarazal-PB (atualmente município de Mulungu) pertencente na época ao município de Guarabira PB, a Alagoa grande PB. Esse ramal deveria continuar até a cidade de Patos-PB no oeste paraibano, ponta dos trilhos de um ramal da RVC, e formar-se-ia a E.F. Ceará-Paraíba.

Nos anos de 1922, com as obras em adiantamento entre Alagoa Grande-PB e Pocinhos-PB, aos cuidados na época de boa de parte das ferrovias do Nordeste, era o IFOCS (Instituto Federal de Obras contra as Secas) e a construção da ferrovia objetivava também, além da ligação dos dois Estados (PB e CE) como também, para facilitar a construção dos diversos

açudes nos estados do Ceará, Paraíba e do Rio Grande do Norte, que também estavam sendo construídos na época.

Com o abandono do projeto por Artur Bernardes, Presidente da República empossado em novembro de 1922, alegando a falta de recursos. O referido projeto foi retomado nos anos de 1950 com mudanças do trecho inicial que seria de Alagoa Grande (1922), mas a partir do município de Campina Grande até Pocinhos, e dali até Patos, onde a ferrovia já havia chegado do Ceará desde os anos de 1920.

Embora com essas alterações do projeto inicial, a chegada do trem em Alagoa Grande pelo leste da Paraíba foi de uma importância significativa ocasionando um rápido crescimento econômico. A estação proporcionou o escoamento do seu maior produto agrícola, o algodão, além de mercadorias, como a rapadura, produzida pelos 26 (vinte e seis) engenhos existentes na época no município, como também, a agave, o açúcar e fibras de sisal, entre os anos de 1940 a 1960.

A estação também proporcionava a vinda de riquezas econômicas e socioculturais para o município. O trem trouxe uma época de prosperidade para o município, influenciando em larga escala o desenvolvimento da cidade nos setores agrícola, pecuária e industrial.

O trem era um signo moderno e a modernidade era uma palavra que naquele contexto poderia se confundir com o significado de civilidade. Isso porque ser civilizado era estar em dia com as novidades. No entanto, o trem tornou-se um diferencial no cotidiano das localidades por onde passava. Servia para marcar o fim da tarde ou hora do almoço.

Era uma atração durante o dia ir à estação ver a chegada e a saída do trem. De fato, mexia com cotidiano daquelas e daqueles que viviam próximos às estações ou as linhas férreas (o apito, a fumaça da máquina Maria Fumaça com seus os vagões) eram encantamento, alegria, correria e deslumbramento que quebrava a rotina dos sítios, vilarejos e cidades por onde passava.

A escolha do município de Alagoa Grande para sediar a estação de trem foi pelo seu potencial na produção agrícola. E, segundo o historiador alagoagrândense José Avelar Freire (1998), o trem, foi escoamento da produção algodoeira, da produção dos 26 engenhos que produziam rapadura, aguardente, açúcar, e também na pecuária. Dessa forma, o trem propiciou uma época de prosperidade para a região e cidade em si.

Os estudos realizados por Freire (1988), com a chegada do trem, incentivou o aumento da produção dos produtos plantados no município, e a possibilidade de lucro aumentava tendo em vista que anteriormente os produtos eram transportados até a capital por meio de carros de boi e o transporte de trem facilitou o desenvolvimento da economia alagoagrândense e da

região. Na época, os fazendeiros podiam negociar seu algodão diretamente com os ingleses (rápida e lucrativa).

O acelerado avanço econômico na cidade proporcionou a fundação da Sociedade de Agricultura e Comercio de Alagoa Grande, no dia 7 de setembro de 1916, presidida pelo fundador, o alagoagrandense, bacharel em Direito, o senhor Severino Peregrino de Albuquerque Montenegro.

Outras culturas foram se desenvolvendo impulsionadas pela chegada do trem, gerando a instalação de indústrias na cidade. A produção algodoeira ocasionou a criação da primeira indústria (Wharton Pedrosa, com matriz em Natal) para beneficiamento do algodão herbáceo, que atenderia o Brejo paraibano, parte do Cariri e, vários municípios do Rio Grande do Norte. A fábrica ficava situada na Rua Buenos Aires, na atualidade Rua Presidente João Pessoa, mais conhecida como ladeira da Clayton.

A primeira metade do século XX o algodão foi o “carro-chefe” na economia de Alagoa Grande, em 1909, a cidade possuía 20 motores ou máquinas de descarregar algodão espalhadas em todo município. E, geralmente os carros de bois realizavam o transporte do produto dessas máquinas até a estação de trem (FREIRE, 1998).

Também eram protagonistas na economia da cidade as Usinas Tanques e a Usina Santa Maria que estiveram em crescimento de produção da cana-de-açúcar até o final dos anos oitenta e dividiram os espaços nos vagões do trem. A agave também gerou renda e muito lucro, era gerenciada a companhia Conde (nome fantasia), uma vez que o nome da razão social era Nascimento & Companhia.

A desativação do transporte ferroviário que atingiu todo território brasileiro obedeceu a um plano do Governo Federal, o cearense, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, findado em 15 de março de 1967 e elaborado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, comandado pelo General Juarez Távora que defendia radicalmente o projeto do transporte rodoviário como a solução para o progresso econômico do Brasil.

Com a decisão inesperada de extinção da ferrovia de Alagoa Grande foi sem planejamento e num breve espaço de tempo recolheram a Maria Fumaça, arrancaram todos os trilhos, e acessórios da estrada de ferro, e, também as peças do girador (conhecido popularmente como “virador”, por ser o local onde a máquina do trem virava ou mudava de direção, para tomar o destino (o local, onde havia o cruzamento das linhas, o trem fazia a volta). Presenciei esse movimento muitas vezes o meu pai Pimentel executar essa tarefa cuidadosamente.

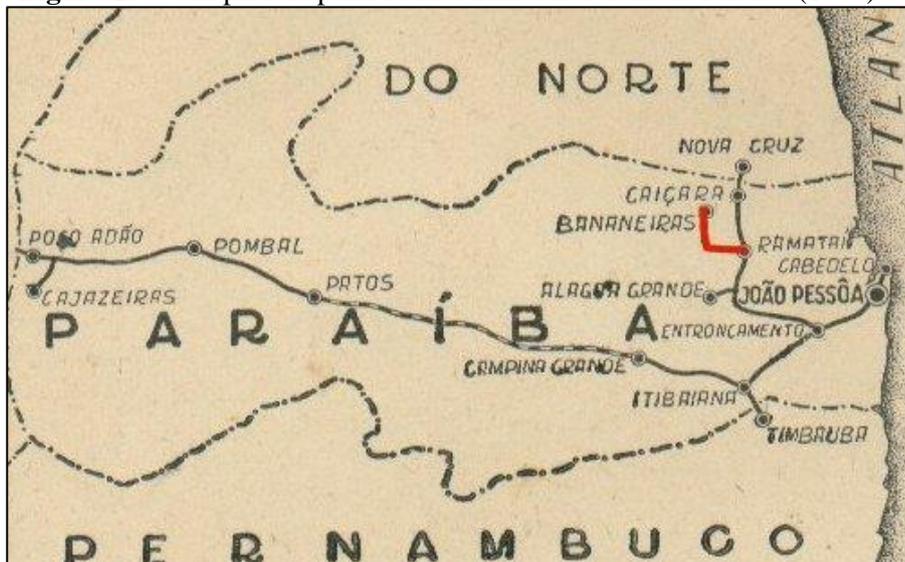
A notícia de fechamento da linha férrea de Alagoa Grande, no final de 1966, causou impactos na vida da cidade em todos os aspectos, um sentimento de luto pela importância que

o trem representava para toda população, e principalmente, aos funcionários da Rede ferroviária que foram pegos de surpresa, a exemplo do chefe da estação o senhor Antônio Gomes da Silva, que foi comunicado do fato poucos dias antes da suspensão das viagens do trem, e pelos motivos do fim desse meio de transporte. Duraram 65 anos de funcionamento na cidade. E, a última viagem do trem Maria Fumaça, em Alagoa Grande-PB, foi em novembro de 1996. O nome Maria Fumaça, porque a máquina soltava muita fumaça.

Oficialmente a estação foi desativada por decreto do Governo Federal em 1967 e o ramal erradicado em novembro de 1968. Infelizmente, o prédio está em ruínas sem nenhuma utilidade pública, mesmo tombado em 2001 pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio e Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) e a Prefeitura Municipal tenha se prontificado a construir no local um centro cultural segundo Jonatas Rodrigues (2009).

Cada lugar combina variáveis em tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou tudo seja velho (me refiro às fotos abaixo representadas - antiga estação de trem de Alagoa Grande-PB (grifo meu)). A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. Tanto os novos quanto os velhos são dados permanentes da história; acotovelam-se em todas as situações (SANTOS, 2008).

Figura 29 – Um passeio pelas rotas e trilhos nos trens da Paraíba (1940)



Fonte: UFPB - Ralph Mennucci Giesbrecht, 1940.

Figura 30 – Desenho original da estação de Alagoa Grande quando ainda estava intacta



Fonte: Acervo Jonatas Rodrigues, 2009.

Figura 31 – A estação, à esquerda e a máquina “Maria Fumaça”, e o armazém, hoje transformado em colégio, à direita, anos 1950



Fonte: Acervo de Jonatas Rodrigues, 1950.

Figura 32 – Ruínas da estação de Alagoa Grande



Fonte Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 33 – Interior da antiga estação de trem



Fonte: Luciano de Miranda, julho de 2012.

Com a desativação da linha férrea de Alagoa Grande-PB, o meu pai Pimentel foi transferido para a capital do estado da Paraíba, a arborizada e encantadora, João Pessoa.

No ano de 1968, chegamos para morar na capital, um deslumbramento, algo mágico, o novo para enfrentarmos enquanto família interiorana. Fomos morar no bairro da Ilha do Bispo, na Travessa da Redenção nº 51, a casa ainda se mantém no mesmo lugar, mesmo sofrendo modificações em sua estrutura física, estrategicamente por passar a linha férrea e ser próximo da estação central, o que facilitava o hábito de papai jogar com a marcha lenta do trem os sacos com suas compras diversas, como frutas, legumes, milho e feijão verde, batata-doce, inhame, macaxeira, entre outros.

E assim, a ritualística de Alagoa Grande foi transferida para o bairro da Ilha do Bispo em João Pessoa-PB, onde continuamos a ver a passagem dos trens, ouvir o apito, olhar papai

quando passava e acenava para nós, carinhosamente, e pulando de tanta alegria gritávamos (eu e minha irmã Fátima e os irmãos Gardel e José) na calçada da nossa casa: papai! papai!

4.2.3 A rede ferroviária e a Companhia Brasileira de Trens Urbano (CBTU)

A Great Western operou até 1957, quando o Governo Federal criou a Rede Ferroviária Federal S/A-RFFSA. Em 1982, ainda sob o controle da Rede, o sistema de trens urbanos para transporte de passageiros foi reativado na Paraíba. Em 22 de fevereiro de 1984, surgiu a Companhia Brasileira de Trens Urbano - CBTU (Decreto-lei nº 89.396), vinculada à Secretaria Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes. A CBTU mantém o transporte de passageiros em seis capitais brasileiras: Belo Horizonte, Salvador, Maceió, Recife, João Pessoa e Natal. Em foi em 1º de julho de 1995, instalada a Gerência de Trens Urbanos de João Pessoa e desmembrada da Superintendência de Trens Urbanos de Recife.

Registra-se também neste ano a privatização do transporte de carga pelo governo federal passando a concessão para a Companhia Ferroviária do Nordeste compartilhando a via férrea da empresa estatal. No entanto, a Rede Ferroviária Federal (RFFSA) foi extinta.

4.2.4 O trem de João Pessoa – Historiando

A Estação de trem de João Pessoa chamava-se Estação ferroviária Conde D’Eu, situada no bairro Varadouro (cidade baixa e mais antiga) foi construída em 1889. Tinha um estilo eclético, com muitos janelões e entrada principal.

Na década de 1940, o prédio foi derrubado e substituído pela atual construção inaugurada em 10 de novembro de 1942, com características de estilo modernista, linhas retas, marquise, mezanino, fachadas sem adornos, esquadrias de ferro e vidro.

O sistema atual de transporte urbano tem um traçado original e com 30 quilômetros de extensão com nove estações atendendo aos municípios metropolitanos de Santa Rita, Bayeux, João Pessoa e Cabedelo (onde se situa o porto da Companhia de Docas da Paraíba).

O Porto de Cabedelo é um porto situado na margem direita do estuário do rio Paraíba do Norte, em frente à Ilha da Restinga, na parte noroeste da cidade brasileira de Cabedelo, Paraíba, próximo ao Forte de Santa Catarina, na Região Metropolitana de João Pessoa.

O Sistema de trens é composto por três locomotivas e 17 carros de passageiros, formando duas composições que realizam 28 viagens diariamente, interligando os municípios de Cabedelo, João Pessoa, Bayeux e Santa Rita, na grande João Pessoa, com 12 estações.

A bitola é métrica, e o trem é movido a diesel e a tarifa atual de passagem é \$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos), uma tarifa subsidiada pelo Governo Federal. Em média, sete mil passageiras (os) por dia são transportadas (os), podem desfrutar de uma viagem rápida, agradável, segura, contemplando belas paisagens rurais em pela área urbana.

Figura 34 – Mobile 3 - VLT- Veículo leve sobre trilhos que está em operação no sistema de transporte metropolitano da grande João Pessoa



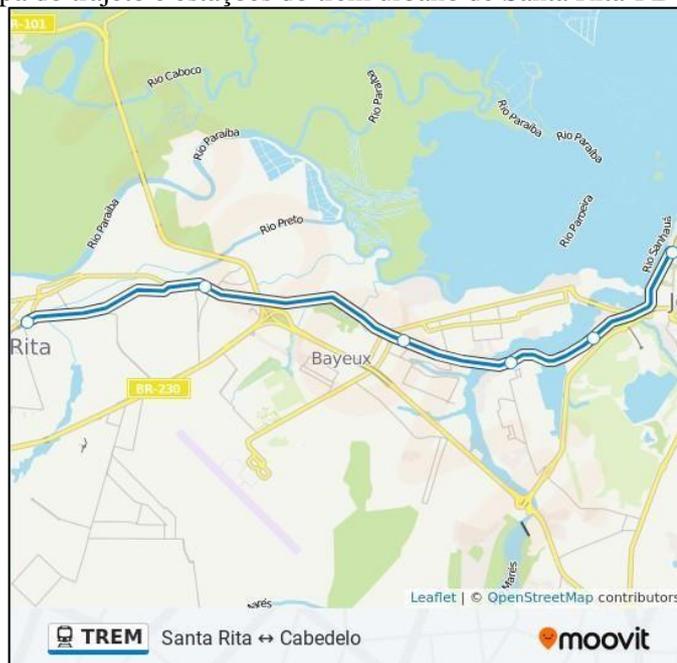
Fonte: Retirada do site Mobilize Brasil, 2019.

Figura 35 – Estação da CBTU em João Pessoa-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 36 – Mapa do trajeto e estações do trem urbano de Santa Rita-PB a Cabedelo-PB



Fonte: Moovit, 2019.

Preocupada com o espaço onde está inserida, a CBTU de João Pessoa, ao oferecer um transporte de passageiros com qualidade, se integra à comunidade lindeira realizando projetos sociais e culturais que visam manter uma sinergia com a população, resgatando os valores do povo paraibano.

Ao se tomar conhecimento do meio de transporte ferroviário no Brasil, com recortes no Nordeste e na Paraíba, verificamos a importância do trem como um marco histórico no desenvolvimento do país. Constituiu-se como protagonista das grandes mudanças na economia e levando progresso a muitas cidades por onde passava.

4.2.5 Breve retorno ao passado

Em 1960, o governo brasileiro da época optou por dar prioridade ao sistema rodoviário. Essa decisão foi tomada pelo alto investimento no país das indústrias de carros e caminhões da época, e por causa da eficiência desse modal em pequenas e médias distâncias.

No raciocínio da época, as ferrovias atrasariam a industrialização do Brasil e demandariam mais investimentos. Essa opção foi escolhida por muitos governos durante os últimos 60 anos, o que ajudou para chegarmos à atual configuração dos modais no Brasil.

Atualmente, o sistema ferroviário constitui apenas 21% do escoamento de todo o transporte nacional de cargas. As rodovias, dominantes nesse aspecto, realizam 63%, as hidrovias 13% e o setor aeroviário junto com os dutos participam de 3% desse processo.

4.2.6 Como está o sistema ferroviário atualmente

O Brasil possui graves problemas com a utilização das ferrovias ao longo do território nacional. De acordo com dados de um recente levantamento da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Brasil não utiliza cerca de um terço de toda sua malha ferroviária.

Essa questão é extremamente problemática já que, dos 23 mil quilômetros de ferrovias, 8,6 mil estão em estado de total abandono, desses, 6,5 mil quilômetros sequer podem ser utilizados, mesmo se for o desejo de alguma empresa ou do governo.

Nesse contexto, um dado, no mínimo curioso, é a falta do transporte das commodities brasileiras nas rodovias. Isso porque, de toda a carga transportada nesse modal, cerca de 77% está relacionada ao minério de ferro.

Mas como reverter esse quadro? O centro-oeste é o maior produtor de grãos do mundo e sua produção não é escoada por ferrovias, modal é o mais indicado para esse tipo de transporte em quantidade e com eficiência.

Por que não investir nas ferrovias?

É um consenso entre os especialistas de que, o principal motivo para a falta de investimentos no modal é a falta de planejamento. Pois, as ferrovias são um projeto a longo prazo, o que desestimula muitos governantes a investirem em algo que não será terminado em seu mandato.

Por outro lado, mesmo que um projeto seja iniciado, é necessário que o governo posterior continue os planos e mantenha os investimentos. E, finalmente, outra questão que deve ser solucionada, é o tempo das concessões no sistema de transporte ferroviário brasileiro, que são de apenas 30 anos.

“O planejamento de uma ferrovia é de longo prazo, estamos falando em 60, 70 anos. É absurdo ter que renegociar com o governo nesse prazo que vocês têm. Vocês precisam se perguntar se o modelo de ferrovia funciona assim mesmo”, argumenta o ex-conselheiro do Surface Transportation Board, Raymond Atkins.

As ferrovias são excelentes investimentos para o Brasil. Quando comentamos os benefícios das ferrovias, é possível estabelecer um tipo de comparação com as rodovias, modal sendo o mais utilizado no país e que recebe mais investimentos do poder público.

Nesse contexto, o principal argumento para defender as ferrovias são os critérios econômicos. Existem diversos estudos e cálculos que preveem um gasto 30% menor para transportar a mesma quantidade de carga nos dois modais.

Para finalizar esse capítulo introjetando o meu amor a esse meio de transporte ferroviário, dou asas à minha imaginação na poesia “Trem de ferro”, abaixo retratada pelo poeta Manuel Bandeira:

[...] Aô ...
Foge, bicho
Foge, povo
Passa ponte
Passa poste
Passa pasto
Passa boi
Passa boiada
Passa galho
De ingazeira
Debruçada
No riacho
Que vontade de cantar [...]

Manuel Bandeira (1886-1968), poema escrito em 1936.

5 CAPÍTULO 4 - A MEMÓRIA: O MOSAICO IDENTITÁRIO

Segundo Yade (2015) os lugares atribuem significados que auxiliam na construção da identidade. No caso específico dessa pesquisa, esse lugar se chama Alagoa Grande, no estado da Paraíba, meu torrão natal, onde estão demarcados os cenários das construções das memórias e histórias de famílias negras do Engenho Buraco D'água e Serra da Paquevira.

As Cosmovisões Africanas são bases importantes de sustentação para o ato de pesquisar, e Oliveira (2007, p. 271) a “Ancestralidade é uma categoria que está profundamente vinculada ao território africano. É uma categoria sapiencial que brota do solo e, telúrica que é, se embebece da seiva que corre na forma cultural africana: a terra.”. Os seus preceitos básicos como: memória, oralidade, biografias, autobiografias e ancestralidade estão conectadas no processo genealógico como manutenção da memória.

Na África tradicional, o indivíduo é inseparável de sua linhagem, que continua a viver através dele e da qual ele é apenas um prolongamento [...]. Assim, seria impossível para o velho africano que sou, nascido na aurora deste século na Aldeia de Bandiagara, no Mali, iniciar o relato de minha vida pessoal sem evocar primeiro, ainda que apenas para situá-las, minhas duas linhagens, a paterna e a materna (BÂ, 2003, p. 23).

Tomando como base a citação de Hampâté Bâ, mestre da tradição oral africana, na qual o escritor fala da necessidade de citarmos as nossas linhagens. Busco em meu trabalho de pesquisa visibilizar meus parentes mais próximos dos troncos Pimentel, Laurentino e Cosme, como forma de mantê-los vivos na memória e na história local, no caso específico em pauta, Alagoa Grande na Paraíba e seus entornos: o Engenho Buraco D'água e a Serra da Paquevira.

Imbuída dos estudos da tradição oral africana, no tocante ao termo “linhagens” cunhado pelo teórico Bâ (2003), sou legitimada a transportar-me às minhas famílias ancestrais. E, aproximo-me do campo semântico, através da palavra “troncos”, num jogo discursivo utilizando o vocábulo “linhagens”, pautando a minha estilística acadêmico-textual em referência à minha genealogia. Nesse ínterim, a palavra “linhagens” parte para o significado de “troncos”.

Nesse sentido, é de fundamental importância trazer a raiz paterna, mas acima de tudo, destacar “QUEM FOI O NEGRO FERROVIÁRIO PIMENTEL – LUTAS E CONQUISTAS”.

Figura 37 – Meu pai: Sebastião Pimentel, foto registrada nos anos 50 em Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 1950.

A família Pimentel é da herança paterna. O meu pai, Sebastião da Silva Pimentel, figura 37, nascido em 19 de janeiro de 1923 na cidade de Alagoa Nova-PB, filho biológico de Júlia Maria das Dores e Severino da Silva Pimentel. Nasceram ainda, seus irmãos e irmãs, pela ordem de nascimento: Maria Júlia da Conceição (Tia Dinda), nascida no dia 03 de março de 1920 no Engenho Buraco D'água no município de Alagoa Grande-PB, falecida em 18 de dezembro de 2017 em sua residência na Serra do Paquevira-PB. José Severino Pimentel (Tio Zé Preto) nasceu em 26 de maio de 1922 no Engenho Buraco D'água/Alagoa Grande-PB, falecido em 6 de maio de 2004 em Fortaleza-Ceará. Joana Júlia da Conceição, nascida em 26 de junho de 1926 no Engenho Buraco D'água/Alagoa Grande-PB, e falecida sem certidão de óbito para comprovação. Ana Júlia da Conceição nasceu em 18 de maio de 1929 em Buraco D'água/Alagoa Grande-PB, faleceu em 18 de novembro de 1981 Hospital Samaritano na capital João Pessoa-PB. Seus avós paternos se chamavam João de Moura e Constância da Conceição, que foi escravizada.

Para o propósito de investigação documental do meu tronco familiar paterno, fui até o cartório de registro civil das pessoas naturais e de interdições e tutelas do município e sede da comarca de Alagoa Grande-PB (Cartório Otaviano Tavares da Costa), Registrador: Getúlio Ramos de Oliveira Filho; Escrevente: Gabriel Francisco dos Santos Cassiano. Na tentativa de

solicitar a certidão de inteiro teor⁶, para um resgate documental da minha ascendência. Por motivo de razão de falecimento do Registrador Civil oficial João Guerra, seu filho Aloisio Correia Guerra de Medeiros assume, logo após, permanecendo por 27 anos a frente do Cartório Guerra e de mudança de endereço do prédio, onde funcionava o então Cartório Guerra. Fez com que a busca não lograsse êxito devido ao processo dificultoso, delicado e demorado por conta dos documentos serem antigos e frágeis para o manuseio, numa eventual digitalização. E, além disso, o Escrevente Gabriel me informou que os documentos, hipoteticamente, podem nem existir frente às intemperes do tempo. Entretanto, num futuro breve, voltarei *in loco* ao cartório para comprovação da existência ou não dos registros.

Sebastião Pimentel era conhecido como “Panhão” pelos seus irmãos e irmãs. Tornou-se tutor deles e delas quando assumiu a maioridade. Serviu o Exército Brasileiro no Regimento de Infantaria como “soldado atirador”, com o certificado de reservista 1ª categoria Nº 535568 do 15º Regimento de Infantaria, localizada no bairro de Cruz das Armas na capital João Pessoa-PB, alistado em 1943 e incorporado 1944, excluído em 7 de dezembro de 1944 (de acordo com o documento do Ministério da Guerra do 15º Regimento de Infantaria).

Em sua busca por melhoria de vida, ingressou na “The Great Western of Brazil”, nomeado em 4 de março de 1946 no cargo de auxiliar de trens. Foi desligado da função em 1 de julho de 1973 por motivo de concessão de aposentadoria previdenciária pelo INPS (Especial) conforme memorando Nº 32/73 de 29 de junho de 1973, da coordenação de seguros sociais em João Pessoa-PB e da portaria Nº 645/73 do Ministério dos Transportes.

O negro Pimentel foi casado civilmente com Joana dos Santos Pimentel em 26 de abril de 1951 pelo regime de comunhão de bens, no cartório de João Guerra de Medeiros, município de Alagoa Grande-PB. Dessa união nasceram os filhos e as filhas: Maria do Socorro Pimentel da Silva (eu), José dos Santos Pimentel, Maria de Fátima dos Santos Pimentel e Carlos Gardel Pimentel.

A sua trajetória de vida foi marcada por muitos episódios, desde a perda dos seus pais ainda na primeira infância, sendo criado no Engenho Buraco D'água pela família dos donos do Engenho da época (Marieta e Mininéas) juntamente com todos os irmãos (Dinda, Zé preto, Joana e Ana) em situação de semiescravidão e silenciamento frente à necessidade de ter um lugar para morar e comer.

⁶ A Certidão de Inteiro Teor é uma transcrição fiel de todas as informações do documento original, contendo dados como: quem compareceu para declarar o registro, data do registro, horário do nascimento ou óbito, e em alguns casos terá também o nome das testemunhas, a naturalidade, profissão e idade dos pais, além dos dados estarem na íntegra como no livro de registro. Disponível em: <https://certidaodeinteireoteor.com.br/certidao-de-inteiro-teorcomo-funciona/>.

Apresentava em seu desempenho profissional a responsabilidade de trabalhar na roça cortando cana, sendo vaqueiro e ferroviário. Como ferroviário para um homem preto da época representava um status social e econômico. Papai na função que exercia na rede ferroviária, era relevante, denotando respeito na cidade. “Ser ferroviário no Brasil da década de 1930 a 1960 era um privilégio, era ter emprego garantido, bom ordenado e respeito social, meu pai era ‘bem visto’ e ‘aceito’ pela sociedade à época”. Essa classe foi uma das primeiras a se organizar em sindicatos. Referentes à época era um orgulho, significava pertencer a uma classe que tenha emprego estável e digno. Não tenho conhecimento de racismo sofrido por papai no trabalho, e pouca informação referente às relações étnico-raciais no âmbito das ferrovias no Brasil. Busquei informações preliminares no trabalho de Ferreira, Lamia Stefanoni: “Racismo na “Família Ferroviária”: brancos e negros na companhia paulista em São Carlos” (STEFANONI, 2004, p. 113).

As ferrovias de modo geral deram vida às cidades, as estações, os trens, o desenvolvimento. Meu pai era um “boêmio”, significava que gostava de frequentar as noites nos bares e cabarés de Mulungu, Alagoa Grande e das redondezas desses municípios. Curtia o tango de Carlos Gardel, daí que vem o nome de um de meus irmãos: Carlos Gardel, referência foi da influência dos negros escutarem tango argentino nas gafieiras e nas noites Alagoagrandenses, despertando o interesse em colocar o nome do cantor Carlos Gardel, que tinha o nome de Charles Romuald Gardès. Prestigiava também as músicas de Nelson Gonçalves, Noite ilustrada. Dançava ao som de Jackson do Pandeiro e Luíz Gonzaga no forró pé de serra. Sempre atento às tradições culturais locais.

Era um guardião da família, buscava o respeito, a dignidade e a honestidade. Homem digno, bom caráter, cortez com todas as pessoas. Homem de confiança do prefeito Telésforo Onofre, sendo responsável por transportar o pagamento dos funcionários da fazenda, transportando no trem. Nutria respeito e afeto e os seus irmãos, compadres e familiares, vizinhos, como também pelos colegas de trabalho. Enchendo-me de orgulho como pai e amigo.

Lamentavelmente, depois de ter passado o dia e à noite em sua residência na esperança de sua melhora, faleceu em 7 de junho de 2008 de arritmia cardíaca e miocardiopatia dilatada (morte natural) em sua casa, na Ilha do Bispo em João Pessoa-PB. Deixando uma lacuna incomensurável até os dias atuais.

Para ajudar a desbloquear os sentimentos aprisionados ao longo dos tempos, procurei investigar documentos (fotos, registros civis e de óbitos, e outros documentos) envelhecidos pelo tempo que dificultavam a leitura, mas que trouxeram revelações surpreendentes e valiosas para a história da família. Notei alguns desencontros de localidades de origem, mas nas

informações mantidas com meu pai Pimentel, quando era vivo e mantínhamos uma relação de muito carinho, respeito e confiança, ele revelou-me fatos marcantes da sua vida de seu irmão e irmãs – uma história familiar de sofrimento, pois perderam seu pai e mãe ainda crianças, e foram criados pelos donos do Engenho Buraco D’água Trabalhavam na cozinha da casa grande, no canavial (no corte de cana) desde muito novas (os), onde nunca souberam o que era o amor e o carinho de ter uma proteção de um pai e de uma mãe.

“Passamos muita fome, apanhamos, sofremos, até eu tomar o meu destino quando fui servir o exército na capital.”, falou papai com olhos lacrimejados, doente, em seus avançados 83 anos.

Figura 38 – Da esquerda para direita: Eu (Socorro), meu Primo Benedito, Minha tia Dinda, Tio Toinho, acima dele José Azevedo Sobral (único herdeiro do engenho), ao lado direito, sua esposa e primos meus de 2º grau em festa de aniversário de tia Dinda, no Sítio Paquevira em 2017



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2020.

O meu avô paterno, Severino da Silva Pimentel, (sem registro de nascimento, falecido em 29 de maio de 1934 no Engenho Buraco D’á<https://certidaodeinteiretor.com.br/certidaode-inteiro-teor-como-funciona/gua>), era filho da ex-escrava Constância Maria da Conceição (essa afirmação foi relatada pela minha tia Dinda, em entrevista dada em sua residência na Serra da Paquevira no dia 21 de janeiro de 2017), momentos ricos e cheios de pureza e entrelaçamentos ancestrais. Saudades imensas dessa matriarca que tanto inspirou gerações pela sua história e firmeza da mulher negra. Falar da família Pimentel muito me orgulha, pois, carrego características de identificação de lutas, caráter e determinação, marca da nossa identidade familiar.

A Família Laurentino é da parte da minha mãe, Joana dos Santos Pimentel, nascida no dia 19 de fevereiro de 1925 em Alagoa Nova-PB, e falecida em 03 de fevereiro de 2021 em João Pessoa-PB, filha de Manoel Laurentino dos Santos e Francisca Maria da Conceição. Tendo como irmãos e irmãs: Francisco, José, Antônio, Rita, Benedita, Alaíde, Maria de Lourdes, Josefa, Dulce, Maria (Mercês) e Francisca (Carma), uma família de agricultores assentados no Engenho Buraco D'água.

Figura 39 – Minha mãe: Joana dos Santos Pimentel



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2020.

Minha mãe Joana Pimentel (Joaninha), quando jovem teve que assumir o papel de “mãe”, do cuidar dos irmãos e irmãs, devido a morte de minha avó materna em decorrência de um parto mal sucedido. É quando Dona Joana assume a responsabilidade doméstica da residência da família, cujos irmãos a consideravam genitora. E meu avô Manoel Laurentino permaneceu viúvo até a morte.

O meu avô materno, o senhor Manoel Laurentino, era considerado uma pessoa digna, trabalhadora e gozava de muito respeito na localidade. Sempre se reunia com os compadres em seu sítio para cantoria, o que nos alegrava muito. Uma verdadeira tradição familiar!

Tais cantorias eram sinônimas de festança entre os mais próximos, com bebidas de alambique, fruto de seu trabalho, e carne do porco morto naquele mesmo dia, uma verdadeira lembrança dos bons momentos em família.

Não conheci a minha avó materna pelo fato dela ter falecido antes do casamento de mamãe com papai, mas segundo mamãe, ela era uma pessoa amável e querida. Infelizmente, não tenho fotografia de meu avô materno e nem de minha avó materna. O que sei é que não havia tanta preocupação com registros senão os guardados na própria memória.

O meu registro de memória da família Laurentino remonta-se da minha infância quando passava as férias escolares no sítio de vovô. Íamos meu irmão José e eu, de Alagoa Grande para o sítio, no Caçuá do cavalo do meu avô Manuel. Lá, brincávamos e tomávamos banho de rio, lembranças marcantes e que trazem uma felicidade enorme ao fazer esses resgates.

A família Laurentino é de pessoas autodeclaradas brancas. A única pessoa negra que tenho conhecimento que adentrou a família foi o meu pai e, conseqüentemente, nós, seus filhos. Papai falou que teve dificuldade de aceitação por parte dos familiares de mamãe, por ele ser um “homem de cor”, talvez se justifique o fato de não termos muita proximidade com os parentes, uma relação familiar equidistante, embora respeitosa.

Oriundos da fazenda Gomes no município de Alagoa Grande, a Família Cosme, é uma família constituída de pessoas negras da parte paterna, de tradição religiosa católica, praticantes e devotos assíduos das irmandades do Sagrado Coração de Jesus.

O senhor Cosme, era um homem negro, vaqueiro e responsável pela fazenda, tradição que passou de si para um dos filhos, que perdurou até seu último dia o legado do vaqueiro.

Uma forte tradição da Reza e Cura era representada pela prima Marina, que tinha o ofício da Reza, um valioso dom da medicina popular que a fez uma pessoa respeitada e valorizada na cidade, pela sua benfeitoria da cura, da fé e da doação no seu fazer com amor e dedicação.

Família que as mulheres trouxeram o dom do acolhimento, da coletividade e da fé, a partir da sua matriarca dona Maria (já falecida), que repassou com sabedoria a importância da família, da oração e fé em Deus. Essa senhora em suas próprias palavras fez uso, nos tempos propícios da família, da justiça segundo o Evangelho e os valores segundo a Sagrada Escritura.

Quando me refiro a devoção familiar à Irmandade Sagrado Coração de Jesus, deve-se ao sentimento da irmandade que rege a todos e todas. Procurei saber o porquê de essas mulheres serem tão devotas e abrilhantarem juntamente com outras tantas as missas e procissões da cidade. Segundo o Professor de História da Igreja do “Instituto de Teologia Bento XVI”, foi diante do Santíssimo Sacramento exposto que Santa Margarida Maria recebeu as revelações do

Sagrado Coração; foi na Hóstia Santa que Jesus se lhe apresentou com o Coração entre as mãos, dizendo estas adoráveis palavras, o mais eloquente comentário de sua presença eucarística: “Eis o Coração que tanto amou os homens”.

O Sagrado Coração de Jesus é uma das três solenidades do tempo comum dentro da Liturgia da Igreja Católica, comemorada na segunda Sexta-Feira, após a solenidade de Corpus Christi, onde tal devoção também é cultivada pela Igreja Católica ao longo de todas as primeiras Sextas-Feiras de cada mês. Essa solenidade consiste na veneração do Sagrado coração de Jesus, do mais íntimo de seu amor, tendo a origem dessa devoção a Santa Margarida de Alacoque, uma freira da Ordem da visitação de Santa Maria, ordem religiosa fundada por São Francisco Sales e Santa Joana Francisca Fremyot de Chantal em 1610.

E, assim, nos múltiplos olhares, magnetismos, e da plenitude do viver um sonho latente, mergulhei na escalada das gerações na certeza das verdades postas, embora por vezes sangrando, como uma águia, o bico foi rasgando feridas e na leveza de uma pena, escrevo etapas, erguendo o mural da minha (nossa) ancestralidade.

Considero, aqui, herança cultural como um conjunto de valores e manifestações (sejam elas artísticas, literárias, ou através de danças e rezas) que formam um legado que determinado povo deixa para suas próximas gerações ou mesmo para outros povos. Sendo assim, com fundamento nas teorias da historicidade, nossas vozes, nossos lugares, “meu tempo”, “minha história” e do meu povo preto alagoagrândense, formaremos uma grande “mandala” nessa história de resistência, raízes negras de troncos fortes e dignos. Narrar a história da minha família está sendo a cada página um orgulho de pertencimento, de espiritualidade e de resistência.

Como em outros processos de construções de identidade, a identidade negra forma-se gradativamente; envolve diversas variáveis, iniciando-se na família e se capitalizando a partir de outras relações estabelecidas (GOMES, 2012). Logo, faz-se necessário constituir uma identidade positivada em uma sociedade racista que, historicamente, sempre negou e silenciou esse ser negro, pois para se integrar e for aceita (o) socialmente, esse, às vezes nega a si mesmo, ocasionando sofrimento psicossomático na trajetória de vida. A produção da invisibilidade histórica e cultural neutraliza o tratamento e o sentimento discriminatório e racista contra a população negra.

Segundo Martins (2016), os lugares de memórias são parte dos documentos orais contidos nas memórias coletivas. São lugares sobre os quais várias pessoas falam como dando sentido as suas próprias existências.

As proposições desse grupo de pensamento têm como finalidade uma interpretação da realidade das populações negras fundamentada nas culturas e nas histórias dessas populações. Procuram uma superação do eurocentrismo e do branco-centrismo pelo reconhecimento das culturas e identidades negras e pelo uso do pensamento de base africana. Com utilização dos paradigmas das africanidades e afrodescendência na educação, chegamos a uma educação focada nas realidades das localidades e atuante na transformação da vida (CUNHA JUNIOR, 2001).

É a perspectiva de verificar como a memória está ligada aos lugares, às lembranças e às histórias ouvidas pelas pessoas mais velhas e como o referencial dessas pessoas reflete e influencia os mais novos. Uma investigação a partir da ideia de explorar a territorialidade e do patrimônio cultural negro (material e imaterial) da cidade e do seu entorno (engenhos e sítios).

A escrita é uma coisa, e o saber outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem [...] A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente [...] (BÂ, 2010, p. 167).

De acordo com o exposto na citação, a oralidade nas sociedades ocidentais modernas não é valorizada, diferente da sociedade africana onde a oralidade é vista como uma herança cultural. Partindo de princípio da cultura africana, o projeto de pesquisa ora apresentado traduz a valorização da ancestralidade afro-brasileira, como embasamento teórico.

Percorrendo as trilhas do Engenho Buraco D'água, chegamos à Serra da Paquevira, depois ruas, prédios e pessoas significativas da cidade de Alagoa Grande, tecendo os fios da nossa história, dando significância e textura à mulher profissional e pesquisadora que sou. Nesses territórios rodeados de simbologias, assentamos a nossa história, a memória e a identidade.

Reis (2018) problematiza, em sua dissertação “Memória e História do Pós-escravidão: o cotidiano do Engenho Buraco D'água na cidade Alagoa Grande-PB (1918-1950)”, por meio de narrativas de trabalhadores do engenho. Teve como objetivo compreender como esses trabalhadores construíram suas experiências de vida luta e trabalho nessa localidade no pós-escravidão. Dos sujeitos entrevistados por Reis (2018) destaca-se a minha tia Dinda, que conta a ela reminiscências da memória tantas vezes contadas em nosso seio familiar. Igualmente, nesse trabalho, a autora analisou quais os sinais e indícios de permanências e discontinuidades de práticas escravistas eram trazidos à tona pela memória dos sujeitos.

O Engenho Buraco D'água localiza-se na cidade de Alagoa Nova-PB, mesorregião Agreste e microrregião do Brejo paraibano. Possui um clima de brejo de altitudes, favorecendo o desenvolvimento da policultura. Sua população é de 19.861 habitantes, sua densidade demográfica corresponde a 160 hab./km, segundo aponta Reis (2018), ancorado em dados do IBGE, de 2018.

Em entrevista a Maria Regina Alves dos Reis, o único herdeiro da Fazenda Buraco D'água, José Azevedo Sobral, relata que ouvia contar dos mais velhos da propriedade que a senzala ficava no local onde hoje fica a cozinha da Casa Grande. Durante uma reforma nessa casa foi encontrada uma corrente de prender escravos, que hoje é um dos indícios que no Buraco D'água houve escravização. Esses indícios podem ser confirmados pelos relatos de minha tia Dinda, que contava sobre seus avós que foram escravizados nessa localidade. Minha tia também contava que ouvia dos mais antigos que aquela Casa Grande havia sido construída por escravos.

Minhas duas vós vieram da África. Vieram novinhas. Aí criaram elas, aí depois uma teve mamãe e outra teve papai. Quem criou elas foram o povo do finado Mininéia. Os mais antigos. Mamãe quem criou ela foi Liça, o povo chamava Liça. Quem criou a outra foi Adelina, a mulher, a primeira do finado Mininéia. Ele foi casado três vezes. A segunda mulher foi quem criou. Tia Maria Vaqueira, a mãe de veia, foi ela que criou, e mãe quem criou foi a outra irmã, era duas irmãs moças veia. Eu não sei como elas chegaram não. Eu vi dizer que chegaram de navio, foi de navio, disse que elas vieram de navio, as trouxeram da África, compraram, já foi a família Mininéia, os parentes, os mais antigos da família Mininéia (Dona Dinda, em 20 de abril de 2011 apud REIS, 2018, p.57).

Analisando a citação, observei que, mesmo no período pós-abolição, os moradores do engenho continuaram a trabalhar no engenho por meio da relação de gratidão e lealdade. Ela relata que, antes da Abolição, alguns senhores para evitar o abandono utilizaram como estratégia a antecipação da abolição, concedendo-lhes à alforria, e assim, muitos escravos devem ter continuado no local, ligados pelo laço da gratidão (REIS, 2018).

Nas primeiras décadas do pós-abolição no Engenho Buraco D'água, a estruturação definida por Luiz (2013) permaneceu bastante semelhante ao período escravocrata, bem como a relação entre o dono do engenho e seus trabalhadores, que em sua maioria também eram moradores da propriedade. O Engenho Buraco D'água era composto pela Casa Grande do senhor Mininéia, a estrutura física destinada à moagem da cana-de-açúcar, a área destinada ao plantio da cana, as casas dos moradores (trabalhadores) e a pequena capelinha (lugar onde ficava o oratório), que ficava dentro da casa de Mininéia (REIS, 2018, p.54).

De acordo com Reis (2018), Sales (1990), informa que as terras de Buraco D'água estavam localizadas na sesmaria de Lagoa dos Veados:

Sobre o Engenho Buraco D'água, Sales (1990) destaca que, em 1892, o engenho pertencia a Aurea Gouveia Torres, filha do Dr. Francisco Gouveia e Maria da Penha França. A sesmária Lagoa dos Veados compreendia as áreas da Serra da Boa Vista, Urucu, Buraco D'água, Serra da Paquevira, Preguiçoso e Bacupari. Atualmente, as terras de Buraco D'água e Serra da Paquevira (localidades bem próximas) pertencem a José Azevedo Sobral (REIS, 2018, p.53).

Reis (2018) constatou que o contexto das primeiras décadas do pós-abolição reflete uma realidade vivenciada pelos trabalhadores de Buraco D'água, descendentes de pessoas que foram escravizadas nesta mesma localidade. “Para vivenciar esse novo contexto trazido pela abolição, os descendentes de escravizados precisaram reinventar as relações de trabalho, experiências de vida em meio a uma relação ainda bastante marcada pelas cicatrizes do sistema escravista” (REIS, 2018, p.56). Segundo relato de tia Dinda a Reis (2018), “pouco se falava em escravidão. Esse era um tempo para ser esquecido” (REIS, 2018, p.57).

Tia Dinda conta a Reis (2018) que seus pais foram criados por famílias de brancos.

“Porque eles eram família de escravos, aí tinha os filhos, as patroas criavam, madrinha Liça era uma moça velha, branca e rica, dona daquelas terras que hoje é de Murilo, tudo era dela. Criou papai, e a finada Adelina criou mamãe” (p.60). “Mesmo tendo nascido durante as primeiras décadas da pós-abolição, trabalhou também em sistema de escravidão na Casa Grande de Mininéia, tendo em vista que fazia todo o serviço doméstico sem receber remuneração” (p.60). Com a morte de seu pai, sentiu-se desamparada. “Sem a proteção da família, foi levada, de dentro do Engenho, onde vivera desde a morte da mãe, quando ela tinha apenas nove anos de idade, e levada para morar na Casa Grande do Engenho de Mininéia Vianna” (p.60-61).

Figura 40 – Encontro de gerações da família Pimentel em Aniversário da Tia Dinda em 2017 no Sítio Paquevira



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2017.

Tia Dinda e seus irmãos, logo após a morte dos pais foram “criados” pelo casal Mininéia Coelho Vianna e Marieta e ficaram responsáveis pelo funcionamento do Engenho durante dia e noite. Reis (2018) explica que as meninas se ocuparam de realizar as atividades domésticas na Casa Grande, e os meninos trabalhavam para garantir comida e um lugar para dormir. Uma relação que muito se assemelhava com o sistema escravista do período anterior. Essa informação obtida por meio do relato de Tia Dinda leva a Reis (2018) concluir que, o trabalho apresentava clara divisão de gênero.

A abolição do escravismo criminoso resultou em formas de trabalhos que não implicaram no pagamento de salário e nem a completa liberdade quanto às práticas de manutenção vida. O acesso às terras (a água) foi sempre muito dificultado pelos grandes proprietários rurais, ficando os trabalhadores com cidadania incompleta e direitos sociais extremamente reduzidos.

Em sua pesquisa, Reis (2018) concluiu que, no contexto do pós-abolição, poucos foram aqueles que conseguiram se colocar em novos espaços, como um pedaço de terra próprio.

Muitos foram os que voltaram às fazendas e refizeram relações de trabalho. Sua pesquisa “[...] mostrou que o uso da barganha, os arranjos e as concessões se configuraram como elementos estratégicos de negociação entre os trabalhadores e os donos das terras no período que sucedeu a abolição” (Reis, 2018, p.128). Identificou tensões e contradições evidenciadas nos traços de memória que trazem marcas de uma cultura escravista que teimava em permanecer no pós abolição, mas encontrou também sinais de elementos que reconstituíam novas relações de poder que dinamizaram a cotidianidade da vida em Buraco D’água.

A pesquisa de Reis (2018) é muito relevante para essa investigação, por trazer à tona memórias da tia Dinda e do Engenho Buraco D’água, de modo que na continuação dos estudos nos aprofundaremos nesse referencial, entrelaçando sua narrativa com as minhas e de outros familiares, contribuindo para a ressignificação da história do lugar onde estão fincados os meus troncos velhos.

5.1 As famílias: os percursos históricos percorridos

5.1.1 Famílias contemporâneas

O significado da palavra família na sua essência é entendido como sendo um agrupamento humano formado por laços sanguíneos, biológicos, legais, afetivas ou ancestrais e que, viveram ou vivem na mesma residência (SANTANA, 2020).

A família contemporânea é um conceito na atualidade que possui diversas configurações, tendo como base o modelo europeu cristão, núcleos estes basicamente constituídos por pai, mãe e filhos.

A família é a primeira instituição que os seres humanos têm contato, interagimos primeiramente com os nossos parentes: mãe, pai, avós, tios, irmãos, todos esses integrantes biológicos, que fazem parte da construção social que é a família nuclear.

Com o passar dos tempos esse grupo se amplia com os novos integrantes, se constituindo a família ampliada. Além das pessoas que fazem parte do grupo familiar, por traços de consanguinidades, existem aquelas que se tornam parte da família por outros tipos de interações.

Podemos ainda acrescentar que no processo de formação familiar na contemporaneidade existe uma característica marcante na sua estrutura. Uma nova ordem nos é apresentada: as famílias monoparentais, que são aquelas constituídas apenas por mãe e as (os) filhas (os) ou o pai e os filhas (os). Além disso, no contexto atual encontramos ainda famílias homoafetivas, onde pessoas do mesmo sexo se juntam formando um núcleo familiar.

5.1.2 Famílias negras

Historicamente, diversas mudanças sociais e políticas marcaram o contexto das famílias negras no Brasil a partir de características que as nortearam a períodos de sofrimento, racismo, exclusão de direitos sociais e perda de parentes no período escravocrata, onde os filhos eram comercializados como escravas e escravos, e na realidade presente essas perdas ocorrem por meio da violência urbana que mais acomete a população negra, especificamente a juventude. Contudo, valem salientar ainda o papel atribuído as mulheres negras escravizadas de amas de leite. Essas mulheres tinha a função de criar os filhos e filhas das mulheres brancas, enquanto lhes eram negadas o exercício materno dos próprios filhas e filhos, elas eram forçadas a reprodução para que suas crias fossem comercializadas, arrancadas dos seus braços para serem vendidas, marcando na história do povo negro brasileiro uma verdadeira atrocidade humana.

Assim, esta realidade em alguns aspectos se perpetua até os dias atuais, quando parte das mulheres negras ainda continuam trabalhando de forma análoga a escravidão, deixando suas (eus) filhas (os) sozinhas (os) enquanto assumem os cuidados das (os) filhas (os) das mulheres brancas, sendo o contrário uma raridade. Além disso, homens negros assumem papéis de empregos onde deixam suas famílias para trabalhar em lavouras, fazendas e empregos

informais, expostos na maioria das vezes a situações de escravidão, com raras exceções esses homens negros tem ocupação onde são valorizados social e economicamente.

Podemos observar ainda que, as famílias negras brasileiras têm um padrão diferenciado do padrão “institucionalizado” e constituído socialmente, de maneira especial as mulheres negras na maioria assumem o papel de chefe de família, por serem abandonadas por seus parceiros, ou foram assassinados ou presos. Desta forma, isso causa impacto na congregação familiar.

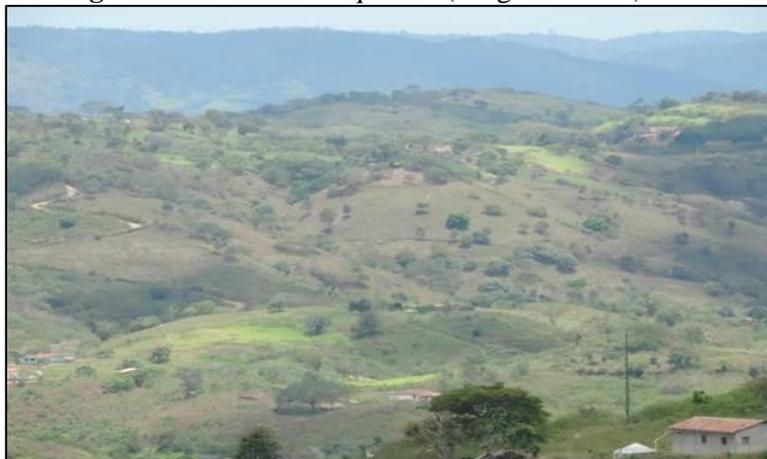
Por fim, é importante ressaltar a relevância da mulher negra na formação e estruturação do núcleo familiar, porque mesmo passando por inúmeros processos de violência, vivendo nas aguiarias da solidão afetiva, lutam incansavelmente desde a senzala pela sobrevivência da família e da sua existência, e com outras mulheres, no empoderamento coletivo, se estabeleçam na sociedade (KRIRNET; CONSALTER, 2019).

5.3 Memória das festanças na casa dos meus pais

5.3.1 A Família Pimentel

O tronco familiar Pimentel é uma árvore frutífera de galhos ancestrais negros. Base fincada no continente africano e enraizada nos territórios alago-grandenses no estado da Paraíba. Essas localidades a que me refiro são o Engenho Buraco D'agua e a Serra da Paquevira, zona rural e zona urbana do município de Alagoa Grande-PB, que se traduz nas memórias e histórias de um enredo secular vivenciado por gerações as quais, ainda guardam tradições que não se perderam com o tempo das trilhas geracionais.

Figura 41 – Serra da Paquevira (Alagoa Grande) – PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

O nome Pimentel é de ascendência do meu avô paterno, o senhor Severino Pimentel, que a partir das narrativas do meu pai Sebastião da Silva Pimentel (1923-2008), a nossa família tem descendência africana. Partes dos membros familiares vieram do continente africano a exemplo das minhas bisavós: dona Constância e dona Joana (sem registro dos seus sobrenomes), que chegaram ao Brasil, jovens, através dos navios negreiros e, vendidas aos senhores de engenho (depoimento da minha tia Dinda quando visitei sua residência na Serra da Paquevira em janeiro de 2017).

Compõem o núcleo familiar Pimentel os seguintes personagens: Meus avós Severino Pimentel e Maria das Dores que tiveram os seguintes filhos: Maria Julia da Conceição (tia Dinda), nascida em 1921 e faleceu em 2017, José da Silva Pimentel (Zé Preto), Joana Julia da Conceição, Ana Julia da Conceição e o meu pai, Sebastião da Silva Pimentel (1923-2008). Todos os membros já faleceram.

Ainda jovem e recém-saído do exército, o meu pai casou com a minha mãe Joana dos Santos Pimentel, dessa união matrimonial nasceram os seguintes filhos: Maria do Socorro (Eu), José, Maria de Fátima e Carlos Gardel. Todos nós nascemos no município de Alagoa Grande na Paraíba e atualmente residimos na capital João Pessoa. Infelizmente, Papai e Mamãe são falecidos.

5.3.2 Tecendo a história familiar

O sentido do que somos depende das histórias que contamos a nós mesmos (...), das construções narrativas nas quais cada um de nós é, ao mesmo tempo, o autor, o narrador e o personagem principal (Jorge Larrosa).

Personagens patrimoniais relevantes que deixaram lacunas a serem preenchidas. Histórias inacabadas, silenciadas algumas vezes pelo receio e medo que foram adormecidas com os falecimentos dos “troncos velhos”. E, na contemporaneidade busco rememorar na fotografia mental as passagens da minha infância e pré-adolescência, esses personagens, as vivências e trazer ao contexto atual os elementos simbólicos de cada narrativa e assim, construir um elo entre o passado e o presente em uma simbiose geracional.

A memória utilizada como recurso envolve o sujeito no processo histórico de forma que esse possa se organizar socialmente para transformação de sua realidade, a partir da ressignificação do conhecimento histórico. Bosi (1994), diz:

A memória, na velhice, é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já trabalharam. Assim, é uma narrativa de homens e mulheres que já não são mais membros ativos da sociedade, mas que já foram. Isso significa que os velhos, apesar de não serem mais propulsores da vida presente de seu grupo social, têm uma nova função social: lembrar e contar para os mais jovens a sua história, de onde eles vieram, o que fizeram e aprenderam. Na velhice, as pessoas tornaram-se a memória da família, do grupo, da sociedade (BOSI, 1994, p.64).

Podemos então, a partir dessa perspectiva, afirmar que as pessoas idosas são consideradas “guardiões e guardiãs” da memória social dos seus territórios, das suas famílias e da sociedade a que pertence. Para tanto, falar das memórias da família Pimentel, me remete aos registros (memória visual, fotografias, documentos e oralidade), numa mistura de sentimentos diversos como alegrias, encantamentos, tristezas, sofrimentos e silenciamentos que envolvia os familiares nas suas dinâmicas cotidianas.

Etapas e tempos que se tornaram importantes registros de parte das lembranças, configurando cenários e referências ao passado, trazendo com muita propriedade diversos sentimentos desde a precariedade, da pobreza, da exploração da mão de obra e do sofrimento dos meus parentes no Regime Escravocrata.

Conforme Galliza (1979), a população escrava na Paraíba no século XVI até a metade do século XIX foi bastante expressiva nos períodos do açúcar e do algodão, como também na prática da pecuária em diversas localizações da Província. Podemos assim, de conformidade com a autora, verificar a importância do trabalho escravo para a economia colonial na Paraíba.

Ao estudar a condição de subordinação da mão de obra africana escravizada na Paraíba, podemos apontar que foram diversas as formas de crueldade exercida sobre esses trabalhadores. Existem registros em documentos históricos e cartoriais (Carta Régia de 07 de fevereiro de 1698), que comprovam as atrocidades promovidas por seus senhores, e que essas eram praticadas como castigo e punição a todos que se revoltassem ou se rebelassem contra as regras estabelecidas por seus proprietários, durante todo o processo de escravização dos africanos no Brasil, foram consideravelmente utilizadas.

As lembranças, os depoimentos dos canaviais, dos roçados, da casa de farinha, do trabalho “puxado” dos meus familiares para seus sustentos, proporcionam um sentimento de impunidade e revolta ao nos debruçarmos ao passado. Todos e todas as famílias trabalhavam na “lida” do Engenho Buraco D'agua. No entanto, eu e os meus irmãos tínhamos uma vida menos sofrida, um pouco de privilégio em relação aos demais parentes, porque morávamos na cidade Alagoa Grande e meu pai tinha uma condição financeira boa por ser um funcionário federal da Rede Ferroviária do Nordeste exercendo a função de guarda-freios.

O meu saudoso pai foi uma exceção por ter conseguido a sua independência financeira após o serviço militar, se tornou um ferroviário e teve respeito pelas autoridades e população em geral da cidade Alagoa Grande-PB.

Porém, o histórico familiar dos Pimentel é de lutar pela vida, pela sobrevivência e resistência mesmo passando pelas agruras do escravismo. Os relatos fortes, lágrimas disfarçadas, com as vozes engasgadas, pausas, olhares distantes como se voltassem aos tempos de crianças, observei em meu pai e na tia Dinda quando conversava com eles a respeito dos seus passados, das suas vidas, emocionantes e significativos momentos vivenciados com os mesmos. Ainda não tinha a dimensão do que o racismo pudesse fazer nas vidas das pessoas e talvez eles também carregassem as marcas. Em entrevista concedida a pesquisadora Maria Regina Alves Reis em 2011 a minha tia Dinda (in memoriam) ressaltou:

Fui morar na casa grande quando papai morreu, quando mamãe morreu a gente veio morar no engenho, depois que papai morreu eu fui morar na casa grande, do finado Mininéia e lá eu cuidava da casa, era quem tomava conta de tudo na casa, todo serviço. É eu e uma irmã, minha irmã num trabaiva quase não, era aleijada, a outra ajudava mais era mais nova do que eu, e eu sei fazer tudo. [...] Eu comecei trabalhar com sete anos, papai acunhava a enxadinha pra gente uma pra Zé Preto, e Sebastião, e a gente ia limpar mato, mas eu cantava, era tão bom. No roçado de papai, papai ia trabalhar no engenho e a gente ficava com mamãe limpando mato. Era tão bom, meu Deus, sei não! Era bom, era muito bom (Entrevista realizada em 20 de abril de 2011).

Esses relatos da minha tia Dinda é um demonstrativo da dureza e do modo servil que meus antepassados sofreram desde criança nos afazeres domésticos na Casa Grande dos donos da terra, no roçado, nos canaviais e serviços do engenho. Um demonstrativo do processo de escravidão que vivenciaram. Relatos de que minhas bisavós foram para o tronco.

Nos dias atuais, alguns parentes, filhos e filhas da tia Dinda e do tio Zé Preto, ainda permanecem trabalhando nas terras do Engenho Buraco D'agua e na Serra da Paquevira numa relação de gratidão e compadrio. Existe a cultura da localidade dos moradores tomarem os donos das terras como padrinhos de batismo e casamento das (os) suas (os) filhas (os), criando-se uma suposta proximidade com os seus proprietários das terras e a certeza de que não serão expulsos das terras.

Embora exista a política nacional de reivindicação de posse das terras de escravizadas (os), os meus parentes, não tenho conhecimento que possuam o certificado de direito da posse das terras que moram, fato esse ainda a ser investigado. Em relação aos fatos mencionados e presenciados nos move de emoções e muitas saudades daquelas (os) que já não se encontram entre nós, mas que as suas histórias de vidas nos movem a prosseguir na luta da visibilidade do baú ancestral da minha família Pimentel como exemplo e orgulho.

A família Pimentel segue sua trajetória no embaralhado de emoções dos tempos remotos, desde os porões dos navios negreiros, aos cantos nos canaviais e roçados ao som dos facões e enxadas e vozes das minhas tias. Nas danças alegres e nas batidas fortes do zabumba do meu tio Zé Preto, nas cirandas, coco de rodas e forrós... um tombamento de culturas que não se perdem com o tempo. Vidas reais, personagens marcantes de um palco marcado pela dor, mas que souberam, graças às forças da nossa ancestralidade negra africana, demarcarem sabiamente nossa afirmação identitária.

É com meu espírito libertário, considerando a relevância da minha família na história e na cultura da minha cidade natal e no estado da Paraíba, darei visibilidade as suas lutas e vidas através dos meus estudos demarcando espaços na história e na memória dos anais da minha querida terra natal, Alagoa Grande-PB.

5.3.3 A cidade do interior e a população negra da época da minha infância

Percorrendo as trilhas do Engenho Buraco D'água, localidade onde nasceram e viveram minhas bisavós, avós, pais, tios e primos, desde o período colonial até os dias atuais. E subindo uma longa ladeira, chegamos à Serra da Paquevira, territórios onde residem meus familiares (filhas (os) da tia Dinda). Olhando do alto da Serra da Paquevira, à direita, podemos observar um cenário geográfico deslumbrante, e nele, se encontra inserida entre serras e vales a comunidade quilombola Caiana dos Crioulos, liderada pela sua matriarca Dona Edite.

O percurso da zona rural até a sede do município é feito em estradas de barro dificultando o acesso as localidades e durante o inverno fica praticamente impossível a veiculação de automóveis, portanto, todo o trajeto é feito a pé ou a cavalo. Durante todos os períodos eleitorais as promessas de melhoria são verbalizadas pelos políticos, porém, nunca se concretizam e a situação de precariedade continua nas localidades e nos seus entornos.

Caminhando pelas estradas empoeiradas e esburacadas chega-se a Vila São João, o início da cidade de Alagoa Grande-PB, a minha terra natal. Depois ruas, prédios, e pessoas significativas. Cidade onde vivi até os meus doze anos, estudei com uma das professoras mais conceituadas da cidade, dona Joana Carvalho Moreira (dona Joanhina Moreira).

Concluí meus estudos fundamental e médio em escolas públicas, o curso superior em Psicologia na UFPB/CCHLA e o Mestrado em Educação no Centro de Educação/PPGE/UFPB.

5.3.4 A memória das festas da família

A família Pimentel sempre teve uma tradição festiva que congrega membros familiares, compadres e comadres, conhecidas (os) da zona rural e urbana e de outros estados e, contando sempre com a participação das (os) donos de terra, no caso específico dos moradores do Engenho Buraco D'água e da Serra da Paquevira. Esses momentos de alegria e descontração coletiva ocorrem nos períodos dos casamentos dos familiares, dos batizados, aniversários, nas procissões e nas festas religiosas em homenagem aos Santos católicos (São José, São João e São Pedro).

As festas para comemorar as colheitas eram de muita alegria com ciranda, coco de roda, fogos coloridos, bebidas regionais num clima de sentimento de agradecimento a Deus pelas bênçãos recebidas para o sustento de todas (os) da família. Celebração com as novenas e procissão do cruzeiro (todo enfeitado de fitas e rosas de papel colorido) uma demonstração da Fé presentes em cada pessoa.

5.3.5 As festas juninas

As festas juninas eram comemoradas todos os anos. A recordação que tenho comigo era de uma grande fogueira que queimava a noite inteira, na qual ao seu redor era assado milho, realizado batizado e casamento e também as adivinhações e contos. As frentes das casas eram todas enfeitadas de bandeiras, balões, lanternas e tranças feitas com palhas de coco como ornamentação das portas das casas. Era erguido um mastro revestido com papeis coloridos e no alto a bandeira com a foto de São João. Nas calçadas soltavam-se fogos para crianças, estrelinhas, traques, ratinhos e para os adultos espoletas com diversos sons emitidos, bomba de sete tiros, que causavam grandes estrondos.

Além das comidas típicas a exemplo: mungunzá, canjica, pamonha, milho cozido e assado, variedades de bolo (milho, pé de moleque e fofo) e variedades de queijos. E bebidas quentes (cachaças, quentão e vinhos) para os adultos. As casas eram também ornamentadas com cortinas e toalhas de mesa com tecido conhecido como “chita”. Além da existência das quadrilhas com o forró pé de serra, utilizando os instrumentos típicos da época (triângulo, zabumba, sanfona e pandeiro), ouvindo Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Gonzaguinha, Os Três do Nordeste, Marinês e sua Gente, Sivuca, entre outros grandes nomes da música nordestina. Uma animação saudosa e familiar que traz imensa recordação que foi se perdendo com o passar dos anos com a atual geração familiar.

Ter vivenciado todos esses momentos das tradições culturais com meus familiares, me fez refletir na necessidade de resgatar esses valores no âmbito da família Pimentel e da cidade Alagoa Grande-PB. E manter vivo esse acervo cultural (ritmos, danças, gingados, cânticos, orações e rezas de cura), práticas essas desde os tempos dos meus bisavôs.

Nesse sentido, podemos afirmar que, as festas são importantes práticas culturais, e que nos fornecem elementos de valorização das histórias vividas pelos membros da minha família em situações de festejos mesmo que em muitas das vezes não se lembrassem de e/ou não soubessem das práticas de exploração, discriminação, invisibilidade social e cultural acometido durante suas existências.

O fundamental era, portanto, a animação e a união de todas as pessoas em prol dos festejos e da alegria que nos contagiava. Essas festividades tanto ocorriam na cidade como nos sítios. Sempre esperadas com muita ansiedade porque havia um envolvimento de muita gente para que as festas acontecessem com muita fartura e animação.

5.3.6 O sagrado místico das rezas e curas

Historicamente, as culturas afrodescendentes foram silenciadas e ocultadas pelos discursos eurocêntricos das religiões cristãs como nocivas à cultura branca e, conseqüentemente, de praticar suas culturas. Os saberes e as produções culturais das (os) nossas ancestrais foram constituídos no cotidiano da história através dos valores adquiridos na tradição oral que foram sendo passados de geração em geração.

Assim, foram adquirindo os conhecimentos e ressignificando suas práticas formando um valioso acervo do patrimônio cultural material e imaterial, mostrando toda diversidade da cultura popular. Essas expressões culturais se caracterizam pelo hibridismo cultural que, tem sua gênese no continente africano vivenciados nas práticas ritualísticas por meio do uso de ervas e de rezas, nas orações para as curas das diversas enfermidades.

De acordo com Medeiros; Albuquerque (2012) citado por Siqueira:

Etnoconhecimento são saberes de vivências e experimentações por povos (indígenas, afrodescendentes, caiçaras, comunidades rurais ou até e erveiros e são repassados essencialmente de forma oral e de geração para geração). São dinâmicas, usuais e ainda permitem processos de adaptação, alicerçando em seus valores e crenças intensamente radicados no cotidiano saber-fazer (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2012, p.34 *apud* SIQUEIRA, 2021, p. 119).

Essa citação nos apresenta as possibilidades de valorizar o Etnoconhecimento das benzedeadas e rezadeiras na luta pela resistência a farmacologia, aos grandes laboratórios que se utilizam das plantas medicinais e desvalorizam a medicina popular ancestral milenar.

O entrelaçamento do conhecimento científico com o popular apresenta-nos à valorização das benzedeadas e rezadeiras. Em uma cultura popular ancestral afro-ameríndia são considerados atores sociais pela sua relevante importância na sociedade, desde os tempos do Cristianismo. Ao recorrer do terço, o símbolo do cristianismo suscita uma aproximação com o modelo de religião ocidental, embora os princípios do rito da reza tenham sua ligação cultural ancestral africana.

As Benzedeadas e Rezadeiras têm uma enorme ligação com a natureza, considerada medicina popular, as mesmas tem profunda fé no transcendental e atuam nos espaços sagrados e da resistência religiosa. Seus gestos, objetos e rezas, simbolizam toda sua magia para promover a cura física e espiritual das pessoas.

Tomando como base alguns referenciais sobre a medicina popular, rezadeiras e benzedeadas na historiografia brasileira, nordestina, e na condição de sujeita sobrevivente dessa história, procurei eternizar as memórias de mulheres negras da minha família de sangue que herdaram o ofício de rezadeiras, a minha tia Dinda e a prima Marina (ambas in memoriam) as quais peço licença para poder tecer suas histórias.

As práticas religiosas moldaram as vidas de tia Dinda e da prima Marina, um sincretismo nas ações ritualísticas dos seus ofícios de rezadeiras encontrava-se subtendidos nos ritos simbólicos da reza e da cura. O Engenho Buraco D'água onde residia a minha tia Dinda e o município de Alagoa Grande onde morava a prima Marina foram espaços dessas práticas. Reis (2012, p, 46) demonstra o quanto o Engenho Buraco D'água era forte esse rito pela manipulação de remédios à base de ervas medicinais, pelo emprego da água e de alguns ramos a exemplo do alecrim e arruda utilizados para aspersão, complemento do ritual de benzimento realizado pela tia Dinda.

“No meu tempo não tinha hospital, não. O que fazia, era remédio do mato, de folha de mato, cidreira, capim santo. Fazia chá de papaconha, era o maior remédio do mundo, era a papaconha, Aguardente alemã servia pra trombose, agora o bom mesmo era o café do gergelim, torra o gergelim, pesava, fazia o café, tirava o sumo da hortelã miúdo, curava tudo no mundo. Hoje em dia ninguém quer fazer isso é remédio lá da farmácia, vai atrai né do doutor, mas antigamente não tinha doutor não, pra pobre não, era todo remédio do mato, e tudo curado.” (Entrevista de tia Dinda a REIS em 20 de abril de 2012).

Essa prática de cura também a prima Maria fazia em sua residência em Alagoa Grande, muitas vezes me desloquei de João Pessoa para ser benzida por ela com peão roxo, água benta da matriz Nossa Sra. Da Boa Viagem (a padroeira da cidade), os banhos de ervas e de sal grosso... a sua casa sempre cheia de pessoas para receberem suas orações para os males que as (os) afligiam.

Faço o recorte do gênero feminino por terem sido detentoras da sabedoria ancestral e guardiãs de muitas histórias e memórias silenciadas e dos segredos acordados. Cresci e me tornei adulta tomando chás, sendo benzida para tirar os maus-olhados, aliviar as dores físicas e da alma pelas mãos dessas duas mulheres que se tornaram referenciais e porta vozes negras dessa cultura e tradição secular na cidade de Alagoa Grande-PB e na região.

Nesse baú familiar muitos contos iluminaram a minha imaginação real e vivencial de cura, realizada por essas duas sabias mulheres, desde a candura na voz como no trato com as plantas, os chás milagrosos, os cânticos religiosos e as suas poderosas rezas.

Recorri a Hampâté Bâ (2003) para reforçar o valor da memória e da figura dos anciãos nas narrativas ancestrais memorialistas, o qual em seu primeiro livro, de Memórias, o autor nos apresenta o significado das tradições, quando nos relata a sua própria história e de seus grupos familiares nos certificando de como as narrativas orais fontes legítimas de conhecimento histórico.

Nas minhas itinerâncias realizei a pesquisa bibliográfica em alguns trabalhos realizados sobre as temáticas na Paraíba e no Ceará sobre as Benzedeiras, Rezadeiras, Curas, e Plantas Medicinais como suporte teórico para agregar ao meu trabalho acadêmico.

E para entender melhor o ofício das Rezadeiras busquei elementos na Dissertação de Mestrado de Marcadores das Africanidades no Ofício das Rezadeiras Em Quilombos de Caucaia-CE: Uma Abordagem Pretagógica.

Na dissertação a autora reconhece que a influência africana na relação com a reza e com o ofício das rezadeiras, nos apresentando os marcadores das africanidades no ofício das rezas no âmbito de uma intervenção pedagógica a partir das oficinas pretagógicas realizadas com as rezadeiras e pessoas de três comunidades quilombolas (Serra do Juá, Cercadão dos Dicetas e Porteiras) do município de Caucaia no estado Ceará.

Na reza que se propagam os saberes que devem ser preservados não só pelo segredo, mas pela continuidade com a iniciação de novas rezadeiras de conformidade o ritual da Roda de Cura que a autora nos apresenta na realidade do Quilombo Cercadão dos Dicetas localizado no Icaraí, município do Caucaia, no Estado do Ceará com as rezadeiras do quilombo.

As senhoras rezadeiras, preservam elementos significativos das africanidades, da identidade afrodescendente e também conhecimentos religiosos católicos europeus advindos dos colonizadores, elas atrelam a esses saberes as marcas e práticas da ancestralidade africana, com suas características como: o segredo, a iniciação, a oralidade, a sabedoria dos anciãos, a sacralidade, o uso dos elementos da natureza e medicina fitoterápica (SILVA, 2016, p, 114).

O aprendizado colhido por mim pelo relevante trabalho desenvolvido em sua dissertação de Mestrado pela pesquisadora Maria Eliene Magalhães da Silva (2015) na metodologia e na didática enriquecedora apontando caminhos pedagógicos diferenciador na prática no ofício das senhoras da cura pela reza.

Essa prática secular de cura, através de benzedadeiras, fazendo uso de diversas ervas, chás, orações no seu ofício é geralmente utilizado por mulheres embora tenhamos conhecimento de prática com homens. Essas práticas geralmente são realizadas em ambientes simples, por pessoas geralmente afrodescendentes, que moram na zona rural ou em bairros periféricos das cidades o que denota que mesmo pelo tempo de atuação essa prática ainda é vista com preconceito e discriminada pelo mundo acadêmico e pela sociedade pela sua relação com os símbolos da Umbanda e do Candomblé.

Nos estudos realizados pude absolver que a oralidade é o meio de propagação das orações e dos rituais nas benzeduras e que desde jovens, são escolhidas para iniciação na reza, as quais têm a tarefa de memorizar as rezas e os ritos com a anciã ou ancião (homens também rezam). A escolha é por afinidade para transmissão dos ensinamentos. Uma passagem de saberes, do sagrado muito significativo.

Com base nos saberes populares, através dos, saberes representado pelas benzedadeiras e das rezadeiras, espalhadas em todo território nacional, são importantes para a sociedade contemporânea e que precisamos preservar essa tradição entre nós. Agradecida em pertencer a uma família com essa prática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS (O DESEJO LATENTE)

Esse estudo científico traz aspectos do meu núcleo familiar, sendo embasado na perspectiva metodológica da afrodescendência, trazendo consigo, os elementos fundamentais como as memórias e as histórias das minhas famílias no pós-abolição no município de Alagoa Grande no estado da Paraíba na região Nordeste do solo brasileiro: As famílias Pimentel, Cosmo e Laurentino.

A minha família biológica paterna (Pimentel) e materna biológica (Laurentino) todos os troncos velhos, foram nascidos e criados no Engenho Buraco D'água e a família Cosmo (tio e primas (os) paternos) nascidos na Fazenda Gomes, zona rural de Alagoa Grande-PB.

Por serem as cosmovisões africanas âncoras de sustentação para o desempenho da pesquisa, incorporaram-se os elementos que lhes dão suporte tais como: oralidade, memória, autobiografia, ancestralidade e biografia.

“Esses elementos da tradição oral são verdadeiras escola africana, e o Griot, o seu mestre principal”. Toda a educação, a história do povo africano, assim como a genealogia de suas famílias se davam através da oralidade, pela voz e presença do Griot: “O Griot é o mestre da palavra, é ele que não permite que a cadeia de transmissão dos conhecimentos fundamentais de uma vida se apague” (BERNAT, 2013, p. 22).

Assim como o Griot na sociedade tradicional africana exerce papel relevante, os troncos velhos da minha família também desempenharam e desempenham papéis importantes como porta-vozes nos ensinamentos e conhecimentos acumulados em cada época, em seu tempo. E assim, fui fascinada, bebendo a conta-gotas das águas ancestrais familiar.

Ora sentada no tamborete, por vezes no sofá velho, banco de madeira ou no chão das casas dos meus parentes ou na casa de mamãe Joaquina Pimentel, em meio às tantas indagações, a esperança de alcançar os fios da teia, e perguntava, gravava, escutava, chorava intimamente para não demonstrar tanta emoção gerada nas falas da mamãe Joaquina Pimentel, da tia Dinda, tia Carma, primas Nenê, Marina e Zefinha... depois, os irmãos José, Carlos Gardel e Maria de Fátima, prosseguia com a busca de informações recentes com a filha da minha primeira professora-negra dona Joaquina Moreira, com historiador José Avelar e a amiga-professora Lúcia Júlio.

Nesse trajeto, outros sujeitos foram sendo incorporados trazendo fatos para serem tecidos na grande colcha familiar. Em cada momento da partilha dos saberes, saídos das bocas enrugadas, das vozes mansas e cansadas pelo tempo, olhos cheios de lágrimas, mãos tremulas, soluços, olhar distante como estivesse a reviver o outrora, também sorriso com toque de

saudosismo. E, foi nesse caminho de volta que foram entrelaçados os sentimentos e a necessidade da sustentação das raízes de cada tronco familiar. E, cada parte dessas árvores genealógicas tem sua importância na preservação do nosso patrimônio.

Na travessia das fontes de pesquisa, num processo grupal do conhecimento, todas pessoas entrevistadas (os), contribuíram de forma afetiva e efetiva para os resultados obtidos, pode-se dizer, um verdadeiro laboratório-vivo de saberes ancestrais, modulando cada território familiar com o sentimento de pertencimento ao seu lugar, a sua história e a sua memória.

Embora que, parte desses personagens não tenha ainda a consciência do significado do ser e viver a sua negritude pelo fato dos mesmos e das mesmas não tiveram a oportunidade de discutirem individuais e ou coletivamente, o sentimento de pertencimento étnico-racial negro, viveram apenas para a labuta na roça, e dos afazeres domésticos.

A cultura local existente é do descrédito com base na intelectualidade, o trabalho é visto como fonte de poder comer e comprar as suas necessidades básicas. “O estudo é para poucos”. A roupa que veste e onde compra a pigmentação de pele e estilo de cabelo, a cronologia da idade e do território onde mora, apontam incertezas das suas próprias possibilidades de uma vida sem dependência servil. Existe uma relação necessária da moradia e do sustento no território onde vivem.

Foi criado ao longo da história um vínculo afetivo, de respeito e agradecimento aos donos da terra, passado de geração para geração. Fatores esses determinantes para o silenciamento quando questionados em determinados assuntos. Respeitando os espaços íntimos de cada pessoa pesquisada, acolhendo a subjetividade de cada sujeito e a vulnerabilidade existencial dos membros familiares, não insistia em nas respostas que não fossem possíveis no pacto de silêncio.

Entre tantos momentos dessa busca de informação para a pesquisa, cada história relatada através de muita emoção, trazia e nutria a filosofia Ubuntu da necessidade do respeito e solidariedade aos mais velhos e mais velhas e perceptíveis nas relações familiares. A centralidade da pesquisa é focada em proporcionar vozes a cada sujeito. Vozes essas com que foram colocadas como os não sujeitos constituídos de direitos de conformidade com as leis de proteção.

Diante de toda a história contada e vivenciada, essa menina adormecida dentro de mim, hoje uma mulher empoderada, arrasto ainda tantas marcas e cicatrizes, deparando diariamente com atitudes de algozes aflora dentro de mim o questionamento do que venha a ser humano nesse processo de luta identitária quando se introjeta desde criança a desumanização e a coisificação desse ser? Da negação do lugar de fala?

Antes da pandemia tinha o propósito de levar o debate sobre os impactos do racismo nas vidas negras, historiar e o vivenciar-se uma pessoa negra para os encontros familiares e desenvolver oficinas temáticas a partir dos Marcadores das Africanidades, porém, todos nós fomos surpreendidas (os) com a pandemia da COVID-19 e, conseqüentemente, toda uma programação e planejamento foram frustrados e desestimulador para a pesquisadora, no caso, eu.

Mantive diálogo por telefone com primas e primos que repassaram algumas informações, porém, os registros documentais e de objetos da família e do Engenho Buraco D'água, e nos, cartórios do município não foram possíveis em decorrência das restrições sociais pandêmicas.

A minha visitação enquanto pesquisadora a Casa Grande do Engenho Buraco D'água para registro in loco do acervo da escravatura lá existente, conforme estava programado, foi também interrompida em decorrência da Pandemia pelo o seu proprietário e administrador até a presente data, ficando, portanto, do aguardo da liberação para que possa realizar a visita.

No transcorrer do processo da pesquisa muitos outros fatores marcantes ocorreram com a investigadora, investigadas e investigados, que mudou o rumo do enredo, festivo com alegorias coloridas e personagens reais para um cenário fúnebre. Foi quando a tristeza fez parte da vida e as condições se tornaram preocupante para minha saúde física e emocional.

Uma mistura de muitas emoções e sentimentos vivenciados desde o adoecimento, internações, mortes, sofrimento, dores, lutos e impossibilidades. Personagens importantes desse enredo faleceram: minha mãe Joana Pimentel, minhas tias Dinda e Dulce, meu tio Toinho, minha cunhada Darcy Pimentel, e quatro primas e três primos da família Cosmo.

E, como nossa vida é uma passagem na terra, cada etapa de nossa existência se constitui em estágios, aonde vamos acumulando elementos marcantes, um filme a ser passado em algum tempo em determinada localidade.

E o meu EU, vivenciado imerso nesse presente tumultuoso buscava saídas para conclusão da pesquisa. Em meio a introspecção buscava compreender os fatos, os porquês em tão pouco tempo a roda girar ao contrário, e assim, me constitui em uma sobrevivente acadêmica para apresentar em capítulos os detalhes de uma história inconclusa.

Busquei dentro das possibilidades narrar os acontecimentos de uma forma de valorização desses espaços tão simbólicos e de resistência poucos valorizados pelos próprios moradores (es) e nessa tentativa deixar viva esse quilombo em construção. Cada uma dessas pessoas deixou suas marcas de luta e afeto. E serão eternizadas (os) como as que permanecem vivas recontando as suas próprias histórias e a familiar.

Contextualizando os espaços escolares, econômico, cultural e intelectual local, busquei entrevistar lideranças negras e parentas próximos, no município de Alagoa Grande-PB, como resgate histórico e de memória. Dentre essas personalidades negras, destaco a importância e contribuições econômicas, culturais e educacionais das famílias Pimentel, Laurentino e Cosmo.

A representatividade a partir das minhas vivências e realidades é porta-voz da minha pele negra, do meu nariz achatado, dos meus lábios grossos, dos meus cabelos crespos, entre tantos movimentos que meu corpo expressa traduz-se em identidade e afirmação ancestral.

Em entrevista com o historiador da cidade, o professor José Avelar Freire, que tem livros lançados sobre a história da cidade de Alagoa Grande-PB, abordando a urbanização, a política, entre outros aspectos da fundação do município até os dias atuais, sobretudo, do sentimento sofrido pela população na tragédia ocorrida com o rompimento da barragem Camará no ano 2004, que destruiu parte da cidade.

Os espaços negros da minha família no pós-abolição, depois a cidade e os sítios, os marcadores edificados e a relação destes com a memória dessas famílias. Alguns membros das famílias estudadas serão protagonistas fundamentais para o enredo do núcleo familiar (o meu pai Pimentel e a mãe Joaquina, meu tio José Preto e as minhas tias Dinda e Carma, a primas Nenê e Zefinha (a prima Nenê foi primeira professora negra a ensinar em uma escola no Engenho Buraco D'água)).

Essa Tese é uma viagem de minha árvore genealógica como sujeitos protagonistas de suas próprias histórias. De territórios recheados de simbologias ancestrais colocando a existência da irmandade e parentesco na construção do pertencimento afro paraibano alagoagrândense. Essa tentativa de trazer episódios remotos para a atualidade foi colocada sobre minha responsabilidade como um tombamento familiar.

O mapeamento histórico das famílias estudadas colabora na ampliação e construção de uma história afro paraibana em especial do município de Alagoa Grande-PB. Os entrelaces narrativos que resgatam meus troncos velhos insere nos estudos em Educação das Relações Étnico-Raciais e Identidade e sua relação direta com os territórios negros e familiar residentes no município e no seu entorno.

Na tradição oral, a memória pode ser comparada a um “livro” no qual guardamos o que não podemos esquecer e está estreitamente ligada aos segredos do tempo onde cada fato nela depositado, se constituindo em uma relíquia da verdade, na forma da palavra, das imagens e dos sentidos.

“As histórias vão ocorrendo e seguindo o curso linear, porém, há desvio, brechas e becos sem saída e, cada vez que os destinos se tornam escusos, nossa memória se fragmenta e precisa inventar-se a si mesma” (OLIVEIRA, 2015, p. 21).

E assim, recorri aos processos memorialísticos considerados essenciais para o estudo. E nas asas do processo dessas memórias e para compreender a si mesmo, se reconhecer e reconectar-se no espaço temporal.

Analisando a situação educacional do Engenho Buraco D'água, identifiquei a não existência de escolas, no entanto, na Serra da Paquevira possui a Escola Municipal de Ensino Fundamental I Manoel Carlos da Silva que atende alunos e alunas dos 1º ao 5º anos. Onde funcionava anteriormente a casa de farinha do senhor Maduro.

Do 6º ano ao ensino médio os discentes estudam na sede Alagoa Grande. E a prefeitura municipal disponibiliza o transporte escolar, dessa forma, se constituindo a perspectiva para formação cidadã.

Sendo a educação um direito de todos e dever do Estado e da família, visando preparar as pessoas para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, protagonizando crianças, adolescentes e jovens, reconhecendo as suas identidades sociais como participantes da construção do conhecimento, garantindo a qualidade do ensino.

Sendo esses dispositivos de responsabilidade dos poderes públicos garantirem a construção de escolas nas localidades, beneficiando toda uma comunidade, assim, garantido o direito constitucional de aprender a ler e escrever, e assim, puder sonhar por dias melhores.

Lamentavelmente o não cumprimento dessas políticas educacionais em propiciar o direito à população de acesso ao conhecimento e da possibilidade de promover o desenvolvimento social, cultural, econômico, individual e coletivo da população, contradiz o que estar apregoado na Constituição Federal de 1988 no artigo 205 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) em seu artigo 12.

E assim, ao longo da trajetória do curso, no projeto de investigação os fui delineando linhas interpretativas para a compreensão dos fatos dando sentido a minha existência. No passo a passo, caminho rumo à concretização do meu sonho de ser mais uma mulher-negra Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Sendo, portanto, a primeira destas famílias, a conquistar este título acadêmico.

E foi justamente com a minha práxis fui juntando os pontos, fechando aberturas, sarando feridas, compreendendo a dor de cada pessoa, ressignificando conceitos, desafiando as possibilidades frente aos enormes desafios e dificuldades enfrentadas cada vez mais

cumulativos na caminhada acadêmica travou em muitos momentos o pensamento, a motivação e o interesse para continuar pesquisando e produzindo ciência.

O exercício do recomeço foi se transformando numa nascente de águas fluídas com correntezas nítidas ao meu alcance. A cada mergulho nas águas cristalinas da sabedoria retirei a essência sagrada desse tear afro paraibano alagoagrandense. Possibilitou-me a redescoberta e o fortalecimento do meu potencial intelectual acadêmico tantas vezes colocado em xeque e da qualidade científica do trabalho.

O presente estudo tendo como suporte teórico metodológico a história oral e as africanidades que, aliadas às delimitações apresentadas permite à pesquisa compreender e ressignificar os processos de construção da história e da memória das famílias negras no pós-abolição e do sentimento de pertencimento familiar e das memórias individuais e coletivas.

E com o olhar no futuro proponho dar continuidade do trabalho nos territórios pesquisados, realizar cursos de formação de conscientização identitária e política nesses territórios no intuito da elaboração de projetos de produção da agricultura familiar sustentável, a partir das condições das políticas públicas previstas de acesso aos investimentos no empreendedorismo rural em parceria com órgãos especializados no assunto em comum acordo com as famílias e o dono da terra.

Acreditando que uma sociedade, um país ou município que queremos deve ser construído aliado às possibilidades da qualidade vida dos seus moradores e suas moradoras, reconhecendo as potencialidades dos territórios, da necessidade do diálogo com os poderes públicos para implementação das políticas. E, para atingirmos essas metas precisamos estar irmanadas e irmanados que efetivem a dignidade humana:

O ato de contar histórias nos aproxima de nós mesmos, pois a parceria com a história e cumplicidade com os ouvintes só se estabelecem se o contador compreender que não há uma diferença hierárquica em relação ao público, mas sim uma diferença de circunstância... nesse processo de aprendizado, de prática e de transmissão., o compromisso com a palavra é o principal responsável para o crescimento e a transformação do homem, do artista, e do educador (BERNAT, 2013, p 223).

Socializando as minhas constantes idas e vindas de João Pessoa x Fortaleza x João Pessoa x Alagoa Grande x João Pessoa para estudar e pesquisar e cumprir dentro dos prazos estabelecidos pela universidade (UFC) e pelo programa de pós-graduação (PPGE) independente das condições da precariedade econômica e físicas, cumprindo cada semestre sofrivelmente. Nos corredores e nas salas de aula uma frieza das relações institucionais causando adoecimentos psicossomáticos (quantos casos que observei na clínica de Psicologia

da UFC de colegas acometidos em sua saúde mental). Somos constantemente cobrados pela produção sem a observância do como, onde e das possibilidades, se instaura uma verdadeira guerra de competição entre as linhas de pesquisa travando as relações institucionais e pessoais saudáveis.

As vivências no campus do Benfica da UFC, no restaurante universitário e na biblioteca da FACED de segunda-feira a sexta-feira, deram-me a dimensão da força ancestral da mulher nordestina. Compreendi que as nossas lutas específicas não são lutas isoladas, embora exista o individualismo acadêmico patológico e instituições minadas de vaidades. Identifiquei um cerne de pessoas, pesquisadoras e pesquisadores que pensam como eu, que entendem e pratica a educação regida pelos princípios do educador Paulo Freire e na filosofia Ubuntu.

Em suma, rompendo com estigmas e preconceitos, acredito que os nossos valores devem orientar nossa prática e ativismo cotidianamente, permitindo despertar o sentimento de solidariedade e de respeito às diferenças. Vislumbro ainda que, esse meu trabalho científico sirva de incentivo as novas gerações acadêmicas e propicie aos membros da minha família a consciência dos danos causados pela desumanização do escravismo do passado e do presente, despertando para a necessidade de reparação dos danos aos membros familiares, projetando suas imagens positivadas, orgulhando-se da sua condição de ser humano capaz de fazer os ventos dos bons tempos em seus destinos com ações afirmativas voltadas para os territórios onde residem e, numa perspectiva individual e coletiva se aquilombando.

Se fortalecendo e mantendo viva as lutas e as memórias dos nossos antepassados que semearam, plantaram e colheram nos canteiros da terra, onde estão assentados, que essas histórias precisam ser contadas, valorizadas e eternizadas, como patrimônio material e imaterial local e estadual.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Fontes orais: histórias dentro da história**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ALBUQUERQUE, W. R.; FILHO, W. F. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de estudos Afro-orientais, Fundação Cultura Palmares, 2006.
- ARRUDA, K. B.; SOUSA, A. A. Tecendo novos olhares sobre as práticas punitivas na Paraíba do século XX. *In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 2011. **Anais**.[...] Vitória: SBHE, 2011. Disponível em:http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/ana_is_vi_cbhe/conteudo/file/807.doc. Acesso em: 10 jul. 2019.
- AZEVEDO, F. **Canaviais e Engenhos na vida política do Brasil: ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar**. 2. ed. Brasil: Instituto do açúcar e do álcool, 1948.
- BÂ, Hampâté. **A tradição viva. história geral da África: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Rev. Brasília: UNESCO, 2010.
- BÂ, Hampâté. **Amoullé, o menino fula**. São Paulo: Pallas Athenas: Casa das Áfricas, 2003.
- BANDEIRA, Manuel. **Poema Trem de ferro (1936)**, Disponível em: <https://www.culturagenial.com/poema-trem-de-ferro-manuel-bandeira>. Acesso em: 10 jul. 2029.
- BERNAT, Isaac. **Encontros com o Griot Sotigui Kouyaté**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- BOCCASCIUS. André Siqueira. Etno - conhecimento de Benzedeiras e Rezadeiras: resistência ao tempo e à tecnologia. **Revista Húmus**, v. 11, n. 31, 2021.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 1.331-a, de 17 de fevereiro de 1854**. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br), Acesso em: 01 dez. 2019.
- BRASIL. **[Constituição (1988)]** Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de agosto de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6 /94. - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **CNE/CP 003/2004**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 10. jul. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 10 jul.2019.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 10 jul.2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 jul.2019.

BRASIL. **Lei nº 12.964, de 8 de abril de 2014.** Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12964.htm. Acesso em: 10 jul.2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** /Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial. Estatuto da Igualdade Racial. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010-** Presidência da República/Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPPIR/PR-Brasília - DF, março de 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial. Estatuto da Igualdade Racial. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010-** Presidência da República/Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPPIR/PR-Brasília - DF, 2010.

BRITO, Ângela Ernestina Cardoso de. **Catopês:** Histórias de lutas e formação de identidades em Montes Claros – MG. Tese (Doutorado em política social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, p. 217, 2014.

CALDAS A. S.; NUNES E.; SANTOS W. O. **Egbé D. Caminhos da Mata Escura.** Salvador: UNIFACS, 2007.

CAMBI, F. O século XX até os anos 50 - “Escolas Novas” e ideologias da Educação. *In: História da Pedagogia.* São Paulo: UNESP, 1999.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS. Disponível em: <https://cbtu.gov.br/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

CLEOFAS.com.br. Irmandade Sagrado Coração de Jesus – acesso internet em 01/12/2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais:** referências técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

COSTA E SILVA, Gerailde. **Pretagogia:** construindo um referencial teórico-metodológico, de base africana, para a formação de professores (as). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 242. 2013.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Africanidades, afrodescendência e educação. **Revista Educação em Debate**, Ano 23, V. n. 42. Fortaleza: FACED/ UFC, 2001.p.05-15.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Racismo antinegro um problema estrutural e ideológico das relações sociais brasileira. Política Democrática. **Revista de Política e Cultura**. Brasília/DF: Fundação Astrogildo Pereira, ano VII, n. 21, p.118-127, jul. 2008.

CUNHA JÚNIOR, Henrique A espacialidade urbana das populações negras: conceitos para o patrimônio cultural. *In*: SANTOS, Marlene Pereira dos; CUNHA JÚNIOR, Henrique; BI, Estanislau Ferreira;

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira (org.). **Educação e africanidade propostas para formação de professores sobre a Lei nº 10.639/2003**. Curitiba: CRV 2016.

D'ANDESKY, Jaques. **Pluralismo étnicos e multiculturalismo: racismos e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pllas, 2001.

FARIAS, B. F.; GOMES, F. S.; SOARES, C. E. L.; MOREIRA, C. E. A. **Cidades Negras: Africanos, Crioulos e Espaços Urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.

FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: aspectos econômicos e fatos outros da sua história**. João Pessoa: Idéia, 1996.

FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua história**. João Pessoa: Idéia, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anca/MST, 2006.

GUERREIRO, M. E. **Sonhos e Utopias: ler Freire a partir da prática**. Brasília: Liber livro, 2010.

GALIZZA, Diana S. **O Declínio da escravidão na Paraíba, 1850-1888**, João Pessoa – PB, Universitária/UFPB, 1979.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Século XIX**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. 1995.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-umabrevediscuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermas_web.pdf. Acesso em: 10 jul., 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 3. ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua quarto trimestre de 2021**. Brasília-DF, 2022. Biblioteca IBGE, p. 42 - 43.

KRINERT R. F.; CONSALTER Z. M. Breve estudo sobre o status das famílias negras no Brasil. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 5, n. 12, p. 29304 – 29315, dec., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n12-088>. Acesso em: 10 jul., 2019.

LIMA. Hezrom Vieira Costa. **Já veio tudo dos antepassados: história, memória e identidade étnica em Caiana dos Crioulos**. Tese de Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal da Paraíba – CCHLA. João Pessoa, 2015, p. 170.

LIMA. Hezrom Vieira Costa. **Escravidão no Brejo Paraibano: formação de famílias escravas na Alagoa Grande oitocentista (1862-1872)**. Revista de História Bilros, Fortaleza, n.7, p.121-137, jul/dez., 2016 - Seção Artigos.

LONDRES, C. (org.). Patrimônio Imaterial. **Revista Tempo Brasileiro. Patrimônio Imaterial**, n. 147. Rio de Janeiro, out./dez., 2001.

MACHADO, C. J. S. **Educação e Educadoras na Paraíba no século XX: práticas, leituras e representações**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

MAGALHAES, Eliane. **Ritual da Roda de Cura na Comunidade Quilombola Cercadão dos Dicitas em Caucaia-CE**. p. 113-119 In VI Memórias de Baobá = Estéticas Negras: trançando educação e produção didática – Fortaleza: Imprece, 2016.

MAGALHAES, Eliane. **Marcadores das Africanidades no ofício das rezadeiras em quilombolas de Caucaia/CE: uma abordagem Pretagógica**. Tese (Dissertação Mestrado). Universidade Federal do Ceará - Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em educação brasileira. Fortaleza - CE, 2015, p. 207.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva. **Valorização da Cosmovisão Africana na escola: narrativa de uma pesquisa-formação com professoras piauienses**. Tese (Doutorado em Educação brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 195. 2012.

MUNANGA. Kabengele. **Rediscutido a mestiçagem no Brasil: identidade nacional x identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNANGA. Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília, DF Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil Contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2009.

MUNANGA, Kabengele. O que é Africanidade? In: **Revista Biblioteca Entre-livros-Vozes da África**. São Paulo, Duetto, edição especial n.6, p. 8-13, 2007.

NASCIMENTO, E. L. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO JÚNIOR, Samuel Araújo do. **O trem e sua importância econômica, cultural e social para cidade de Alagoa Grande-PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades. Guarabira- PB, p. 23. 2017.

NOGUEIRA, João Carlos (org.). **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21/** - Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 153.

OLIVEIRA, Denise da Silva de. **O papel da memória na formação da identidade cultural: diálogos entre possibilidades de leitura**. Dissertação (Mestrado em) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Programa de Mestrado em Ensino. Paraná- PR, 2015. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2154/3/LD_PPGEN_M_Oliveira%2C%20Denise%20da%20Silva%20de_2015.pdf. Acesso em: 6 out. 2020.

OLIVEIRA, E. D. **Cosmovisão Africana**. 3. ed. Curitiba: Gráfica Popular, 2006.

OLIVEIRA, E. D. **Filosofia da ancestralidade: corpo de mito na filosofia da educação brasileira**. Curitiba: Gráfica Popular, 2007.

PARAHYBA - Informativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba IPHAEP - João Pessoa-PB-2017 - Ano II - nº 02. Pesquisa sobre o município de Alagoa GrandePB na Wikipédia - a enciclopédia livre acesso em 11 de abril de 2017.

PB tur. Alagoa Grande. Disponível em: <https://www.pbtur.com.br/cidade/alagoa-grande>. Acesso em: 6 de out. 2020.

PEIXOTO, Eugênio. Pobreza Rural, Desenvolvimento territorial, cadeias produtivas e comunidades quilombolas. In: **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: Desafios históricos e perspectivas para o século 21**. Atilênde: Florianópolis, SC. 2014. p. 153-196.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia: Pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e Tradição Oral – Contribuições do Legado Africano para a implementação da Lei 10.639/03**. Fortaleza: Editora UECE, 2015.

PIMENTEL, Maria do Socorro. **A Identidade dos Trabalhadores Negros na Realidade Educacional Paraibana**. Tese (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Educação. João Pessoa-PB, 1998.

PIMENTEL, Maria do Socorro. **Dialogo Feminista Negro**. Mosaico Multidisciplinar. Propostas e Intervenções. Maria Robervânia das Virgens (organizadora). Recife: Libertas, 2016.

PIMENTEL, Maria do Socorro; FARIAS, Vanessa Pinto Rodrigues, CUNHA JUNIOR. Henrique Antunes. **Educação da Mulher e Racismo na Cultura Brasileira: memórias de uma história não contada In Educação brasileira em pesquisa**. Organização: Luís Távora Furtado Ribeiro, Marília Duarte Guimarães, Allan Pires Rodrigues, José Antônio Gabriel Neto. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018. 270. P. 74-83.

PIMENTEL, Maria do Socorro; FARIA, Vanessa Pinto Rodrigues. Lei de Cotas no Brasil: trajetória, Resultados e Perspectivas *In: Desafios a formação docente diante da problemática da escola contemporânea*. MEDEIROS, Jarles Lopes de; NOVAES, Marcos Adriano Barbosa de; FREIRE, Liliana Rebouças; SILVA, Daniela Glícia Oliveira. João Pessoa: Ideia, 2019.

PIMENTEL, Maria do Socorro; CUNHA JÚNIOR. Henrique. **Memórias da Sociabilidade Negra na Família Pimentel**. artigo apresentado GT1- Antirracismo e cidade: táticas e estratégias urbanas na luta antirracista na diáspora negra- Seminário Salvador e Suas Cores 2020- 6. ed. (Edição Virtual devido ao Covid-19), Salvador- BA, 2020.

PIMENTEL, Maria do Socorro. A Psicologia escolar /educacional: impactos do racismo no processo ensino e aprendizagem *In: Educação brasileira: trajetórias históricas, filosóficas em relatos, pesquisas de ensino para uma educação em tempos de mudanças*. SILVA, Maria Eliane Magalhães da (org.). Fortaleza: Impreco, 2021, p. 101 - 118.

PREFEITURA Municipal de Alagoa Grande. Disponível em: <http://www.alagoagrande.pb.gov.br/>. Acesso em: 14 de abril 2020.

Publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves - Ano 17 nº 49 – agosto, setembro e outubro 2019. p.6

RIBEIRO, R. M. B. **Negros do Trilho e as Perspectivas Educacionais**. Núcleo de Estudos Negros - NEN, 01 dez. 1999.

RIBEIRO, L. T. F.; Guimarães, M. D.; Rodrigues, A. P.; Neto, J. A. G.; **Educação Brasileira em pesquisa**. Curitiba: Editora CRV, 2018.

REIS, Maria Regina Alves dos. **Tecendo os fios da memória do pós-escravidão**: narrativas de uma afrodescendente (Engenho Buraco D'água- Alagoa Grande-PB). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, Campina Grande, 64 p. 2012.

REIS, Maria Regina Alves dos. **Memória e história do pós-escravidão**: o cotidiano do Engenho Buraco D'água na cidade - Alagoa Nova – PB (1918-1950). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande – PB, 135 p. 2018.

ROCHA, S. P. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: UNESP, 2009.

RIBEIRO, L. T. F.; GUIMARÃES, M. D.; RODRIGUES, A. P.; NETO, J. A. G. **Educação brasileira em pesquisa**. 1. ed. Curitiba- PR: CRV, 2018.

SALES, Augusto dos Santos (Organizador) **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. -Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.400p.- (Coleção para Todos).

SANTANA, Esther. **Família contemporânea. educa mais Brasil, 2020**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/sociologia/familia-contemporanea>. Acesso em 05 mai. 2022.

SANTANA, Jussara Manuela Santos de. **Territorialidade Quilombola: um olhar sobre o papel feminino em Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande, PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp. 2008.

SANTOS, M. **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, 416 p.

SANTOS, Marlene Pereira dos. **Tecendo a africanidades como parâmetros para a educação quilombola e do campo**. Tese (Doutorado em educação) - Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 375. 2020.

SANTOS, Marlene Pereira dos. **Incursão na História e Memória da Comunidade de Quilombo de Alto Alegre - Município de Horizonte - CE. 2012**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

SILVA, Fagner Nascimento da. **Memórias do processo de construção do espaço urbano de Alagoa Grande-PB**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Guarabira, 2011.

SILVA, Maria Saraiva da (Org.). **Afro patrimônios cultural**. Fortaleza: Editora Fi, 2019.

SILVA, Maria Saraiva da. Metodologia afrodescendente: referencial para estudo das relações étnico-raciais na pós-graduação. *In: Globalização e interculturalidade: Currículo, espaço em litígio?* Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares. João Pessoa: 2007.

SILVA, Maria Saraiva da. Bairros Negros: A Forma Urbana das Populações Negras no Brasil. **Revista ABPN**, v. 11, p. 65-86, 2019.

SILVA, Maria Saraiva da. NTU. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v.9, 2010, p.81-91.

SILVA, Maria Saraiva da. **História dos Afrodescendentes: Disciplina de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará (UFC)**. [200-?]

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós- Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza – CE, 2015.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistemático: O novo paradigma da ciência**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Batuques, folias e ladainhas: a cultura do Quilombo do CRIAÚ em Macapá e sua educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. Fortaleza-CE, p. 262. 2010.

YADE, Juliana de Souza Mavoungou. **Memórias e histórias negras da cidade de Carapicuíba-SP: uma abordagem para a educação escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Fortaleza-CE, p. 217. 2010

YADE, Juliana de Souza Mavoungou. **Vozes e territorialidades no pós-abolição: histórias de famílias e resistência identitária – O caso do Cururuquara**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. Fortaleza (CE), p. 252. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a), o (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa de doutorado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC, do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação – FACED na linha de pesquisa movimentos sociais, educação popular, escola no eixo temático sócio poética cultura e relações étnico-raciais. A pesquisa é intitulada “Territorialidades negras e parentesco: uma realidade afroreferenciada em Alagoa Grande – Paraíba”. A pesquisadora sou eu, Maria do Socorro Pimentel da Silva, doutoranda em educação cujo orientador é o Professor Doutor Henrique Antunes Cunha Júnior da Universidade Federal do Ceará – UFC/FACED.

1. O (a) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa, garantimos-lhe que seu nome, as respostas e as imagens serão expostos por permissão sua com o objetivo refletir analisar a memória das famílias negras assentadas no Engenho Buraco D’água Serra da Paquevira, nos entornos do município de Alagoa Grande, bem como a importância e contribuição de personalidades locais para a história, cultura e educação. E o município de Alagoa Grande, Paraíba.
2. A escolha dos participantes: Foi feita a partir da trajetória de vida da relação familiar, parentesco e do pertencimento territorial de cada convidado e da relação com a cidade.
3. Voluntariedade da participação: Você não irá receber nenhum tipo de pagamento pela participação na pesquisa.
4. Divulgação da pesquisa: Após a conclusão da pesquisa e realizada a defesa da tese. Os resultados serão apresentados e divulgados como relevantes contribuições teórico-científicas em teses, dissertações, artigos, revistas, livros entre outras mídias (documentários, podcasts, fotorreportagem, exposição).
5. A confidencialidade do estudo: Garantimos a (o) senhor (a) que os seus dados serão mantidos na sua integridade original no momento da entrevista e que o senhor terá conhecimento dos resultados.
6. A contribuição da pesquisa os conhecimentos gerados pela pesquisa servirão de acervo para a história, a memória, a cultura, política e educação local. As contribuições serão relevantes

para estudos e conhecimentos do município de Alagoa Grande nos cenários nacional e internacional.

7. Contatos: O (a) senhor (a) pode entrar em contato com a pesquisadora Maria do Socorro Pimentel Silva, a qualquer tempo. Para informação adicional pelo telefone (83) 99626-8897 (WhatsApp) ou pelo e-mail portuguesmesclada@gmail.com

CONSENTIMENTO E PÓS-INFORMAÇÕES:

Declaro que li, ouvi e concordo em participar da pesquisa e autoriza a atualização dos meus dados pessoais e imagens para esse estudo científico.

_____ de _____ de 20_____.

Nome do participante:_____.

Nome da pesquisadora: Maria do Socorro Pimentel da Silva_____.

APÊNDICE B – Entrevistas com os moradores de Alagoa Grande-PB

A ENTREVISTA

Foram realizadas algumas entrevistas, as quais tiveram linguagens diferenciadas nas abordagens em decorrência das pessoas entrevistadas terem grau escolaridade diferenciados ou não serem alfabetizadas. No entanto, todas tiveram como foco: identidade, pertencimento, história, memória e território.

Os sujeitos escolhidos foram previamente selecionados pela pesquisadora e acordado a participação pelos mesmos. Antes da entrevista foram feitos os contatos por telefone para agendamento das visitas domiciliares. As entrevistas ocorreram no município de Alagoa Grande, na Serra da Paquevira (zona rural de Alagoa Grande) e na capital João Pessoa.

O PROCEDIMENTO

A cada entrevista realizada, primeiramente tinha uma apresentação da pesquisadora e do objetivo da pesquisa e lido o Termo de Livre Consentimento para autorizar a gravação (quando foi gravada) e também, os entrevistados/as fotografados/as com a permissão. As transcrições estão sendo realizadas. As entrevistas aqui apresentadas foram resultado dos primeiros contatos e quando a pesquisadora não dispunha ainda do recurso do gravador. Todas as anotações eram registradas no caderno de pesquisa de campo, as fotografias no celular e na máquina fotográfica, telefonema, e também via e-mail.

Nos anos de 2020 todo planeta foi acometido pela COVID-19, e com ele mudanças radicais na vida das pessoas, uma nova ordem se configurou globalmente, as Nações se curvaram frente ao vírus e a Ciência passou por um novo paradigma. Esse modo atípico foi instalado em nossos cotidianos e todos nós passamos a se reinventar ao novo modelo de sociedade.

E meu projeto de pesquisa de campo foi interrompido pelas barreiras sanitárias, os decretos impostos pelos governantes que determinavam o distanciamento social e a quarentena e o acesso aos municípios.

E assim, o sofrimento humano da população se tornou uma realidade na minha vida: acometida pelo vírus, o adoecimento com internação, causando insegurança, medo, incertezas

do povir mediante milhões de vidas perdidas e, enquanto persistir a Pandemia nossas vidas negras continuam as mais vulneráveis em todos os aspectos para sobrevivência e existência.

Foi preciso realinhar ao novo modelo de intervenção nas localidades e com os sujeitos pesquisados e dar prosseguimento ao sistema on-line de fazer acontecer às necessidades acadêmicas muitas das vezes demoradas nas repostas e com dúvidas no procedimento. Por morar em outro estado tive muita dificuldade em informações nas dúvidas surgidas durante esse período pandêmico.

Precisei mudar todo planejamento de vida, da pesquisa em consequência de fatos marcantes ocorridos: mortes de entes queridos (mamãe, tias, tios, primas, amigas/os), perda das bolsas de estudos concedidas pela FUNCAP que tinha conseguido há pouco menos de um ano e, conseqüentemente a não liberação da minha licença-afastamento, culminou com a retomada das minhas atividades na escola no momento mais necessário da escrita, análise de dados e finalização da tese.

Apresento o modelo do questionário aplicado aos sujeitos in loco:

A IDENTIFICAÇÃO

- 1) Nome completo
- 2) Data de Nascimento? Idade? Cidade onde nasceu?
- 3) Estado Civil?
- 4) Filho/as? Quantos?
- 5) Qual sua cor de pele? Como você se identifica?
- 6) Escolaridade? Profissão? Sua religião?
- 7) Endereço?
- 8) Seus contatos telefônicos, e-mail?

OS MOMENTOS REFLEXIVOS

A cada entrevistado/a teve o direcionamento específico das questões por se tratar das especificidades a serem atingidas em cada sujeito-entrevistado. E em cada pergunta era explicado o significado dos termos utilizados.

MÓDULOS DA ENTREVISTA

- 1) Faça uma breve reflexão sobre os principais momentos marcantes da sua vida: Na Infância, Adolescência, Adulto.
- 2) O que a senhora (o) /você, sabe sobre o racismo na sociedade brasileira e, em particular em Alagoa Grande?
- 3) Já sofreu alguma discriminação por causa da sua cor de pele? Pode relatar?
- 4) Na sua vida exerceu alguma profissão? Qual? Algum cargo?
- 5) Se trabalha na educação ou trabalhou quais as suas referências bibliográficas para intervenção pedagógica?
- 6) Quais os mecanismos didáticos utilizados para o enfrentamento ao racismo na escola e na comunidade?
- 7) Fale de sua relação com a cidade Alagoa grande, com a escola que trabalha (ou), das boas e das más lembranças de sua vivência institucional escolar e no município.
- 8) Você pode definir o seu sentimento de pertencimento étnico-racial?
- 9) Fale da sua relação familiar com você.
- 10) Fale das tradições culturais de sua cidade e o que elas significam para o município e para você.
- 11) Cite os patrimônios culturais que considera importante para cidade.
- 12) Fale de algum fato trágico que aconteceu na cidade e na família que influenciou sua vida.
- 13) Como analisa a educação nesse município? Pode apresentar alguma proposta que acha necessária e relevante para a história e acultura de Alagoa Grande.

Entrevista 1 – Tia Dinda

Nome: Maria Julia da Conceição.

Data de Nascimento: 03 de março de 1920.

Filha de: Julia Maria das Dores e Severino Pimentel.

Falecimento: 18 de dezembro de 2017.

Estado Civil: Casada com tio Toinho (falecido em 2019).

Local: realizada em 21 de Agosto de 2017 em sua residência na Serra (Sítio) da Paquevira.

1. Desse relacionamento teve doze filhos e filhas?

Resposta: Maria da Penha (falecida); Carlos Alberto; Josefa (Zefinha); Severino I (falecido); Maria de Nazaré; João; Manoel; Severino II (falecido); Benedito; José Rodrigues (Deda)- meu afilhado; Pedro (Pedrinho); Luís.

(Em virtude da sua idade avançada e debilidade na saúde à medida que ela ia falando fui incorporando as informações que achava importantes para a pesquisa)

- A sua carteira de identidade só foi tirada em 19 de maio de 1997.

- Seus irmãos biológicos: José Severino Pimentel (tio Zé Preto); Sebastião da Silva Pimentel (Panhão)- o meu pai; Joana Julia da Conceição e Ana Julia da Conceição (essa era deficiente física- se arrasta pelo chão, na época não tinha cadeira de rodas).

- Casou aos 23 anos de idade com Antônio Laudelino Rodrigues (tio Toinho).

- O senhor Mininéas o antigo dono do Engenho Buraco D'água, criou ela e os irmãos após a morte dos seus pais.

- “Meus avós vieram da África dona Joana e dona Constância vieram bem novinhas da África nos navios de escravo”. (depoimento de tia Dinda em 2017).

- “A casa grande foi feita pelos escravos, não tem tijolo é toda de madeira” (Tia Dinda, 2017).

- “O nome da gente Pimentel foi de uma família rica que adotou o meu avô Severino Pimentel, era de Alagoa Nova.” (Tia Dinda, 2017).

- “Sou da irmandade do Sagrado Coração de Jesus desde os meus 14 anos de idade, tenho muita devoção ao meu ‘Padim Pade Ciço’”. (Tia Dinda, 2017).

- “Devo muito a família do seu Mininéa, seu Luiz Sobral, seu Zé Sobral que é um filho pra mim”.

(Os depoimentos da minha tia Dinda demonstraram todo sentimento de gratidão à família Sobral e continuidade desse respeito e carinho aos donos das terras Buraco D'água e Serra da Paquevira. Pude observar na última festa de aniversário da tia Dinda quando o José Sobral e sua esposa participaram de um almoço em sua casa e tinha por ela muito carinho. E o mesmo realizava todos os seus desejos de consumo, compra de remédios, erguer sua casa, entre outros).

- A prima Zefinha (filha de tia Dinda), estava juntinho na hora da entrevista e ajudou a memorizar o porquê do nome Paquevira quando questionei a tia Dinda a mesma apresentou estas respostas.

- O nome Paquevira, se refere à aguardente Paquevira que era fabricada no Engenho Buraco D'água e por ocasião da extinção da fabricação da aguardente (cachaça) foi colocado o nome da Serra da Paquevira para não ser esquecido o nome da aguardente. Nesse processo as mulheres tinham relevância fundamental juntamente com os homens no processo da linha de produção da aguardente: Quem destilava era tio Zé Preto, tia Dinda, tio Toinho, e o preto José Antônio. A lavagem, o enchimento, o rótulo, o gargalho, e a tampa geralmente eram feito esse serviço pelas mulheres, dentre essas as primas Zefinha, Carminha, Penha, Julhinha, e a Véia Vaqueira.

- Refletindo os passos contextualizados dessa entrevista interrompida muitas vezes pelo cansaço da tia Dinda foi se tornando um processo de escuta bem demorado de uma dor redimida. E assim, reconhecendo a vulnerabilidade da pesquisada para trazer à tona fatos que marcaram sua vida dei uma pausa ficando para retornar em outro momento.

Término da entrevista 1.

Entrevista 2 – Prima Neném.

Entrevistada: Josefa Pimentel Cassimiro. (Minha prima conhecida como Neném).

Idade: 76 anos.

Data de nascimento: 27/07/1942.

Cor: Negra.

Religião: Evangélica desde 1989, antes era católica.

Estado civil: Casada.

Escolaridade: Professora aposentada dos anos iniciais.

Natural: Sítio Buraco D'água, Alagoa Grande, Paraíba.

Local: Sua residência, Rua João Pessoa. 1204. Centro, Alagoa Grande, PB.

Ano: 2019, 2020.

1. Entrevistadora: Boa tarde. A Senhora está sendo convidada a participar de minha pesquisa de doutorado pela Universidade Federal do Ceará, intitulada “Territorialidades negras e parentesco: uma realidade afroreferenciada em Alagoa Grande, PB”. O objetivo da nossa pesquisa é refletir a memória, a história do território de Alagoa Grande e o seu entorno. O engenho, um Buraco D’água, Sítio Paquevira, a própria Alagoa Grande e os outros setores que a nossa família está/estiveram assentados, moraram. Estou muito grata por você ter vindo aqui. Todos os lugares são significativos para mim, para os negros e as negras da nossa família. Ordenando para chegar a Buraco D’água, passamos por Lagoa Verde, Sítio 15, Genipapo, até chegar no Engenho Buraco D’água.

Entrevistadora: O que queremos trabalhar é o sentimento de pertencimento, de tudo o que gera a nossa identidade negra. E você, prima Neném, tem uma importância relevante, por ter sido a primeira professora da família, e da história do Engenho Buraco D’água.

Resposta: Eu comecei a ensinar em 1959, no dia 17 de agosto. Fiz o primário com João Aroeira, depois fiz o concurso no grupo escolar Apolônio Zenaide. A diretora da época era dona Maria Queiroz, que organizou tudo. Fiz o concurso e passei. Recebi o direito de ter uma cadeira de professora no Engenho Buraco D’água, do falecido Luiz da Silva Sobral. Eu era muito nova quando comecei a ensinar. Tinha poucos alunos (40 a 45 por dia) só no horário da manhã. 1º ano A e 1º ano B 2º 3º e 4º anos – era o antigo primário. A carta de ABC eram as primeiras letras que comecei a ensinar, AEIOU e o B com A. Hoje o ensino é bem diferente.

2. Qual o seu nome completo, idade, data de nascimento, estado civil, quantos filhos e netos?

Resposta: Meu nome completo é Josefa Pimentel Cassimiro, depois de casada, antes era Josefa da Silva Pimentel. Hoje tenho 76 anos, nasci no dia 27 do 07 de 1942. Sou casada na igreja com João Cassimiro dia 03 de dezembro de 1960. Inclusive, você, Socorro, foi minha Dama de Honra, mas infelizmente não tenho nenhuma foto pra lhe mostrar, porque minha família não tinha condições de pagar um fotógrafo na época. Tenho cinco filhos: José Arnaldo Cassimiro, Maria Regina Cassimiro, Francisco de Assis Cassimiro, Maria Cláudia Cassimiro, Paulo Sérgio Cassimiro. Além de criar duas netas como filhas: a Edilana Rodrigues Cassimiro e Dailane

Rodrigues Cassimiro. Tenho netos e bisnetos: de Regina (2); de José Arnaldo (4); de Francisco de Assis (2) e, de Paulo Sérgio (6).

3. Como é o nome dos seus pais?

Resposta: José Severino Pimentel (Zé Preto) e Rita da Silva Pimentel.

4. E os seus irmãos e irmãs?

Resposta: Tenho 16 (dezesseis). Um é falecido. Josefa Pimentel (Zezé), a primeira. A segunda sou eu, (Neném). Depois veio Maria José, que foi professora. A Zezé também foi professora. Depois veio Josefa Pimentel (Biba). Maria do Carmo; Júlia (Julinha). Aparecida, Santinha, Luzinete, Sebastião, José, Severino, António, Manoel e José. O Sebastião é falecido.

5. Diga-me um fato marcante da sua infância no sítio, na família.

Resposta: Eu era feliz convivendo aqui nessa casa. Quando eu era criança com cinco anos. Eu vim morar nesta casa que moro agora com madrinha Marieta, esposa de Luís Sobral, que era o meu padrinho. Eles já são falecidos. Eles me tratavam muito bem. Fiz a primeira comunhão na Capelinha São José. Estudei catequese com as freiras no colégio. Depois fui para a casa de papai, estudei com a professora Joaninha Moreira o primário. Não tive tristeza, nem decepção.

6. E na sua adolescência e vida adulta, o que lhe marcou?

Resposta: Eu fiz vários cursos. Tenho pedagógico completo, fiz no Centro de Treinamento com a diretora Dona Dorinha. Foi muito bom. As professoras vinham de Campina Grande e de Juarez Távora ensinar em Alagoa Grande. Com 18 anos casei com um rapaz que namorei e noivei (João Abdias Cassimiro). Faz 58 anos de casada. Somos muito felizes e unidos.

7. E sua cor de pele? Como você se identifica quanto a sua etnia e raça?

Resposta: “Morena”. (não sou branca, nem sou muito escura). Já meu pai, eu tenho orgulho de dizer, que era bem “pretinho”.

8. Na sua vida profissional da educação, exerceu outra profissão além de ser professora?

Resposta: Não. Sempre fui professora. Ensinei no MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, no município de Alagoa Grande. Em Buraco D'água, ensinava em uma casinha pequena, depois, com a continuidade, o prefeito João Bosco Carneiro construiu um grupo e me colocou como professora. O prefeito que me colocou foi José Ferreira. O nome do grupo era Luiz da Silva Sobral, no início. Quando comecei a ensinar, a escola recebeu o nome de Maria Ângela, em homenagem ao nome da avó da mãe do Dr. Sobral, o filho de Luiz da Silva Sobral.

9. Como é que você vê a questão do racismo na sociedade brasileira?

Resposta: Eu acho que ainda existe racismo no Brasil, mas antigamente era maior.

10. Aqui em Alagoa Grande, você percebe o racismo? Você tem exemplo a dar?

Resposta: Eu falo por mim. Eu mesmo reconheço que tem pessoas que tem uma condição melhor quando está conversando comigo. Eu noto um pouco de diferença comigo.

Pesquisadora: Explique melhor essa “diferença”.

Resposta: É assim, eles falam com a gente achando que está falando direitinho. Mas eu sinto que não é como deveria falar. Fala todo “arripunado”. Como não estivesse gostando. Essa impressão não é só eu que acho, outras pessoas negras já falaram que sentem a mesma coisa.

11. Isso é só com relação a você, e quando está com o seu esposo, João, que é considerado um homem branco?

Resposta: Todo mundo fica olhando para mim e para ele “e a gente vê só no olhar o que a pessoa está dizendo!” Mas, eu sou feliz com ele que nunca falou sobre “cor” nem de mim nem da minha família, graças a Deus. Agora, afirmo que a família dele é racista.

12. E com relação aos seus filhos? Você já sentiu algum tipo de racismo? No convívio social?

Resposta: Não. São ótimos filhos, eles amam muito o pai e a mim também.

13. Como é que você se define? Como é esse sentimento de pertencimento? Você disse que era morena, não se assumiu negra?

Resposta: Eu sou negra, eu sou uma pessoa negra.

14. Agora que você está se assumindo negra, como você define esse sentimento de pertencimento étnico-racial negro?

Resposta: Eu me sinto muito feliz porque a classe negra tem muito raciocínio. Sabe tratar bem as pessoas, mesmo sendo analfabetas. Eu me sinto feliz no meio deles porque me sinto uma pessoa igual a eles!

15. E como você se sente nesse pertencimento? Sabe que o racismo traz cicatrizes, marca a vida das pessoas. Voltando ao passado no Engenho Buraco D'água com os nossos ancestrais (avós, pais, pessoas que vieram antes de nós) você vê como?

Resposta: O racismo “marca mesmo”. Os meus avós, eu não cheguei a conhecer. Eu só conheci o meu tio Sebastião da Silva Pimentel, o seu pai, Tia Ana, que era paralítica, madrinha Dinda.

16. Você tem alguma história, conhecimento de alguém que tenha sido escravizado (a)?

Resposta: Segundo comentários. Eu não cheguei a ver, eu conhecia a pessoa. Era tia Maria Vaqueira. O pessoal dizia que ela foi escrava e que tinha um sinal.

17. E que sinal é esse?

Resposta: Era uma “ferradura”. Eu não cheguei a ver.

18. Sabe dizer se no Engenho Buraco D'água tem alguma marca que demonstre que teve tronco e senzala?

Resposta: Sim. Dizem que na Casa Grande, hoje reformada pelo doutor José Azevedo Sobral, tem objetos do tempo da escravidão no museu da casa. Eu vi muita coisa lá e disseram que eram

dos escravos no tempo antigo. Tenho a dizer que ele não é racista, nos trata bem, convive com a nossa família negra que ainda mora lá nas terras.

19. Fale da sua relação com a cidade. Como você vê a sua pessoa como importante para o município?

Resposta: Não vejo que eu seja reconhecida, mesmo que eu tenha realizado na educação.

20. No tocante ao racismo na educação e na cidade.

Resposta: Eu acredito que permanece o mesmo. Embora quando se tem festa, a turma de “Caiana” vem e são bem recebidas. Lá mudou muito, melhorou “está uma coisa maravilhosa”. Tem o vereador Rafael, que é o responsável por tudo de Caiana.

21. Fale das tradições culturais da nossa família lá no sítio.

Resposta: Era maravilhoso. Tinha coco de roda e ciranda. Quando tinha festa, todo mundo participava dançando. Quilombo Caiana dos Crioulos, localizados na região. Fazia procissão, que era acompanhada pelo “zabumba”, “triângulo”, “ganzá”. Os santos eram colocados em cima de andores e levados para as casas dos compadres, conhecidos, familiares. Ao chegar nas casas, era muita festa, ciranda e coco de roda. Dançava homem, mulher, menino. Muita comida (bolo, pé de moleque), bebidas (o licor) e pinga. O período que essas festas aconteciam, geralmente era no período junino. O povo fazia grandes fogueiras, soltava fogos, dançavam o coco de roda e rezavam o novenário para Santo Antônio, São João, São Pedro, São José e Santa Luzia. Essa tradição era feita todo ano. Fazia também no dia 8 de dezembro as novenas para a Nossa Senhora da Conceição. As procissões eram acompanhadas com lanternas na mão com as velas dentro. Muito bonito. Muita fé!

22. Lembra das tradições das missões de Frei Damião?

Resposta: Era importantíssima. As pessoas eram muito católicas antigamente. Hoje ainda são, menos. A igreja é uma bênção para os católicos. Sou evangélica, mas vejo isso. Na época de Frei Damião, eles enchiam as missões, hoje vão até Guarabira para o memorial de Frei Damião. E também, viajam para São Severino do Ramos e Juazeiro do Norte para pagar promessas.

23. Como você vê a história do engenho da casa de farinha e a importância deles na história local?

Resposta: Muito importante. Hoje a casa de farinha não funciona mais. Mas temos o rodete, a roda ou impressador de massa. Tem tudo lá, mas as pessoas não fazem mais farinha, porque as chuvas são poucas e não mais cultivam a mandioca, infelizmente. Se plantava também a cana-de-açúcar. O engenho quando girava era uma beleza. Fazia aguardente Paquevira e, Rapadura”. Hoje não existe mais o engenho, nem a aguardente. Só permanece o prédio muito destruído. Só boas lembranças do tempo de antigamente.

24. Qual a cultura plantada hoje lá?

Resposta: É a cana e o gado. Tem pouca gente morando lá. Pouco habitado. Antigamente era muita gente. Alegria, movimento, festas. Existe o medo da violência também na zona rural. Casas são invadidas, roubam, matam, causando o êxodo rural. Além da falta de emprego. É feliz daqueles que ficam vivos. Um dos motivos é esse, mas a vida na zona rural é bela.

25. Como é que você vê a educação aqui no município de Alagoa Grande?

Resposta: Boa. Tem educação bem organizada, tem transporte para a zona rural, para a faculdade (Campina Grande, João Pessoa, Guarabira).

26. Você pode citar quais são os monumentos históricos que considera importante para o município de Alagoa Grande?

Resposta: O Cruzeiro, porque as pessoas antigamente iam lá pagar promessas. Era muita gente lá. Hoje, o padre leva as pessoas, faz romaria e desce por conta da violência. A matriz Nossa Senhora da Boa Viagem; A Capelinha de São José e O Centro de Treinamento.

27. Você ainda tem um histórico da rede ferroviária? Da Conde e da Cleiton?

Resposta: Eu tenho. A Conde/Soécia, antigamente, essa rua não era calçada. A Conde era muito movimentada. A fibra do agave, o algodão. Dava muito emprego e a cidade era bem

movimentada. Depois veio a cultura da cana. Tinha Usina Tanque, que hoje acabou. As pessoas trabalhavam, ganhavam seus salários. Hoje a situação está muito difícil. Uma coisa importante hoje foi a reforma do hospital.

28. Fale do trem e do curtume.

Resposta: O trem. Eu lembro o meu tio, seu pai, trabalhava no trem. O trem tinha aquela baldeação. O seu pai trabalhava nele, quando vinha de João Pessoa passava por Mulungu. Era muito movimentada. As pessoas viajavam muito de trem. Alagoa Grande era uma Maravilha com o trem. Acabou. O curtume – todos os couros que os marchantes matavam os animais e iam para o curtume para curtir os couros. O pessoal vendiam lá. Era um meio de vida, de ter salário. Antigamente não se falava em salário, diziam “vendi por tanto” e tinham seu dinheirinho e faziam suas feiras.

29. Gostaria que você definisse a importância de Joaquina Moreira como professora em Alagoa Grande.

Resposta: Ela começou em Espalhada, ensinou naquela região, ao pessoal todo. Em Buraco D'água, Genipapo, Gregório, até em Barra Nova tinha alunos para ela. Ela veio morar na cidade e quando ela chegou a Alagoa Grande, a maioria das pessoas estudaram com ela. Ela ensinava particular. E foi a melhor professora do município e do estado daqui. Não diminuindo as outras, que todas são boas, mas estou me referindo “àquele tempo” era difícil demais.

30. Há quanto tempo atrás?

Resposta: Uns 60 a 70 anos. A maioria das pessoas estudou com Joana Moreira.

31. E você, como se define como pessoa? Como professora Josefa Pimentel Cassimiro Neném? Se defina.

Resposta: Eu me sinto uma pessoa, uma mulher feliz, porque ensinei 37 anos. Se não sou mais reconhecida na cidade, mas eu tenho a minha memória, meu raciocínio. E sei que fui uma boa professora. Tive alunos que se formou. Que estudou as primeiras séries até a quarta série comigo. Especialmente Gracilete, filha de Antônio Pereira. Ela veio para o colégio e eu fui

muito bem elogiada e até chamada, vieram me agradecer pela maneira como ensinei na zona rural. Aquela menina que foi estudar no colégio das freiras, e tirava em primeiro lugar. Para mim foi um prazer. E eu me sinto uma professora aposentada.

32. E se você for convidada para depois desse trabalho nosso, para ser uma professora protagonista. Facilitadora do processo aqui em Alagoa Grande, num trabalho de formação com a comunidade rural ou institucional, você se predispõem a colaborar?

Resposta: Sim, Socorro. Com o meu jeito, como sou, você sabe que a educação está totalmente diferente das antigas. Que era “ba a bá; be é bé; be e bi”. Mas, direi alguma coisa que estiver ao meu alcance.

33. Você permite colocar sua imagem e as respostas respondidas na Tese?

Resposta: Sim.

Fim da entrevista 2.

Entrevista 3 – Tia Carma.

Nome: Maria Francisca da Conceição (Conhecida como Carma).

Idade: 78 anos.

Religião: Católica.

Escolaridade: Analfabeta.

Estado civil: Solteira.

Local: Sua residência em Alagoa Grande, Paraíba.

Ano: 2019.

1. Pesquisadora: Bom dia, Tia Carma.

Resposta: Bom dia, minha sobrinha.

2. Eu estou aqui para fazer um trabalho de pesquisa da Universidade Federal do Ceará lá em Fortaleza, onde eu estudo. A pesquisa é sobre nossas famílias: Pimentel, Cosmo e Laurentino. Eu irei procurar saber as histórias do passado, dos nossos avós, nossos bisavós, a história da família. O que a Senhora puder ajudar será muito importante. Irei iniciando perguntando o nome da Senhora.

Resposta: Maria Francisca da Conceição.

3. A sua idade?

Resposta: 78 anos.

4. A Senhora nasceu onde?

Resposta: Sítio Buraco D'água.

5. Diga o nome dos seus irmãos?

Resposta: Quatro irmãos: Francisco Laurentino dos Santos, José Laurentino dos Santos, Antônio Laurentino dos Santos. José Laurentino dos Santos. São dois, o mais novo, porque são 2.

6. E suas irmãs?

Resposta: Rita Francisca da Conceição, Benedita, Alaíde, Joana, Maria de Lourdes, Josefa, Maria (Mercês), Dulce.

7. A Senhora tem quantos filhos?

Resposta: 4 filhos.

8. Como se chamam?

Resposta: Antônio, Luciana, Arnaldo e Arnóbio.

9. A Senhora tem netos?

Resposta: Sim.

10. Quantos?

Resposta: 4 netos.

11. Pode dizer os nomes deles?

Resposta: Adriana, Gerlane, Ana Paula e Joalison.

12. Tia, a Senhora tem alguma lembrança lá do sítio? Qual lembrança que a Senhora tem lá do sítio Buraco D'água? Lembrança da infância?

Resposta: A lembrança que tenho era que meu pai trabalhava muito. No fim da idade “aleijou” cortou uma perna, ficou “paralítico”. O que posso falar é isso, depois disso, ficou sem trabalhar.

13. O que era que marcava mais a vida de vovô no sítio? Que reunia a família?

Resposta: Era quando casava uma filha, reunia toda a família dele para tá com a gente, com ele.

14. A Senhora lembra-se de outro momento de festa?

Resposta: Não.

15. A Senhora lembra que ele gostava de matar porco? E nesse “matar do porco” a Senhora lembra-se de algum fato, o que era o que acontecia?

Resposta: Sim. Lembro, lembro. Ele cortava aquelas carnes e vendia para sobreviver. Ele era um bom pai.

16. A Senhora da sua avó, a mãe de vovô, e da sua mãe?

Resposta: Não me lembro não da minha avó, nem da minha mãe, porque eu era muito nova e quando ela morreu eu tinha três anos de idade.

17. Quem criou a Senhora?

Resposta: Foi minha irmã Joana mais pai. Ela criou o resto tudim. A mãe que conheço é ela, Joana, a minha segunda mãe, ela criou os treze irmãos.

18. A Senhora lembra quando Joana começou a namorar o Pimentel? Fale um pouco sobre o namoro e o casamento deles.

Resposta: Me lembro que quando ele começou a namorar com ela disse “vou me casar com ela”. É a menina que escolhi pra me casar. A mulher que chegou no meu pensamento foi ela, dizendo a pai isso. Ele gostava muito dela.

19. A Senhora lembra-se do casamento?

Resposta: Lembro. A testemunha dele foi comadre Dinda e compadre Toinho. E o dela foi Benedita com o marido dela, José João da Silva.

20. Tia, a Senhora percebeu naquele período, se existia algum preconceito de cor com relação a papai?

Resposta: Existia não. Ele era muito considerado, todo mundo considerava ele. Cor não vale nada não. Todo mundo abraçava ele, Socorro.

21. Como era que a Senhora via papai?

Resposta: Eu via que ele chegava muito limpo, sabia falar com o pessoal. Ele era uma pessoa “morena”, mas muito querido.

22. E como a Senhora via mamãe, que ainda é viva e que a Senhora considera a segunda mãe?

Resposta: Ainda considero. Ela nunca trabalhou, só era cuidando dos irmãos na roça.

23. E de quantos irmãos ela cuidou?

Resposta: Quando mãe morreu deixou quatorze filhos. Ela quem cuidou dos treze filhos, dos treze irmãos até casar. Lourdes, a mais nova, foi morar com ela depois que casou.

24. E vovô não quis casar?

Resposta: Não.

25. Ele enviuvou com quantos anos?

Resposta: Eu não sei dizer. A minha mãe morreu de parto. Ele ficou novo e não quis casar mais não.

26. A Senhora tem lembrança de felicidade? De alguma lembrança boa?

Resposta: Ele era um bom pai.

27. Como a Senhora vê o antigamente para hoje lá do sítio?

Resposta: A vida do sítio era boa. Agora tô mior porque antes morava no que era dos outros, hoje tô no que é meu. Por fraquinha que seja a minha casa é, mas é minha.

As lembranças.

Depois que mãe morreu, pai não quis casar. Os irmãos casaram, outros foram para o Rio de Janeiro (José, Antônio, Alaíde) não vimos mais. Maria também fugiu de casa. Somente depois soube que tava no Recife. Tem Dulce em João Pessoa e Joana. Outros morreram. Pai também morreu, Lourdes, Preta também. Hoje, cada um no lugar. Mas sinto saudades do tempo em

Buraco D'água. Mesmo com dificuldade, a gente era uma família que gostava um do outro. Moro no que é meu hoje, com meus filhos e tenho uma aposentadoria. Eu agradeço a Deus por você ter vindo em minha casa, que é uma das minhas sobrinhas que gosto e respeito muito.

Pesquisadora: Eu que agradeço a Senhora pela atenção e por receber-me em sua casa. Sua bênção?

Resposta: Deus que lhe abençoe.

Término da entrevista 3.

Entrevista 4 – Minho.

Nome: Maria do Carmo Moreira de Oliveira Araújo (Conhecida como Minho).

Idade: 69 anos.

Religião: Católica.

Escolaridade: Superior Completo.

Estado civil: Viúva.

Local: Sua residência em Alagoa Grande, Paraíba.

Ano: 2019.

1. Pesquisadora: Boa tarde, Minho. A minha presença hoje em sua casa tem como objetivo fazer uma conversa com você a respeito da sua mãe, minha ex-professora, Dona Joaquina Moreira (Dona Joana Carvalho Moreira), minha professora negra influente na educação de Alagoa Grande à época. Diga-me seu nome completo?

Resposta: Maria do Carmo Moreira de Oliveira Araújo.

2. A sua idade?

Resposta: 69 anos.

3. A sua cor, como você se classifica?

Resposta: Eu acho que negra né, me considero negra.

4. O seu estado civil?

Resposta: Viúva há oito anos.

5. A sua religião?

Resposta: Católica.

6. A sua escolaridade?

Resposta: Terminei o Superior em Comunicação Social e Geografia em Campina Grande, na regional. Na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB – Guarabira).

7. Você tem filhos? Os nomes das suas filhas? E como elas veem sua identidade étnica?

Resposta: Tenho duas. As minhas filhas, uma mora em Guarabira – PB. Ela é artesã, dá aula de artesanato pela internet e presencial em curso em João Pessoa e Recife para festas (decoração e lembrancinhas). O nome dela é Aluska, é casada. A outra, Andressa, terminou agronomia em Areia, depois, mestrado e, agora, faz doutorado em Mossoró, Rio Grande do Norte. É solteira e mora comigo. No momento está morando em Mossoró. Aluska tem 27 anos e Andrezza tem 31 anos.

8. Atualmente, você está trabalhando?

Resposta: Não. Estou aposentada pelo estado (PBPREV) como professora.

9. Você tem irmão, irmã?

Resposta: Tenho uma irmã que se chama Maria do Socorro. Ela mora no Rio de Janeiro. É mais velha do que eu cinco anos. Então tem 74 anos.

Pesquisadora. Agora vamos falar da história e da memória da sua mãe, Joana Carvalho Moreira.

10. O nome completo dela?

Resposta: Joana Carvalho Moreira.

11. O estado civil dela?

Resposta: Casada.

12. A cor dela?

Resposta: Negra.

13. A data de nascimento dela?

Resposta: 4 de outubro de 1915.

14. A data de falecimento dela?

Resposta: Morreu com 84 anos. Data de falecimento em aberto.

15. A profissão dela?

Resposta: Professora primária.

16. Você sabe por quantos anos ela exerceu a profissão?

Resposta: Mais de 30 anos. Ela antes era professora de Espalhada, trabalhando como funcionária contratada pela prefeitura municipal de Alagoa Grande, depois que ela se aposentou do estado, em 1975, criou a escolinha aqui em Alagoa Grande.

17. Como era o nome da escola?

Resposta: Escola particular Nossa Senhora Do Carmo.

18. Fale quem era a professora Joaquina Moreira para educação Alagoagrandense?

Resposta: Considerada por todas as pessoas como uma mãe e educadora exemplar. Gostavam da maneira como ela ensinava. A cidade de Alagoa Grande quase todo mundo passou por ela. Hoje tem médico, advogado, agrônomo e outras profissões que foram alunas (os) dela.

19. Como você vê na atualidade, hoje 2019. A história, as contribuições de Joana Moreira para a memória e história e a atualidade na educação de Alagoa Grande. Como você vê sua mãe? Como analisar hoje?

Resposta: Hoje, de maneira que está, vejo que as pessoas não gostam da maneira como ela era antigamente. Porque não sentem mais respeito ao professor como antigamente. Eu fui professora e sei como é atualmente.

20. E como você se vê morando na mesma casa que foi a escola da sua mãe?

Resposta: Eu adoro. Muita gente manda eu vender, comprar uma casa menor, mas se Deus quiser, eu permanecerei nesta casa.

Pesquisadora: Irei falar da identidade étnico-racial.

21. Como você se vê como uma pessoa negra? E como você assumiu? Nós sabemos que em nossa memória estão registrados fatos que marcaram as nossas vidas. E como você foi uma professora negra, tem alguma marca que aconteceu em sua vida como professora, você sofreu algum tipo de racismo na escola ou na sua cidade?

Resposta: Olha, Socorro, parece mentira, mas nunca sofri. Ninguém me rejeitou em nada. Teve bullying comigo quando eu era magra, quando estudava no colégio, me chamavam de macarrão, tive bullying, mas de cor, não.

22. Mas você já percebeu isso em sala de aula?

Resposta: Sim, às vezes as crianças ficam tentando rejeitar os alunos “mais moreninhos”. E eu até falava que não era para ser assim que todo mundo é igual. Faziam nas outras salas de aula com outros alunos. Se fizeram comigo eu nunca percebi.

23. Quais as escolas que você trabalhava aqui em Alagoa Grande?

Resposta: No Apolônio Zenaide, que é uma escola do estado. Trabalhei 14 anos lá, depois fui para o Centro de Treinamento por conta do CEPES (Centro Paraibano de Educação Solidáriaesse projeto já não mais existe no governo estadual), que eu ia ganhar mais e me aposentei lá no Centro de Treinamento.

24. Vamos fazer uma memória do Centro de Treinamento, já que você falou dele. O que significa esse Centro de Treinamento para a educação de Alagoa Grande. E como era a diretora, dona Dorinha?

Resposta: Dona Dorinha era uma diretora exemplar. Era um colégio que até o filho do prefeito estudava lá. Porque tinha ordem, disciplina, tinha tudo limpo, organizado, numa organização total.

25. E na atualidade, como está o centro de treinamento?

Resposta: Hoje mudou de nome, tem outra diretora. É outra escola (a saber) mudou muito e está bem diferente do tempo de dona Dorinha, que veio para organizar. Ela não é mais diretora, se aposentou e mora em João Pessoa.

26. Estou de mãos de um livro sobre a – Educação e Educadoras na Paraíba no Século XX: Práticas, Leituras e Representação – um livro organizado pelo professor Charliton Machado e a professora Maria Luiza Nunes e dentro desse livro, existe um artigo intitulado “Alguém sabe quem foi Joana Carvalho Moreira?” que fala da história da sua mãe. Os autores Kally Barbosa Andrade e o Charliton Machado. Como você viu a história da sua mãe sendo exposta e sendo contada em um livro de educação financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de

Desenvolvimento e Tecnológico), que é uma instituição. Nacional que trabalha com o científico e tecnológico.

Resposta: Sabe, Socorro. Eu fiquei orgulhosa com esse trabalho que a Kally fez com a minha mãe, porque ninguém nunca teve para falar dela, fazer um livro com ela. Por isso, achei excelente. Gostei demais porque a minha mãe tinha as qualidades, sabia quem vivia por aí, mas um livro, você sabe, abrange por muitos locais. O meu primo veio do Rio de Janeiro, ficou encantado com esse livro e levou até um.

27. E qual o significado desse livro para você?

Resposta: Está sendo uma relíquia, tudo que existe de bom.

28. Podemos considerar uma relevância histórica para o município? Um reconhecimento educacional, uma memória histórica?

Resposta: Sim, esse livro é tudo isso para ela.

29. Se ela estivesse viva, o que você acha como ela receberia essa homenagem?

Resposta: Feliz, porque ela merecia. Ela já foi homenageada na Câmara dos vereadores daqui, não sei o vereador que fez a homenagem pela Rua Doutora Joselice que é em seu nome. Foi a Doutora Joselice, a filha de Zé Macário da farmácia, ela é a dona do supermercado. Ela gostava muito dela e disse que, Dona Joaquina era uma pessoa tão boa e não tem uma rua em sua homenagem. A Rua Joana Moreira fica no conjunto CEASA, que fica no início da entrada da cidade, vindo de João Pessoa.

30. Como é que você vê Dona Joaquina, como uma mulher negra da sua época, da década de 20, uma professora do passado para a cidade de Alagoa Grande?

Resposta: A importância dela, os alunos, os pais, o povo em geral falam ainda hoje que “se não fosse Dona Joaquina, eu não tinha aprendido”. Ela, por ser uma professora negra naquela época,

era muito respeitada e querida. E o acesso à educação para pessoa negra era difícil. Imagine se a professora de pessoa branca?

31. Cite pessoas negras referências na cidade para você, no passado e na atualidade e por quê?

Resposta: O médico Dr. Fernando, Ana professora Querumbina, que não era daqui e morou muito tempo aqui, que foi minha professora, e a minha mãe, Joana Moreira, também Marlene Brito fazia projetos. Também a Professora Nice Brito, que era amiga da minha mãe, trabalhou no mesmo grupo, no sítio “15”.

32. Fale de você. Quem é Maria do Carmo Moreira?

Resposta: Fui professora, respeitada pelas minhas colegas de trabalho, gosto muito delas, ainda mantenho amizade. Elas vêm na minha casa, e eu vou nas delas. Os meus alunos têm muita satisfação por mim e consideração.

33. Você pode citar autoras nos livros didáticos, heróis ou heroínas negras que você trabalhava em sala de aula?

Resposta: Estou esquecida. Mas trabalhava.

34. Quais datas você acha importante? Podemos discutir racismo?

Resposta: As datas, não lembro, mas é da Consciência Negra. Hoje, eu acompanho o que ocorre na cidade sobre o assunto que tem atividades. Na cidade, todos os anos.

35. Se por acaso for necessário, faremos uma conversa de reflexão aqui no meu município de Alagoa Grande sobre relações étnico-raciais. Sei que existe trabalhos aqui iniciados, mas a partir desse nosso trabalho de Pesquisa, com pessoas que colaboraram com a pesquisa. Para termos um momento de discussão, reunião e repasse dos resultados da pesquisa, a devoluta. Você se predispõe a estar conosco?

Resposta: Sim, é só você avisar. Gostei muito de ter participado da pesquisa, de ter falado da minha mãe, das minhas filhas. Eu adorei.

Pesquisadora: Finalizando, agradecimentos pela acolhida e pelo recebimento de um exemplar do livro “Educação e Educadoras na Paraíba do Século XX – práticas, leituras e representações” muito significativo para mim, em específico da página 53-67, que explana acerca de quem foi Joana Carvalho Moreira (a professora Joaninha Moreira). Um livro que trata das práticas pedagógicas de Dona Joaninha Moreira, a minha ex-professora negra do primário que estudei em sua escola, Nossa Senhora do Carmo, que tenho como uma das maiores referências de mulher educadora. Ser humano que quebrou barreiras atitudinais, resistente ao racismo na educação branca local patronal, colonizadora. Assumidamente negra, de atitudes firmes, determinantes que nos espelhávamos pela elegância estética na sua caligrafia e oratória impecáveis. A professora Joana Carvalho Moreira trago na memória da educadora que se assemelha ao meu jeito de me posicionar, frente aos desafios na relação institucional. Os seus ensinamentos da época (postura, responsabilidade, respeito e amorosidade aos mais velhos/as), pontualidade, honestidade e princípios morais para estar e sentir-se parte do mundo respeitando delimitando os espaços meu e do outro. Devo muito a ela. Na circularidade do conhecimento universal. Época que não se fala do racismo com tantos elementos concretos reais dos processos excludentes do racismo declarado ou silenciado, na sociedade alagoandense do passado, e ainda hoje, fortemente expresso nos espaços de poder e decisão, nas relações institucionais e interpessoais. Mascaradas pela “ideologia dos iguais”. Ela me ensinou a ser uma boa profissional, ter caráter, dignidade e saber conduzir uma sala de aula. A minha referência primeira de professora, Joana Moreira é para mim, referencial. Ela me marcou profundamente de forma positiva.

Entrevista concluída em 01/06/2022. Tempo: 27 minutos e 24 segundos.

Término da entrevista 4.

Entrevista 5 – Historiador José Avelar.

Nome: José Avelar Freire.

Data de Nascimento: 06/11/1950.

Natural: Alagoa Grande-PB.

Idade: 72 anos.

Escolaridade: Superior Completo em História (UEPB – Guarabira, com especialização em História do Brasil no cotidiano do século XX).

Estado civil: Casado com Senhora Rosiane Maria Galdino Avelar (Diana).

Local: Rua Getúlio Vargas, 742 – Centro – Alagoa Grande, Paraíba.

Ano: 2022.

1. Você como historiador alagoagrândense pode fazer uma análise dos ciclos da economia, da história de Alagoa Grande desde o século XIX de emancipação como a cidade, dos ciclos que passaram (o antes, o durante o depois). Fale das fábricas de algodão, da agave, dos engenhos, da rede ferroviária para chegar na atualidade, no caso Camará⁷.

Resposta: O nosso município, inicialmente, pertenceu ao território de Mamanguape, pois, nesta região vieram as expedições, os colonizadores. A primeira entrada do homem branco no território de Alagoa Grande, em 1625, através de uma expedição representando o Reino de Portugal, comandada por Manoel Rodrigues partindo de Mamanguape. E o sentido ainda não era habitar a região, mas extrair pedras preciosas, as quais não foram encontradas. Ao final, a expedição retorna à capitania Paraíba no intervalo até 1641. Pois, no início da década de 1630, os holandeses ocupam Paraíba, portanto, o projeto de povoar a área pelos portugueses foi interrompido pela invasão holandesa na Paraíba. Em 1641, comandada pelo governador Elias Herckmans, chega a expedição no território alagoagrândense, a mando do Conde João Maurício de Nassau. A expedição dos holandeses também não encontrou ouro, pedras preciosas, que também era uma finalidade deles. Ao retornar para a capital da Capitania, o tempo que eles planejam para organizar invasão do ao interior do território, tanto o paraibano quanto os demais estados. Os portugueses acabam retornando à colonização, e daí em diante, até o intervalo de 1700, não aparecem mais o homem branco. Em seguida, a este período, começou a chegar os colonizadores luso-brasileiros para povoar a região. Em 1710, chega o Alferes⁸ Isidoro Pereira

⁷ Camará – A barragem que se rompeu no ano de 2004 destruindo parte da cidade.

⁸ Antigo posto militar, equivalente ao atual de segundo-tenente. Responsável por carregar a bandeira de um regimento militar; porta-bandeira. Etimologia: Palavra derivada do árabe “al-fâris”.

Gondim com a imagem de madeira de nossa Senhora da Boa Viagem, padroeira, até os dias atuais do município. O alferes vem a mando do Reino de Portugal para administrar a colonização junto com a sua família e escravos. A partir daí, começa o processo de povoamento, integrando o que hoje são os territórios de Areia e Alagoa Grande, todos estes territórios na época, tudo ao município de Mamanguape. Em 1818, Areia se emancipa de Mamanguape, e em 1865, Alagoa Grande tem a sua emancipação oficialmente realizada. A partir daí, a produção de cana-de-açúcar começou a se expandir, como a do algodão, criando-se alguns engenhos, tanto que em 1900, Alagoa Grande tinha 26 engenhos. Dos quais, fabricavam aguardente, açúcar e rapadura, além de uma vasta produção de algodão. Os colonizadores depois de trazerem a cana-de-açúcar, trouxeram o gado para a região de Catingueira, que constitui a maior zona territorial do município, sendo esta 65% caatinga e 35% brejo. Neste tempo, o atual município de Juarez Távora que se emancipou no dia 16 de julho de 1859, ficou no período anterior, fazendo parte de Alagoa Grande, 113,50 km². Portanto, a cana-de-açúcar e o algodão se tornaram os produtos da economia do município, e outros produtos fazendo parte da alimentação do povo: fava, feijão, milho, maxixe, quiabo, abóbora etc. Assim, ultrapassando o século XIX, com 26 engenhos e uma produção de algodão, porém faltava um fator que impulsionasse a economia e o desenvolvimento humano em geral, e esse fator foi a ferrovia. Em 1901, no dia primeiro de julho, a ferrovia de Alagoa Grande foi construída. O trem foi uma luta de grande conquista, interligando o município e a capital, sendo, portanto, o primeiro município interligado com esse trecho: capital e interior, o projeto foi de 1874. Houve a tentativa de um decreto da Princesa Isabel para que houvesse a extensão da capital da Paraíba para Alagoa Grande. Em 1874, por razões econômicas e outros fatores não foi concretizado, esse foi parado. Diante disso, com o surgimento do trem, os setores de cana-de-açúcar e, principalmente, a produção de algodão, tiveram as suas exportações, tanto para o Rio de Janeiro e São Paulo, como para o exterior. Portanto, o governo passou a exportar algodão, principalmente para os Estados Unidos, Suécia entre outros. A Paraíba aumentou bastante essa exportação durante a segunda guerra de interdependência dos Estados Unidos. O território alagoagrاندense que era de quase 450 km², incluindo neste Juarez Távora, que também era caatinga, muito bom para o algodão. A partir de 1901, o município de Alagoa Grande passou até algumas descaroadoras de algodão, vapor de algodão, chegando a ter 24 com a chegada do trem. Além disso, houve a tentativa de exportação da rodovia para Cajazeiras, que a ferrovia central da Paraíba com objetivo justificado de que, o Brejo supriria o Sertão na época das secas com alimentos, a fim de evitar o êxodo rural. O segundo projeto proposto era diminuir a dependência econômica que a Paraíba tinha de Pernambuco, com essa ferrovia central que

partiria de Cabedelo a Cajazeiras passando por Alagoa Grande, porém, o projeto foi arquivado. Outro problema surgiu, os proprietários rurais de Alagoa Nova, ao contrário de Alagoa Grande, passaram a pedir grandes indenizações para o trem passar por suas terras. Também, as ferrovias aumentaram os números de descaroadoras, o comércio grossista começa a ser mais desenvolvido, de 1902 a 1910 somado a Paraíba, pois quem abastecia o comércio do Sertão e Cariri era o município de Areia, com mercadorias trazidas por animais, vindo de Goiânia e Recife. A partir do trem, aqui em Alagoa Grande, o comércio no Sertão e no Cariri, passou a buscar neste município porque o trem trazia um volume maior de mercadorias, e, conseqüentemente, ocorre uma diminuição na demanda em Areia. Porém, o comércio quase fechou devido à cidade Campina Grande, que passa a ser líder nas opções de mercadorias para o interior, abastecendo essas regiões. Porém, a partir de 1901, quando Campina Grande vai tomando o comércio, Alagoa Grande manteve o algodão, que a manteve como líder do comércio grossista por 10 anos. Em 1918 chega a primeira indústria de maior porte para o município: A Ortopedrosa de Natal – Rio Grande do Norte, com 2 prensas para fardos de 200 kg de algodão. Porque quando eu ainda não tinha o trem, os fardos chegavam 25 kg, porque eram transportados por animais, buscando Mamanguape ou tinha um Porto Salema. E, de lá, o algodão ia para Recife em fardos, com a chegada do trem, Alagoa Grande passa a enviar algodão a partir do seu município. As descaroadoras se modernizam e passam a ter fardos de 110 kg, com as indústrias, chegou a 200 kg. Porém, as 24 descaroadoras se mantêm porque a concorrência era de apenas uma indústria. Nos anos 20 chega à indústria e Anderson Clayton, fábrica dos Estados Unidos das Américas, construindo grandes armazenamentos. Após a saída dessa indústria a Soécia Não ocupou o seu espaço, e depois, desce para o Banco do Brasil. O Sisal chega em Alagoa Grande nos anos 40, através de Gedeão Ângelo Amorim. Estoura no preço superando o algodão. Por outro lado, Anderson Cleyton volta e compra o maquinário da Soécia, uma parte para o centro da cidade e se instala ali. Dessa forma, Alagoa Grande passou a ter três indústrias beneficiando algodão. O trem nos anos 40 começa também a transportar para a capital João Pessoa, aguardente, rapadura e, principalmente, o algodão o sisal. A economia nos anos 40 era sustentada pelo algodão em primeiro lugar e, pela cana de açúcar em segundo lugar. Depois, o sisal supera o algodão e a cana-de-açúcar em preço, passando a ser o principal produto exportado exportação de Alagoa Grande e do nordeste. O sisal tem uma fase curta, mas a partir dos anos 48 e 49 ele passa a ter um preço mais forte. Nos anos 50 as indústrias funcionam plenamente. Em 1958 é fundada uma indústria local, a Camargo Correia (uma cooperativa mista) quando os novos sócios produzindo sisal, passando assim a ter 4 indústrias. Quando o sisal toma a frente do algodão. E somente a indústria, a Conde, fica com o sisal, encarecendo o

algodão e, assim, predominando em toda a Paraíba durante os anos 50 e 60. Portanto, nos anos 50, as sequências dos produtos ficaram da seguinte forma: sisal em primeiro lugar, algodão em segundo lugar e, cana-de-açúcar, em terceiro lugar. Evidentemente esta economia favorecia bem mais os proprietários, enquanto os trabalhadores viviam em regime análogo à escravidão. Não havia salário mínimo, as leis trabalhistas não abrangeram o campo e não havia aposentado rural.

2. Como era a mão de obra escrava?

Resposta: Não havia escravidão, mas os trabalhadores eram semiescravos. Não havia salário mínimo, as leis trabalhistas não atingiram o campo, e não havia aposentadoria rural. Hoje, a situação é de muitos aposentados (homens e mulheres), antes muitos pediam esmolas.

3. Existe algum registro de escravos negros africanos que vieram para Alagoa Grande?

Resposta: Sim. Os do Quilombo Caiana dos Crioulos. A fundação Palmares atesta em ofício transcrito em 1999, enviado à Associação de Caiana dos Crioulos, reconhecida como exquilombo. Enquanto a comunidade Vertente não se reconheceu, porque quando foi feito o estudo de Caiana dos Crioulos, que tem traços africanos, baixos, fortes e “parrudos”, retintos. Os (as) negros (as) de Vertentes são de outra nação, são altos, magros, as meninas parecem “manequins” e “menos pretos”. A comunidade Vertente para Caiana dá 13 km. Vertente tem terrenos égrimos parecidos com a Gruta dos Trindades, que é a família mais velha da região. Na atualidade, parte deles saíram de lá para o Assentamento Maria da Penha II, porque ganharam terras lá. O acesso para a vertente é difícil. Quando foi feito o estudo sobre os quilombos na Paraíba, o movimento negro através do padre italiano Luís Zadra (hoje não é mais padre) casou com a negra Luzia de Campina Grande, socióloga e do movimento negro. Também com apoio de Lúcia Júlio Caetano daqui de Alagoa Grande, fizeram o estudo junto aos representantes da Fundação Palmares. E os moradores de Caiana se reconheceram como netos de escravos. Assumiram fato importante, fundamental para o reconhecimento pela fundação Palmares. Enquanto os moradores de Vertente não se assumiram descendentes de escravos, por receio de perderem as terras adquiridas do Assentamento Maria da Penha II. “Não. Não. Meus avós e bisavós não foram escravos não! Não moça, nós não! O pessoal de Caiana sim! Nós não!” (depoimentos dos moradores da comunidade vertente, segundo o historiador José Avelar). Com esse depoimento, o não assumir a sua ancestralidade não foram reconhecidas.

Então, Caiana dos Crioulos assumiu, foi reconhecida e titulada. Na economia, quando o trabalhador rural até os anos 60 e 70, não tinha aposentadoria, eles pediam esmolas. Eram muitos casais pedintes, que para os filhos não passarem necessidade, os filhos viajavam para o Rio de Janeiro. Com a expansão da Usina Tanques, a partir de 1950, os senhores de Engenhos começaram a desativar seus engenhos e os fornecedores de cana, que era mais vantagem e começaram a desempregar. E como não havia nenhuma lei que protegia os trabalhadores, nem os jogadores rural, então muitos trabalhadores vieram morar no “Morro do Cruzeiro” e lá construíram suas casas de taipa, faziam pequenos roçados, se tornavam boias-frias, e os mais velhos que não podiam trabalhar “pediam esmolas”. Com a aposentadoria do campo, um salário mínimo, mudou a situação econômica. No engenho, antes o patrão pagava o que queria ao trabalhador, além das péssimas condições de vida das famílias. A mudança econômica trazida pela aposentadoria rural trouxe o fechamento dos engenhos e o desemprego. A Usina Tanques comprou muitos engenhos e os desativou, colocando o trabalhador para fora das terras. Tem engenho com até 70 casas. Ocorreu o êxodo rural em 1960. Com a queda do sisal e do algodão e o fechamento das indústrias, a Conde passou a empregar 600 operários e a Cleyton, 400 empregos. E com a derrocada dos engenhos milhares de pessoas viajaram para o Rio, São Paulo, João Pessoa e Campina Grande, causando uma grave crise econômica no município de Alagoa Grande. O trem é desativado em 1900 porque o governo militar impulsionava a hidrovía e o rodoviário via o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), e essa ideia vai aumentando com a revolução de 1969, o golpe militar. Mesmo com o lucro dos trens de passageiros e vagões de mercadorias, o trem acabou em Alagoa Grande, gerando uma crise tão grande que se criou uma frase: “Visite Alagoa Grande antes que ela se acabe”. Porque em 1965 ocorreu o fechamento da Anderson Cleyton. E no período de 10 anos fecharam indústrias, saída do trem, o colégio das freiras, coletoria Federal, IBGE, vários armazéns e restaurantes fecharam. O colégio São José sobreviveu e passou a ser estadual em 1969, passando a ser mista. Uma articulação de João Bosco Carneiro, Edmundo Miranda, João Craiz e Geraldo Costa, que foram solicitar ao governador João Agripino a estadualização do ginásio São José. Nos anos 80, pequenos agricultores sobreviveram à fase difícil. A usina se expande, comprando muitas terras, chegando a ter 7.500 hectares de Terra, devido ao fato de alguns proprietários da caatinga que plantavam algodão, venderam as terras. Depois que o algodão acabou, e mesmo criando gado, tiveram um grande prejuízo em relação ao algodão que não tinha mais espaço para a venda. Se instalando a criação de gado, na caatinga e no brejo, a cana-de-açúcar. A pecuária passou a ser predominante. Os jovens proprietários da família Veloso Freire, de João Pessoa, primos de

Aguinaldo Veloso Borges. Com o fim do algodão, compraram a propriedade dos “Zenaides”, porque ela era o celeiro de Alagoa Grande para a produção de alimentos, produção de algodão e criação de gado. Com essa derrocada do algodão, a fazenda “Bastiões” foi vendida para a pecuária. A população diminuiu e o desemprego cresce e o comércio cai. Então, chega aposentadoria rural. Hoje, Alagoa Grande tem 6.500 aposentados rurais, uma renda mínima de 5 milhões de reais por mês, só desse universo. Nos anos 88, com a nova Constituição, a mulher passa também a ganhar um salário mínimo. Começa uma nova fase econômica na cidade com a renda do homem do campo. Que passa a se aposentar, a comprar e girar o dinheiro aqui dentro. E muitos começam a comprar fora, porque o comércio aqui estava “fraco”, “caído”. O que acontece: os comerciantes mais jovens começam a investir nessa nova demanda, a se modernizar, abrir novas lojas, trazendo novas mercadorias, e assim, se começa a comprar na própria cidade. O comércio começa a crescer, a se expandir. O sindicato rural aposentando. E a partir de 1970, o funcionalismo municipal passa a crescer. A prefeitura começa a receber o FPM⁹ (O Fundo de Participação dos Municípios), que é uma transferência constitucional da União e a verba específica para a educação. Temos 45 escolas municipais. No tempo dos engenhos e sisal tínhamos umas seis. Com o prefeito João Bosco Carneiro criou o ciclo social, cresce o número de escolas e os outros prefeitos continuaram a fazer isso, gerando um bom número de empregos e circulação de dinheiro. Temos 5 escolas estaduais, a UAB (Universidade Aberta do Brasil) do segundo governo Lula, com 9 cursos: Inglês, Francês, Espanhol entre outros. O campus chama-se Manoel Rodrigues em homenagem ao pai do professor Rafael da universidade de Campina Grande (UFCG), que teve a iniciativa de fazer o projeto e enviou para Brasília e, foi aprovado. O projeto de João Bosco Carneiro aceitou e disponibilizou o prédio e parte dos funcionários. O governo federal fornece o material, os professores à distância e presenciais. O diploma é fornecido pela Universidade Federal de Campina Grande. Temos alunos de Campina Grande, Alagoinha, Guarabira, Areia e Alagoa Grande. O prédio funciona no CAIC, onde parte desse prédio funciona o Instituto Desembargador Ciro Montenegro, no prédio do Colégio das Freiras desde 2009. Também temos 6 escolas particulares. Outra coisa, temos 17 assentamentos. Somos o município com o maior número de assentamentos na Paraíba. São 12 estaduais e 5 federais, são eles: O Assentamento Maria da Penha, Margarida Maria Alves, Cassimiro José Hortêncio.

⁹ FPM – Fundo de Participação dos Municípios – é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, 1,b) da União para os estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Fonte: Google 2022.

3. Fale da importância das missões e de Frei Damião?

Resposta: Frei Damião fez história aqui. Inclusive ao lado da igreja, tem uma estátua que monsenhor José Nicodemos fez em um monumento em Guarabira em homenagem ao Frei Damião e mandou construir uma estátua ao lado da igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem. O Frei Damião foi uma necessidade, e hoje, talvez, fosse necessário. No tempo que atuou no Nordeste, aqui, ele “ameaçava”, “condenava” as pessoas amancebadas (aquelas que não eram casadas na igreja). “As pessoas que bebiam” que faziam “coisas erradas”. Por exemplo, “o cabra que morasse com uma mulher, depois deixasse”. Muita gente casou na igreja com medo de ir para o inferno, a pedido de Frei Damião. Ele dizia: “Os amancebados estão nas profundezas dos infernos. É um pecado mortal”. Frei Damião não era considerado um Santo e teve uma grande importância na religião católica do Nordeste. Ele passava a ideia de “Jesus”, de “Nossa Senhora”, do “céu” e do “inferno”. E assim, impedia de se fazer coisas erradas. As pessoas se casavam e as mulheres garantiam seus direitos, pois casavam na igreja e no cartório. E deixavam de ser amancebadas. Em seu tempo Frei Damião foi importante.

4. No cenário atual, como você vê Alagoa Grande?

Resposta: Com a aposentadoria rural, cria-se numa renda. Até os anos 2000 tinha 4.000 aposentados rurais. Com 1.200 pessoas na prefeitura entre ativos e inativos. Vários restaurantes, 6 pousadas, 33 lanchonetes, 5 supermercados, 1 Atacadão, 33 mercadinhos, 55 lojas da micro e macro, 5 pizzarias, 4 escritórios de advocacia, 9 farmácias, 10 padarias, 150 lojas, 3 agências bancárias, 1 agência do INSS, postos de combustíveis etc. Fabricamos a cachaça Volúpia Internacional. Temos a EMATER, com 4.000 produtores rurais. Temos feira de gado, que é a maior da Paraíba. Temos 3 feiras, que funcionam as quartas, sextas e sábados, com vários comerciantes da terra.

5. Como você vê a importância de Caiana?

Resposta: Caiana hoje é uma das referências históricas de Alagoa Grande. Em novembro, Caiana realiza uma festa acerca de 15 anos, que concentra muita gente de fora do país: Estados Unidos, Canadá, França, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e região. É uma semana de festa até culminar com a data do Assentamento de Zumbi. Caiana passou a ser objeto de estudos (Mestrados, Teses e Livros), reportagens de TV e jornais. Pela representatividade da etnia

negra, das características e costumes da cultura africana: os trajes, a dança, as manifestações, o lenço na cabeça lembra África. Caiana é muito importante para o município.

6. Fale sobre o caso Camará.

Resposta: O desastre, a impressão que passava era que Alagoa Grande tinha se acabado. Foi grave. As águas atingiram 33 ruas no ano 2004, 17 de julho. A enchente: A altitude aqui no centro da cidade é de 140 metros ao nível do mar, e a do município de Alagoa Nova é de 550 metros, então ela veio de lá em direção a parte mais baixa, penetrando no rio Mamanguape, através da Cachoeira Urucu, no 15, trazendo pedras, derrubando árvores... A barragem só tinha 2 anos de inaugurada. E a enchente transformou a cidade “numa loucura”, “desespero”, “alagamentos”, “derrubando tudo”. Morreram 5 pessoas. Muita lama nas ruas do Rio, da Glória, do Tacho, Macário de Castro, do Livramento, Mariano Rodrigues, Francisco Montenegro, Conjunto Vera Cruz, Banco do Nordeste, prefeitura, Grupo Escolar Apolônio Zenaide, Banco do Brasil, Câmara dos vereadores, a Praça do Banco do Nordeste. Entre desabrigados e desalojados foram 6.000 pessoas. O governo da Paraíba se instalou na cidade por 24 horas. O prefeito de João Pessoa da época mandou sua equipe fazer a limpeza da cidade. O apresentador da TV SBT, Gugu Liberato, fez campanha de donativos para o nosso município. O fato gerou comoção no Brasil, muita gente fez doações. Depois, veio a fase das indenizações de 400 casas. Até o ministro das cidades, Ciro Gomes, veio de helicóptero para o município para levantamento do ocorrido junto ao prefeito da cidade. Depois, começaram a chegar as verbas e indenizações das famílias. Ainda hoje, existem na justiça, 600 processos das indenizações consideradas injustiças em valores. Estão na fase de reavaliação de caso, por danos morais e materiais – o escritório de advogados Marcos Inácio tem mais de 500 casos. Até hoje temos conhecimento de pessoas que tomam remédio controlado porque perdeu tudo, e o valor simbólico não tem preço: “são memórias que o dinheiro não paga”. A zona rural foi a primeira a ser indenizada, através de o Projeto Cooperar, da Secretaria de Agricultura da Paraíba – foram 500 desabrigados que foram socorridos imediatamente. E por fim, a recuperação de Camará, e da cidade como um todo. A história da Paraíba entre 40 a 50 anos atrás, muitos fatos políticos foram instalados na nossa própria barragem, que é a Pitombeira, que foi feita só para Alagoa Grande, e com o estouro de Camará, que ia abastecer também Alagoa Grande, que é abastecida desde 1949 pela barragem de Serra Grande, uma pequena barragem de captação, não ficou mais suficiente para o número de pessoas que passaram a habitar na cidade e na zona urbana do entorno, crescendo o consumo. Com a diminuição do inverno e o desmatamento, as queimadas

causaram a diminuição do volume de água, necessitando de uma da barragem de acumulação. Sendo, portanto, conseguida pelo governador Ricardo Coutinho e o prefeito João Bosco Carneiro. A barragem ficou “só para nós”. Então, tirou-se Alagoa Grande de Camará. A nossa água é “doce”, “especial”. Foi inaugurada em 2016, com a capacidade de 2.950.000m³ (dois milhões e novecentos mil metros cúbicos) com o riacho da Serra Grande alimentando constantemente. A barragem Serra Grande/Pitombeira é uma compensação pelo que passamos com Camará.

Entrevistadora/Pesquisadora: Suas considerações finais.

Resposta: “Eu não me considero um relevante historiador. Eu sou um ‘rabiscador’. Um contador de histórias”. Historiador é grande responsabilidade, e eu ainda não cheguei aí, apesar de colocarem esse apelido em mim de “historiador”. Eu me sinto satisfeito porque as pessoas me procuram por causa do meu trabalho. Dou entrevistas em televisões, rádios, nas escolas municipais. O prefeito fez a proposta de adquirir os meus livros para serem adotados em toda a rede municipal de ensino. Essa lei foi sancionada pelo prefeito João Bosco Carneiro em 1997/1998, o projeto de lei do vereador Severino Antônio da Silva (Bibiu de Jatobá), que foi secretário de cultura. “Mas, esse projeto de lei ainda não foi colocado em prática por nenhum prefeito”. Enquanto isso, meus livros têm exemplares na França, Estados Unidos, São Paulo, Rio de Janeiro, Espanha e na região. “Importante é que a nossa história está sendo divulgada pelo mundo”. O meu primeiro livro lançou em 1996, o segundo em 1998 e em 2002 o terceiro, e assim prossegui. E agora estou no meu novo trabalho. Já recebi “menção honrosa” pelo conselho de cultura. Sou formado em História, com Especialização História do Brasil e no cotidiano do século XX. A minha monografia fala da ferrovia de Alagoa Grande, que será a segunda parte do meu novo livro: Alagoa Grande na economia, na cultura, na educação e na política, antes e pós-ferrovia. Muito obrigado pela oportunidade de fazer parte de sua Tese, Professora conterrânea, Socorro Pimentel.

Fim da Entrevista 5.

Entrevista 6 – Prima Fátima Solange.

Nome: Fátima Solange Cavalcante (Prima de Marielle Franco, Vereadora do Rio de Janeiro assassinada).

Natural: Alagoa Grande-PB.

Idade: 56 anos.

Escolaridade: Superior Completo.

Local: Bairro dos Bancários, João Pessoa – Paraíba.

Ano: 2018.

1. Fale da sua pessoa, identidade étnica, e do legado de sua família negra em Alagoa Grande, Paraíba.

Resposta: Em Alagoa Grande, a minha família logo cedo despertou para as questões raciais, tendo em vista que, tem uma comunidade chamada “Caiana dos Crioulos” que fez a diferença em nossa família e no jeito de pensar da minha avó Francisca da Silva, que era cozinheira. Ela fez coisas grandiosas em Alagoa Grande. E, outra coisa foi trazer justamente este legado para as mulheres negras da família, porque minha avó dizia “não existem tons diferentes de negro não”. “É negro” ou “branco”. Então, minha avó Francisca nos ensinou que a gente é negro pela questão do nosso saber. E da nossa ancestralidade. Por isso, entro nessa viagem da minha avó de entender o que é o movimento negro na Paraíba e no mundo e, sobretudo, o empoderamento das mulheres negras. Minha família, onde a minha avó era o comando de tudo, depois passou a ser minha mãe, Marlene, a ser o comando de tudo, e eu, como uma pessoa que militava e milita no movimento negro no Brasil, com os recortes de gênero. E até mesmo, dependendo do setor, atuei muito tempo com “capoeira” e “pastorais” – A Pastoral dos Negros – a minha história começa por aí.

2. E como você, nesse contexto econômico, político, educacional e, sobretudo, como prima de ícone de mulher negra na atualidade, Marielle Franco, como você traz para nós esse sentimento de pertença e perda?

Resposta: Falar de Marielle é uma coisa que, do meio para o fim, já choro. É muito triste ver o empoderamento que foi feito da nossa família para a Marielle, porque nós somos uma família em que as mulheres estão na frente dessa classe, no mundo como mulheres, empoderadas a minha avó, que já era uma mulher, quitandeira e que fez a diferença nos lugares em que estava.

Porque era uma exímia matemática. Eu sou de uma família de irmãos todos engenheiros e mulheres negras engenheiras mecânicas. A história de nossa família, esse ícone de Marielle era trilhar o caminho da gente, do que a minha avó queria para a gente, mulheres negras. A minha avó tinha um dizer: “O homem negro já tinha espaço por ser homem, e, nós, mulheres negras, não”, precisávamos, inclusive, galgar esse lugar. E o lugar era pela educação. Ela dizia “você têm que ir pra faculdade para ser gente” porque ela acreditava que a educação transformava a gente num ser humano melhor. E a minha mãe exigia mais, chegasse com muita garra e muita fibra. E, desse fruto vem a Tia Mara, que é a mãe da Marielle, que é uma das primeiras mulheres negras empoderadas, falando de negritude dentro da Universidade Federal da Paraíba, fazendo advocacia. Na época, inclusive, era ela e uma amiga negra que fazia Advocacia, o restante, somente homens brancos. Então, o legado deixado pela minha vó fez com que suas filhas estudassem. Dizer que a educação é tudo, sobretudo para as negras, fez a diferença e, foi desse fruto que nós trilhamos. Todas as mulheres da nossa família, minhas irmãs e minhas tias, todas têm seu legado com a educação, e os filhos e filhas entraram nesse legado coma a história de Marielle, que era extremamente acadêmica. Ela falava muitos idiomas, que é uma coisa que na minha família é comum. Família de mulheres negras que tem esse olhar e falar mais de uma de um idioma. A educação é, desde minha avó, o legado. Tinha que chegar tudo o que galgar tinha que ser através da educação. Marielle, esse ícone que é fruto que está no mundo, em 72 países, falando do seu jeito de fazer educação na nossa família. A minha avó colocou todas as filhas para serem professoras no MOBREAL. Ela dizia “tem que estudar inglês”. Ela era leiga, mas fez com que os filhos e filhas entendessem que, era pra chegar a uma universidade e, botasse os filhos para estudar inglês. Ela dizia “você têm que falar outro idioma, é pouco você só conhecer o Brasil”. É dessa história que eu venho como filha, neta de filó e como tia e prima de Marielle, porque a minha diferença de idade frente à Marielle é de vinte anos. “Ela não era só uma prima, para mim eu sou uma tia, ela era uma sobrinha”, mesmo porque tudo passava por mim, o jeito de ser, o cabelo, o empoderamento. Eu venho de histórias de pastorais, que quando cheguei no movimento negro, uma que queria que um movimento negro entendesse, era que a educação é o caminho. E quando eu cheguei no movimento negro da Paraíba, não se pensava desse jeito. Daí fui atrás de fazer cursinho. Eu já tinha o olhar da minha avó, que nós tínhamos um saber diferente por ser mulher negra, por ser de família, de negros. Que a gente sabia fazer bem feito. Porque essa coisa entre nós que é maior que o laço sanguíneo, é agregar pessoas para ajudar mesmo. A minha avó dizia “tem que achar a criança negra que está nas ruas”.

3. Eu gostaria que você falasse da sua experiência na educação étnico-raciais, e, como você vê o racismo no Brasil e na educação?

Resposta: Racismo é tão Sério no Brasil e, ao mesmo tempo, que deveriam empoderar as pessoas, escolarização para que as pessoas pudessem se defrontar com o racismo e saber o que fazer. Eu tenho um filho negro com um Nigeriano e, que em todos os espaços em que ele esteve na educação, ele foi discriminado. Mas, ele soube responder e fazer valer os seus direitos. Hoje ele mora na Suécia. Por isso, eu acho que a educação, enquanto a escolarização vai saber fazer esse benefício de mostrar para você que existe esse racismo e, sobretudo, o racismo no Brasil e no mundo inteiro. Nós que vamos para outros países percebemos que existe racismo no mundo inteiro, mas essa coisa de competência e enquanto ser humano faz diferença, mesmo como negro, então esse olhar, a gente lá fora não sabe como fazer aqui. Nós somos, nos dias de hoje, resultados dos dias difíceis, dessa conjuntura política.

Prima Socorro agradeço pela oportunidade de falar da nossa família, do legado das mulheres negras, da Marielle Franco, da minha avó Filomena, da minha mãe, do ser mulher negra empoderada na sociedade racista.

Muito obrigada, Tamos juntas!

Término da Entrevista 6.

Entrevista 7 – Professora Lúcia

Entrevista realizada em Alagoa Grande em 17 de abril de 2019.

Nome: Lúcia de Fátima Júlio (professora negra).

Idade: 64

Escolaridade: Superior (Agronomia e Licenciatura em Geografia).

Natural: Santa Rita-PB.

Residindo em Alagoa Grande desde criança.

Pai: Senhor Caetano (Um policial militar negro).

Mãe: não foi mencionado (era branca e dona de casa).

Irmãos/as: são 08, sendo 06 por parte do pai e 2 por da mãe.

Profissão: Professora da Educação Básica no Distrito Zumbi em Alagoa Grande. Ex-diretora da Escola Municipal Firmo Santino da Silva no Quilombo Caiana dos Crioulos/Alagoa Grande.

MEMÓRIAS

Trajetória de mulher negra: resistência e luta.

Primeiro ambiente social: Sua família.

A Escola: o primeiro momento de percepção que era diferente. Segundo a depoente, “criança não tem a consciência do racismo (cor)”. E fala emocionada: Para a criança negra é negada a afetividade e sempre é deixada de lado. Eu sempre fui excluída quando criança do teatro, do coral, no recreio, as colegas não permitiam eu brincar, ninguém queria brincar comigo e isso ocorre ainda hoje com outras crianças negras devido a cor da pele.

Hoje, como professora da educação básica, do fundamental I já tenho a percepção do racismo e faço a ponte com o meu trabalho na luta pela educação antirracista.

Sofri muito preconceito e racismo enquanto profissional da Agronomia na década de 80 no sul do país. Muitas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho em Londrina /Paraná. A abertura e inserção vieram quando trabalhei na EMATER em Alagoa Grande-PB e trabalhar em terras quilombolas.

Outra experiência foi a em realização do curso de licenciatura em Geografia na Universidade Estadual da Paraíba em 1999, que possibilitou o aprofundamento da história, cultura e pertencimento da negritude.

O Curso de Extensão sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, coordenado pelo professor Dr. Waldeci Chagas da UEPB/Guarabira-PB. Foi o início da reflexão da minha história, do preconceito, mostrando os porquês da exclusão na vida escolar. Tive a consciência de que era a cor da pele. A partir dessa constatação e percepção fui estimulada a discutir a questão da negritude e levar conhecimento para outras pessoas e grupos, jovens, periferia. A educação possibilitou conhecimento pela Licenciatura em Geografia, abrindo portas, outras reflexões sobre a discussão com autonomia do falar, do Silenciar.

O silenciar que me refiro ter a ver com pertencimento que as pessoas negras tem o conhecimento que nos foi negado, sobretudo na educação, na nossa religiosidade de matriz africana, o conhecimento acadêmico versus o não contado nos livros didáticos.

O silenciar frente às atitudes racistas versus a pobreza (social, econômica) que não falamos. Como professora da Escola Fundamental II Cândido Régis de Brito no Distrito Zumbi, trabalhamos o Projeto de Extensão da UEPB, o projeto A História e Cultura Afro-Brasileira com alunas (os) e as mães (aulas de artesanato), e com alunos a dança Hip-Hop.

Ainda, na minha prática pedagógica fui diretora do Núcleo de História e Cultura Afrobrasileira e Africanado município de Alagoa Grande no período 2010 a 2011, quando, realizamos formação com professores (as) na temática.

Na qualidade de diretora da escola municipal do ensino fundamental Firmo Santino da Silva do Quilombo Caiana dos Crioulos, promovemos juntamente com os professores Waldeci Chagas (UEPB) e Luis Tomás da UNILAB, palestras e implantamos no Projeto Político Pedagógico a disciplina História e Cultura Afro-brasileira e a Educação Quilombola.

Término da Entrevista 7.

ANEXOS

ANEXO A – Família Pimentel, Cosmo e Laurentino

Figura 42 – Casa da Tia Dinda – Serra da Paquevira-PB da esquerda para direita: prima Luzinete, tia Carma, prima Nazaré, primo Luiz, tio Toinho, tia Dinda, primo Pedro, primo Benedito, prima Zefinha, prima Ana e sua Filha



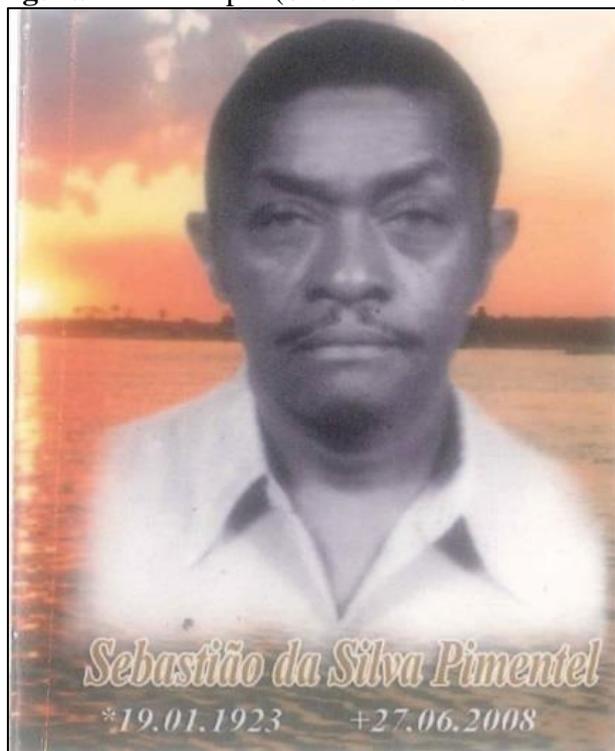
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2015.

Figura 43 – Mamãe Joaquina e Papai Pimentel no batismo da filha de Dinha (vizinha da família) na Igreja Senhor do Bonfim – Ilha do Bispo, João Pessoa-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2015.

Figura 44 – Meu pai (Sebastião da Silva Pimentel)



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2008.

Figura 45 – Da esquerda para a direita: Eu, meus irmãos: Gardel e Fátima em Alagoa Grande quando crianças junto com nossa mãe (atrás de Gardel)



Fonte: Arquivo pessoal da autora, sem data.

Figura 46 – Aniversário de 94 anos de Mamãe, da esquerda para direita: irmão Carlos Gardel, Minha mãe Joaquina, Minha tia Dulce, Minha irmã Fátima e Meu irmão José



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 47 – Da esquerda para a direita: Tio Toinho e tia Dinda.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2015.

Figura 48 – Da esquerda para a direita: Tia Carma e mamãe Joaquina em Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

Figura 49 – Minha mãe no Santuário Nossa Senhora da Penha



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 50 – Da esquerda para a direita: Tia Rita e Tio Zé Preto



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 51 – Prima Neném, filha de Tio Zé Preto e Tia Rita, a primeira professora do Engenho Buraco D'água em Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 52 – Meus irmãos, da esquerda para a direita: José e Fátima, quando crianças



Fonte: Arquivo pessoal da autora, sem data..

Figura 53 – Da esquerda para a direita: Meu irmão Carlos Gardel e eu, foto registrada em Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, sem data.

Figura 54 – Da esquerda para a direita: Eu, Tia Carma e meu Primo Antônio em sua casa – Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 55 – Da esquerda para a direita: Eu e Tia Carma em Alagoa Grande-PB



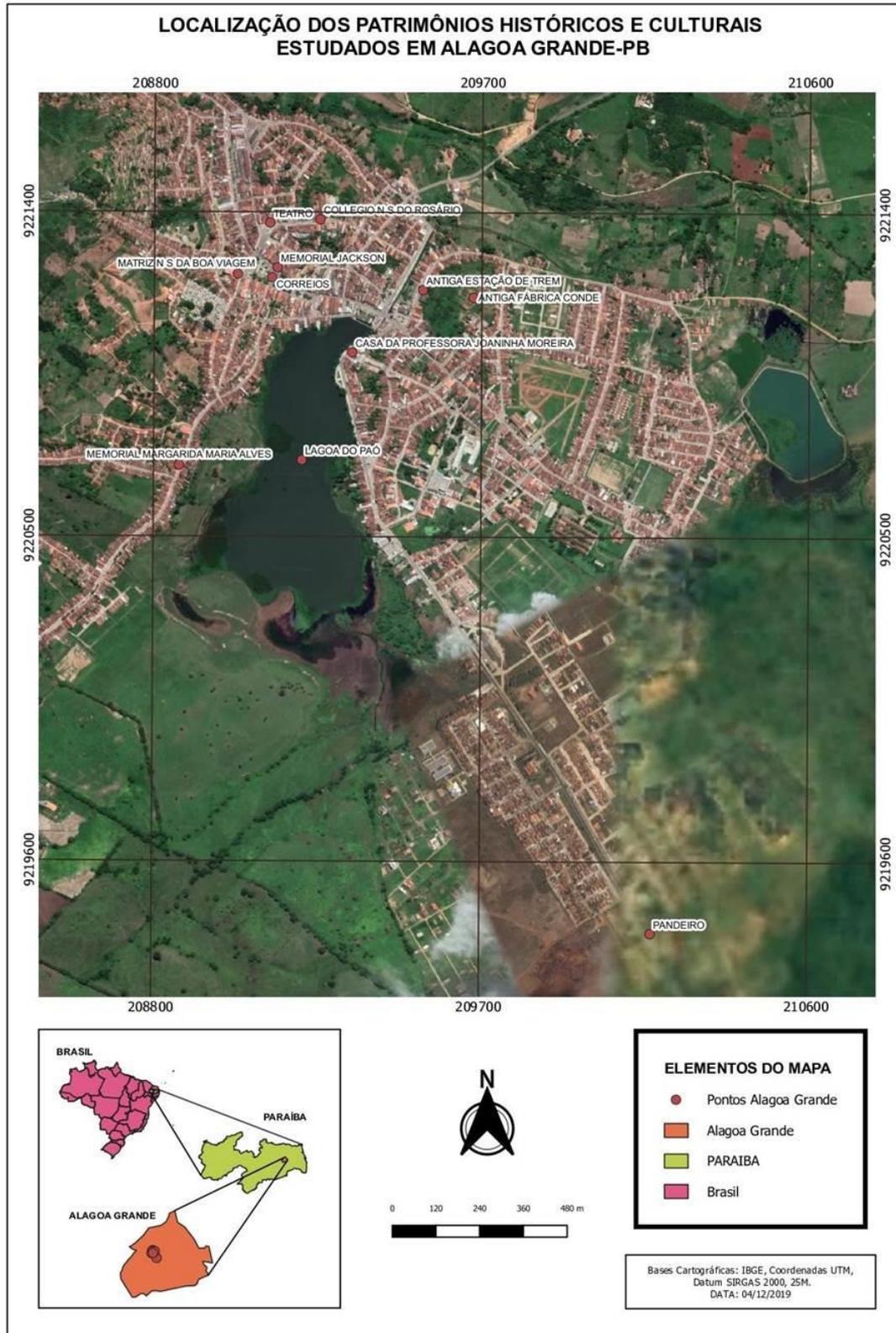
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 56 – José Danilo da Silva (Meu marido) no Memorial de Jackson do Pandeiro – Alagoa Grande-PB

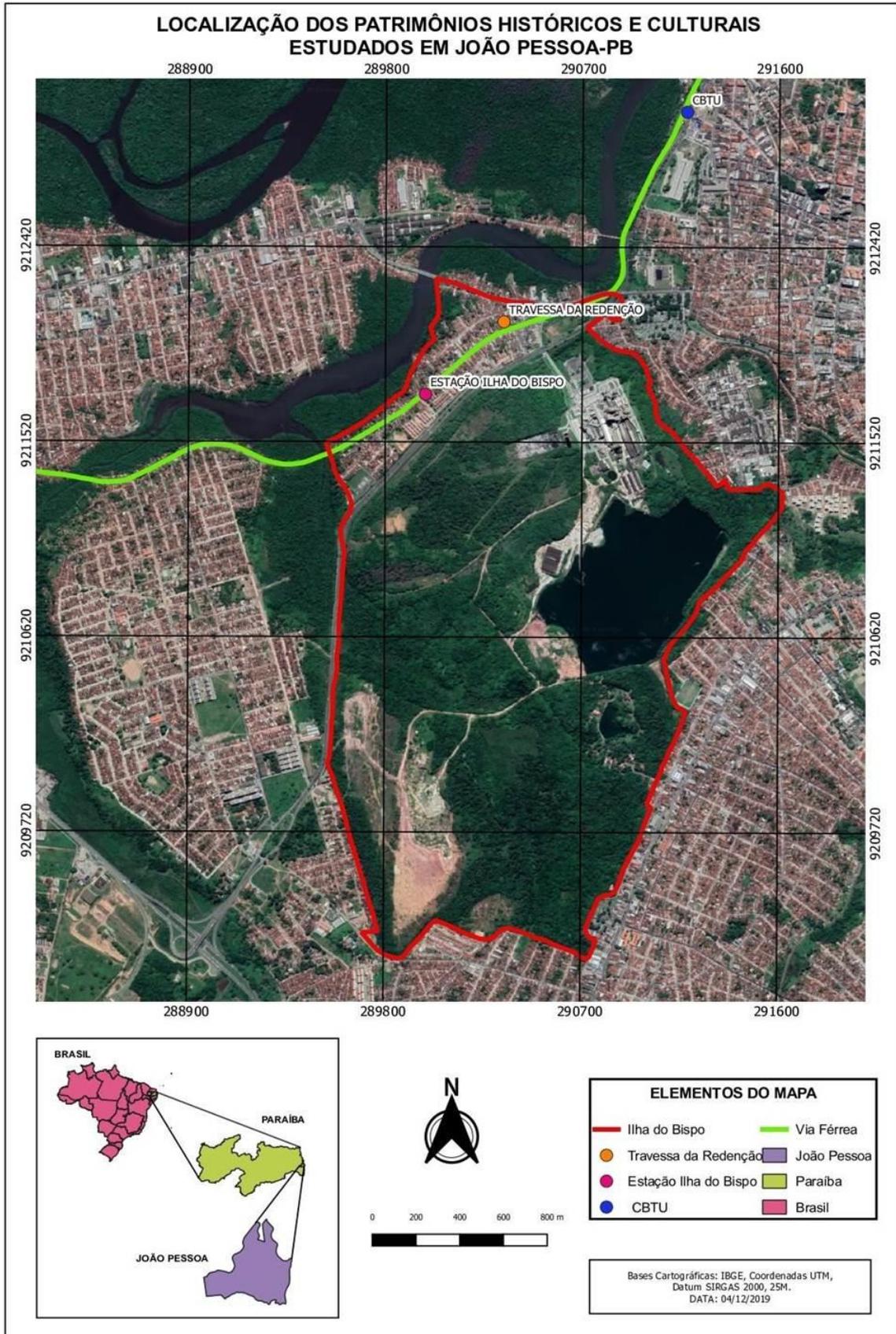


Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

ANEXO B – Localização dos patrimônios históricos e culturais Estudados em Alagoa Grande - Paraíba



ANEXO C – Localização dos patrimônios históricos e culturais Estudados em João Pessoa - Paraíba



ANEXO D – Localização da linha férrea/CBTU – Ilha do Bispo-PB



(Fonte: mapa_joaopessoa_jan18.jpg (1600×2080) (cbtu.gov.br)).

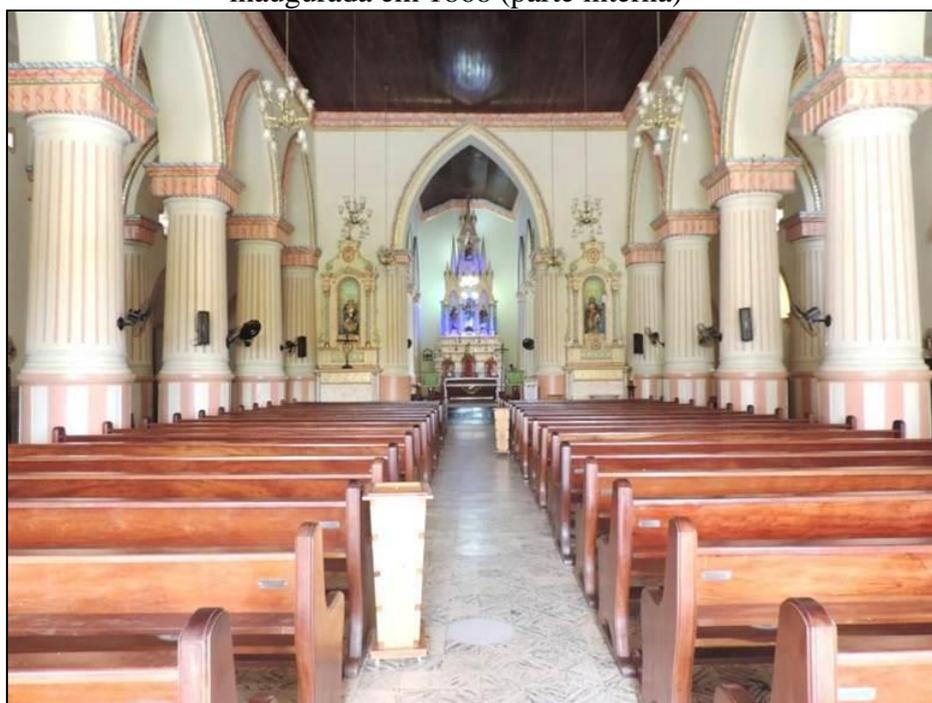
ANEXO E – Patrimônios históricos, documentos e pontos turísticos da cidade de
Alagoa Grande-PB

Figura 57 – Igreja matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem em Alagoa Grande-PB
inaugurada em 1868 (parte externa)



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 58 – Igreja matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem em Alagoa Grande-PB
inaugurada em 1868 (parte interna)



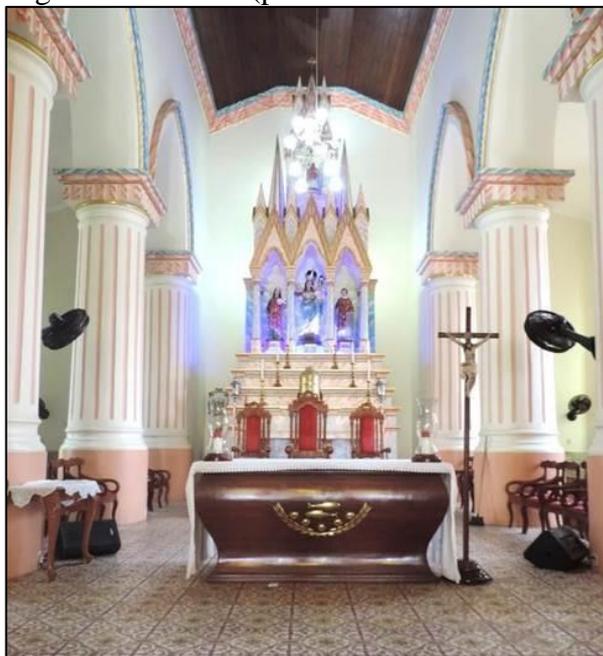
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 59 – Igreja matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem em Alagoa Grande-PB inaugurada em 1868 (parte interna nave¹⁰ – detalhe para a arquitetura)



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 60 – Igreja matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem em Alagoa Grande-PB inaugurada em 1868 (parte interna – detalhe do altar)



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

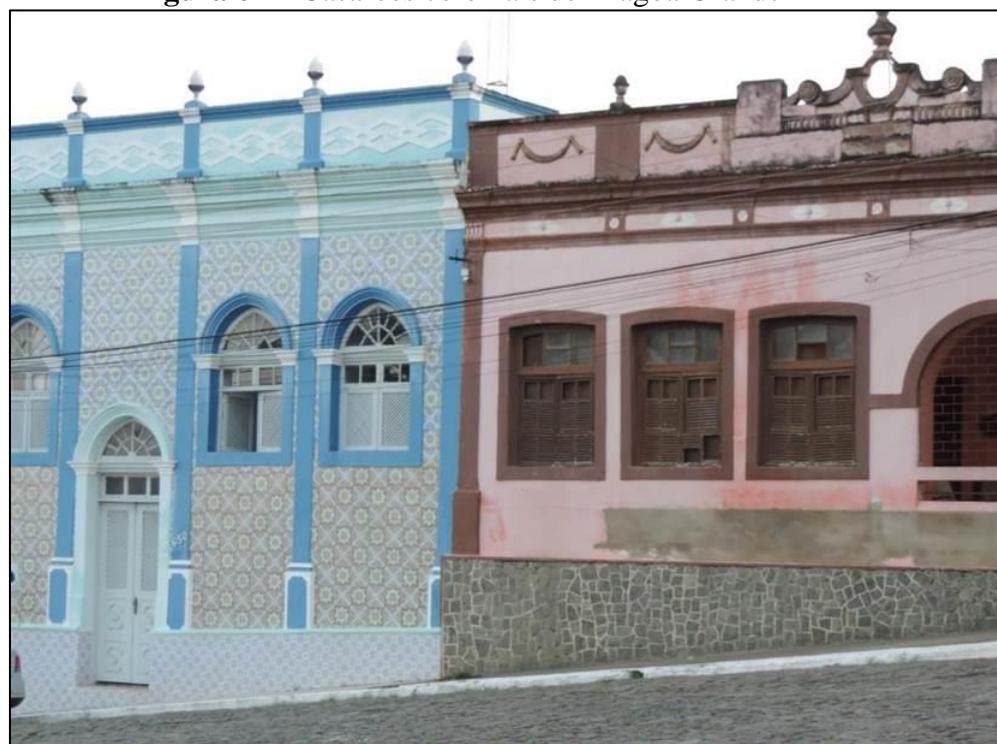
¹⁰ O corpo principal do edifício, o braço principal – e mais longo no caso da cruz latina – e o local onde se senta a congregação é chamado de nave. O termo é derivado da palavra latina nave, que significa "nau" ou "navio". Uma igreja seria, simbolicamente, um navio que transporta o povo de Deus através das tempestades da vida. Disponível em: Arquitetura de catedrais e grandes igrejas – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org). Acesso em 02 de julho de 2022.

Figura 61 – Casarões coloniais de Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 62 – Casarões coloniais de Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 63 – Antiga praça da matriz de Alagoa Grande-PB em 1945



Fonte: Retirada da página do Facebook Alagoa Grande: Ontem, hoje e sempre, 1945.

Figura 64 – Teatro Santa Ignêz em Alagoa Grande inaugurado em 1905



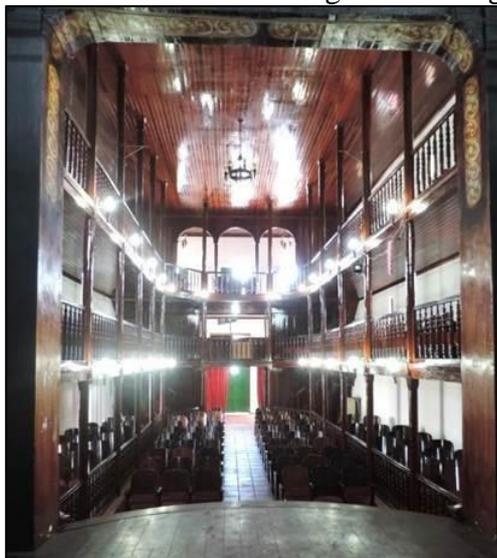
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 65 – Teatro Santa Ignêz em Alagoa Grande inaugurado em 1905 (parte externa à direita do prédio – detalhe do chafariz e fonte)



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 66 – Interior do Teatro Santa Ignêz em Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 67 – Colégio Nossa Senhora do Rosário em Alagoa Grande-PB, onde estudei até a década de 60, atualmente o colégio encontra-se desativado. Fundado em 1919 e administrado pelas Irmãs de Santa Dorotéia



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 68 – Colégio Nossa Senhora do Rosário em Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 69 – Meu Boletim Mensal do Ginásio Nossa Senhora do Rosário – Irmãs Dorotéias (Alagoa Grande-PB).



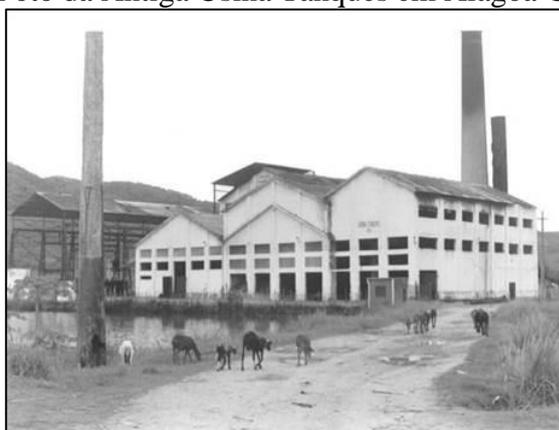
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 1966.

Figura 70 – Alunas do colégio Nossa Senhora do Rosário em Alagoa Grande-PB



Fonte: Retirada do site professorcobra.com, 1966.

Figura 71 – Foto da Antiga Usina Tanques em Alagoa Grande-PB



Fonte: Retirada do site Brasil de fato PB, 1980.

Figura 72 – Foto da Antiga Usina Tanques atualmente (em ruínas) em Alagoa Grande-PB



Fonte: Retirada do site Pinterest (Arquivo pessoal) Em ruínas - Usina Tanques (Alagoa Grande/PB) | Cidades da Paraíba, Paraíba, Tanques (pinterest.com), 2019.

Figura 73 – Antiga Casa Grande do Engenho Buraco D'água em Alagoa Grande-PB



Fonte: Retirada do site docplayer.com, 2019.

Figura 74 – Imagem atual da casa grande do Engenho Buraco D’água em Alagoa Grande-PB



Fonte: Reis, 2018.

Figura 75 – Antiga Residência do meu tio Zé Preto e Tia Rita, onde passava as férias escolares no Engenho Buraco D’água em Alagoa Grande-PB



Fonte: Reis, 2018.

Figura 76 – Prédio dos Correios no centro de Alagoa Grande-PB.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 77 – Lagoa do Paó em Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 78 – Cruzeiro em Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022

Figura 79 – Casa da Professora Joaquina em frente ao Lago do Paó



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 80 – Escola Estadual de Ensino Fundamental Apollônio Zenayde (Alagoa Grande-PB)



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

ANEXO F – Personalidades da cidade, entrevistados e participantes

Figura 81 – Da esquerda para a direita: Eu e Maria do Carmo Moreira de Oliveira Araújo (Conhecida como Minho), filha da Professora Joana Carvalho Moreira (Professora Joaninha) em sua casa – Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 82 – Da esquerda para a direita: João Cassimiro e Josefa Pimentel Cassimiro (Prima Neném) em sua casa – Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 83 – Da esquerda para a direita: Josefa Pimentel Cassimiro (Prima Neném) e Eu em sua casa – Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 84 – Da esquerda para a direita: Professor José Avelar Freire e sua esposa Rosiane Maria Galdino Avelar (Diana) em sua casa – Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal do professor José Avelar Freire, 2022.

Figura 85 – Professora Lúcia de Fátima Júlio – Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da Professora Lúcia de Fátima Júlio, 2022.

Figura 86 – Da esquerda para a direita: Dona Edite e Eu – Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Figura 87 – Da esquerda para a direita: Dona Edite e Eu na Feira – Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 88 – Fátima Solange Cavalcante (Prima de Marielle Franco)



Fonte: Arquivo pessoal da Fátima Solange Cavalcante, 2022.

Figura 89 – Da esquerda para a direita: Fátima Solange Cavalcante (Prima da Vereadora Marielle Franco) e sua mãe Marlene da Silva Cavalcante



Fonte: Arquivo pessoal da Fátima Solange Cavalcante, 2022.

Figura 90 – Da esquerda para a direita: Eu e o Professor Jardel Bandeira (assessor para fins acadêmicos de revisão textual e de redação) em minha casa no dia da defesa da tese do doutorado – João Pessoa-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 91 – Da esquerda para a direita: Josilene Ferreira de Araújo (Josi) e Benjamim Ferreira de Araújo, proprietários da Pousada Alvorada – Alagoa Grande-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

ANEXO G – Minhas Participações em eventos sociais

Figura 92 – Registro de minha participação enquanto coordenadora geral da cidadania LGBT e da Igualdade Racial na abertura da 1ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial em 2014 no Município de João Pessoa-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.

Figura 93 – Registro de Minha participação nas festividades comemorativas ao dia do Índio, juntamente com os povos Tabajaras em 2014, no Bairro da Ilha do Bispo em João Pessoa-PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.